

DIVULGAÇÃO MARXISTA

SINDICALISMO SUMARIO

Sindicalismo	1
Sindicalismo soviético	3
A história do sindicalismo na URSS	5
A estrutura do sindicalismo na URSS	15
As eleições sindicais na URSS	21
O comitê sindical de fabrica	25
Convenções coletivas na URSS	27
O conselho regional dos sindicatos	37
O conselho sindical da republica	38
O congresso geral dos sindicatos	39
Estruturas colaterais do sindicalismo na URSS ..	42
Os funcionarios sindicais	43
A transferência do Comissariado do Trabalho para os sindicatos	44
O trabalho de escritorio do sindicalismo na URSS	49
Brigadas de choque e comitês de contabilidade de custos	51
Associações profissionais do sindicalismo da URSS	53
Sindicalismo sovietico e sindicalismo inglês	58
Segundo Congresso da CTAL	77
Resoluções do Congresso da Federação Sindical Mundial	106
Firmada a opinião do proletariado brasileiro sôbre os pontos do temario do Congresso Sindical	116
Encerra-se o Congresso Sindical	126

ANO I

1 OUTUBRO 1946

N.º 7

Preço em todo o Brasil Cr\$ 5,00

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Publicação quinzenal

Sai aos dias 1 e 15 de cada mês

Direção de
Calvino Filho

e
S. O. Hersen

Redação e Administração
Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro — Brasil

*
Número em circulação .. Cr\$ 5,00
Número atrasado Cr\$ 8,00

ASSINATURAS

Para o Brasil:

Anual (24 números) ... Cr\$ 100,00

Semestral (12 números) Cr\$ 50,00

Para o Exterior:

Anual — 5 dólares americanos.

*
As assinaturas começam da data em que são tomadas e cada número da revista é remetido sob registo.

Os pedidos devem ser dirigidos à
EDITORIAL CALVINO LIMITADA
Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro

COLABORAÇÃO

Esperamos que os leitores colaborem nesta revista sugerindo ou remetendo-nos material encontrado nos clássicos do marxismo, ou mesmo em outros autores, material que esteja rigorosamente dentro do programa desta publicação, que não se propõe, senão secundariamente, a discutir problemas táticos do momento, mas apenas a divulgar o que já está consagrado pela experiência marxista. Outrossim, avisamos aos interessados que qualquer colaboração deverá ser remetida dactilografada em dois espaços e que não devolveremos originais em hipótese alguma.

Foi publicado no 5.º número de *Divulgação Marxista*:

Stálin, Socialismo e Capitalismo; *Engels*, Princípios do comunismo; *Calvino*, Mais um crítico do marxismo das arábias; *Lénin*, Proletariado e campesinato; *Lésnov*, Os primeiros milhões de americanos desempregados; *Marx-Engels*, As ideias dominantes são as da classe dominante; *Silva Melo*, Problemas de alimentação; *Marx*, As greves e coalizões de operários; *Engels*, O amor cavalheiresco e o casamento burguês na literatura; *Kurnakov*, Qual foi realmente a ajuda material anglo-americana à URSS, nesta última guerra?; *Brigido Tinoco*, A instrução no Brasil; Declaração de Princípios da CTAL; Declaração de Princípios da Liga Materialista da Bélgica; *Pokróvski*, Concepção geral da história; *Hook*, Para compreender e interpretar Marx; *Prestes*, Que são sectários?; Que são classes?, etc..

AJUDE-NOS A DIFUNDIR DIVULGAÇÃO MARXISTA

Pedimos aos leitores do interior nos enviem nomes e endereços completos de amigos ou simples conhecidos, que se interessem ou sejam capazes de se interessar pelo estudo do marxismo.

DESCONTO DE 20 %

A quantos comprarem de uma só vez e de um só número desta revista um mínimo de 5 exemplares, em nossa redação, abonaremos o desconto de 20 %. Os leitores do interior que desejarem gozar do desconto acima, bastarão fazer seus pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal, prático e eficiente.

LEIA DIVULGAÇÃO MARXISTA DE GRAÇA

Faça com que 10 pessoas das suas relações, por ser intermédio, assinem esta revista e conquiste, como prêmio, uma assinatura gratuita.

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Ano I

Diretores: Calvino Filho e S. O. Hersen

N.º 7

SINDICALISMO

Para os comunistas, o órgão sindicalista elementar é o sindicato ou associação operária e o sindicalismo não é mais que a organização sindical ou profissional da classe operária, um dos pilares do Poder Proletário. O sindicalismo revolucionário de antes da guerra surgiu, em 1900, na França, baseado no desenvolvimento relativamente lento da grande indústria capitalista e como uma reação contra o reformismo parlamentar e o oportunismo do Partido Socialista. Daí propagou-se pelo mundo. Formou-se, também, entretanto, no seio do movimento sindicalista europeu, a tendência de fazer do sindicato, cuja aparição no mundo se fez na França, em 1872, não uma organização de classe para a defesa dos interesses do proletariado, mas uma doutrina, como sindicalismo, que se estende ao terreno político, querendo mesmo substituir as soluções socialistas pelas soluções sindicalistas, isto é, contrapor uma à outra. Entre os adeptos dessa teoria, o sindicalismo foi considerado como um método para se chegar à expropriação do capitalismo, o único método justo, segundo eles. Admitir-se que o socialismo ou comunismo e o sindicalismo lutam pelos mesmos objetivos, por métodos diferentes, está-se incorrendo em erro. Os sindicalistas, mesmo os que se dizem revolucionários (anarcosindicalistas, etc.) não têm como objetivo a tomada do poder do Estado, procuram, ao contrário, resolver os antagonismos econômicos da sociedade capitalista, apenas no terreno econômico, em desacôrdo com os factos da História, com o desenvolvimento de toda a luta de classe do proletariado. Como ensinam os mestres do socialismo científico, há necessidade, para se levar à emancipação a classe oprimida, de se transportar para o terreno político os antagonismos de classe que se desenvolvem no terreno econômico.

Essa tendência sindicalista, contudo, foi vencida na maior parte dos países, pelo verdadeiro sindicalismo. Hoje, o movimento sindical em todo

Divulgação Marxista, n.º 7 — Rio, 1-10-1946

o mundo, limita-se a organizar a classe operária, a qual, adquirindo consciência de classe, procura os seus partidos de vanguarda, entre os quais se localizam as diversas tendências políticas do proletariado, para se lançar às lutas políticas de seu interesse. Os Partidos Comunistas, em todo o mundo, dirigem a política da classe operária, fora dos sindicatos, para a luta contra os inimigos de classe, em relação ao Estado, guardião da ordem social capitalista. Só de posse do poder do Estado, poderá a classe operária alcançar a emancipação definitiva.

Referindo-se aos sindicatos, Lênin dizia que, em verdade, “representavam um progresso gigantesco da classe operária nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, porque significavam a passagem da divisão e da impotência dos operários para os embriões da união de classe. Quando começou a desenvolver-se a forma superior de união de classe dos proletários, o partido revolucionário do proletariado (que não merecerá este nome enquanto não souber ligar os líderes com a classe e as massas num todo indissolúvel), os sindicatos apresentaram, inevitavelmente certos aspectos reacionários, certa tendência para a estreiteza corporativa, para o apoliticismo, para uma inércia determinada, etc., etc. Porém o desenvolvimento do proletariado não se efetuou, e não pôde se efetuar em nenhum país, de nenhum outro modo, a não ser pelos sindicatos e por sua ação coordenada com o partido. A conquista do Poder político pelo proletariado é um enorme progresso deste, considerado como classe, e o partido se encontra na obrigação de consagrar-se mais, de um modo novo e não pelos métodos antigos, à educação dos sindicatos, à sua direção, sem esquecer, ao mesmo tempo, que estes são e serão ainda durante muito tempo a necessária “escola de comunismo”, a escola preparatória dos proletários para a realização de sua ditadura, a associação indispensável dos operários para a passagem progressiva da direção de toda a economia do país, primeiro para as mãos da classe operária (e não de profissões isoladas), e depois para as mãos de todos os trabalhadores”. (Lênin — *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo*, pág. 72 — Vitória, 1946).

Não foram esquecidas as lições de Lênin, por isso, na U.R.S.S., onde o Poder Soviético se constituiu sob a direção do Partido Comunista (bolchevique), os sindicatos continuaram a sua tarefa de organização da classe operária, em cooperação com o novo sistema de Estado, o Estado Proletário, conforme se verá nas páginas seguintes desta revista.

Nos Estados capitalistas, as lutas econômicas da classe operária se viram ligadas, depois da guerra 1914-18, principalmente, às lutas políticas contra os inimigos da democracia. O fascismo, de posse do poder, em vários países europeus, oferecendo à burguesia imperialista os meios para a sua luta contra o país do proletariado, a U.R.S.S., teve de enfrentar, nas organizações operárias de todo o gênero, os seus maiores inimigos. Foram os sindicatos os principais órgãos de defesa contra as investidas fascistas. Não em nome de uma doutrina que excluísse de seu seio camadas do proletariado, mas em nome dos legítimos interesses de classe do proletariado, presentes e futuros, de acôrdo com a orientação aceita pela massa dos operários, à luz da experiência histórica. — CIERP.

OS SINDICATOS NA URSS

SIDNEY E BEATRICE WEBB

(Recopilação do Capítulo III da obra *URSS, Uma Nova Civilização*, editada em 1935.)

O Homem como Produtor

Através de toda a URSS, o homem, no setor da produção, está organizado em dois grupos distintos, que diferem profundamente em suas características políticas, econômicas e sociais. Há, em primeiro lugar, as organizações sindicais, com suas associações profissionais baseadas na concepção que prevalece na Europa ocidental, especialmente na Grã-Bretanha e na Alemanha. Em segundo lugar, estão as associações de produtores particulares que (alheias por enquanto a certos agrupamentos mixtos) (1), podem ser manufatureiras ou agrícolas, podendo ser consideradas como remanescentes do antigo mir ou artel russo. Esses dois tipos de organização das massas trabalhistas, conquanto mantenham relações cordiais e se ajudem mutuamente, são ambas exclusivas: os membros de qualquer organização de produtores particulares não podem fazer parte das organizações sindicais.

SECÇÃO I

Sindicalismo Soviético

O importante papel desempenhado pelos sindicatos no organismo governamental da URSS foi claramente definido por uma grande autoridade soviética: o próprio Stálin. Essas várias associações foram por ele classificadas como “círculos”, “alavancas” e “forças orientadoras”, todas elas essenciais à existência do que Lênin considerava “uma organização apoiada em amplas bases e extremamente poderosa”, que tornava a Constituição ao mesmo tempo flexível e eficaz.

(1) Tais como as de pescadores e o grupo especial de cooperativas integrais, no Extremo Norte, bem como alguns grupos de “inválidos de guerra” (ex-soldados parcialmente incapazes), a serem estudados numa das subseqüentes secções deste capítulo.

“Quais são essas organizações? — continuava Stálin. Antes de tudo mais (inclusive dos Soviets), estão os sindicatos, com suas ramificações locais sob a forma de associações de produção, educacionais e culturais. Nelas, reúnem-se todos os trabalhadores do comércio e da indústria. Não são, porém, organizações do Partido (Comunista). Nossas uniões sindicais podem ser hoje consideradas como o tipo geral de organização da classe trabalhista, detentora do poder na Rússia soviética. Constituem as mesmas uma escola de comunismo. Delas provêm as pessoas mais capazes de ocupar as posições de liderança em todos os ramos da administração. Representam o traço de união entre os mais avançados e os mais atrasados setores da classe trabalhista, porquanto é dentro delas que as massas trabalhistas estabelecem contacto com as suas vanguardas.

“Em segundo lugar (é preciso notar: apenas em segundo lugar), temos os Soviets com suas múltiplas ramificações locais e nacionais, que se apresentam sob a forma de organizações administrativas, industriais, militares e culturais, ao lado de uma quantidade de grupos espontâneos de trabalhadores, que se agrupam ao redor dessas organizações, ligando-as com o povo em geral. Os Soviets são organizações de massa, agrupando todos os que trabalham no campo e nas cidades.

“Em terceiro lugar, temos as cooperativas de tôdas as espécies com suas múltiplas ramificações. As cooperativas desempenham um papel especialmente importante após a ditadura do proletariado, durante o período de amplas construções. Elas constituem um laço entre a vanguarda proletária e as massas camponesas por tôda parte onde estas são chamadas a partilhar da construção socialista.

“Por último, chegamos ao partido do proletariado (o Partido Comunista), à vanguarda proletária. Sua força é proveniente do fato de atrair para suas fileiras os melhores elementos de tôdas as organizações da massa proletária. Sua função consiste em *unificar* o trabalho de tôdas as organizações proletárias, sem qualquer exceção, e *orientar* suas atividades para um único fim: a libertação do proletariado. Essa unificação e essa orientação tornam-se absolutamente essenciais. E' preciso haver unidade na luta proletária; as massas proletárias precisam ser guiadas na batalha pelo poder e pela construção socialista; e somente a vanguarda proletária, somente o partido do proletariado, é capaz de unificar e orientar o trabalho de organização das massas trabalhistas” (2).

(2) *Leninismo*, por Stálin, vol. I, 1928, pp. 29-31.

A História do Sindicalismo na URSS (3)

Não nos é necessário descrever o lento despertar do sindicalismo russo nas últimas décadas do século XIX, sob desfavoráveis condições ilegais e constantes perseguições policiais (4). Será suficiente fixar que, no movimento revolucionário de 1905, surgiram espontaneamente

(3) A literatura sobre o sindicalismo soviético, em livros e panfletos, durante os últimos dezesseis anos, tem sido enorme. Podemos citar, em primeiro lugar, as publicações do Departamento Internacional do Trabalho, da Liga das Nações, tais como *The Trade Union Movement in Soviet Russia* (1927), xii e 287 gg.); e *Wages and Regulations of Conditions of Labour in the URSS*, por S. Zagorski (1930, VIII e 212 pp.). A essas pode ser acrescentada *Selection of Documents Relative to Labour in Force in the URSS* (British Government Stationery Office, 1931, 200 pp.). O livro, talvez, mais informativo, publicado depois de 1927, é a admirável monografia intitulada *Soviet Trade Unions*, por Robert W. Dunn (1928, Nova York Vanguard Press, ix e 238 pp.); e depois de 1931, *The Soviet Worker*, por Joseph Freeman (1932, vii e 408 pp.); *Die russischen Gewerkschaften; ihre Entwicklung, ihre Zielsetzung und ihre Stellung zum Staat*, por Michael Jakobso (Berlim, 1932, 188 pp.). Ver também *Wages Policy in Soviet Russia*, por S. Lawford Childs e A. A. Crottet, em *Economic History*, janeiro de 1932; *The transformation of Soviet Trade Unions*, por Anni Hews, em *American Economic Review*, dezembro, 1932; *The Trade Unions, the Party and the State*, por M. Tomski (Moscou, 1927, 22 pp.); e *The October Revolution and the Trade Unions*, por A. Abolin, 1933, 54 pp.). Muito se pode aprender também através de *After Lenin*, por Michael Farbman, 1924; *Civic Training in Soviet Russia*, 1929, e *Making Bolsheviks*, ambos pelo prof. S. N. Harper; *Soviet Russia*, por William G. Chamberlin (1930, viii and 453 pp.); e *The Economic Life of Soviet Russia*, por Calvin B. Hoover, 1931. E' também de valor incalculável *The Report of the Ninth All-Union Congress of Trade Unions* (em inglês, Moscou, 1933). Várias das obras acima fornecem extensas listas de documentos e publicações russas.

(4) As mais recuadas tentativas de sindicalismo na Rússia parece que datam de 1875, quando Zaslavski “um organizador e propagandista de talento” estabeleceu em Odessa a União dos Trabalhadores do Sul da Rússia, tendo objetivos políticos e industriais e que foi prontamente dissolvida com medidas severas de punição, não sendo permitido aparecer uma palavra nos jornais a seu respeito. Em 1879, uma organização semelhante, a União dos Trabalhadores do Norte da Rússia, foi estabelecida em S. Petefsburgo por um carpinteiro de nome Stevan Raltúrín, cujos esforços foram reprimidos em 1881 (*Histoire du Parti Communiste de l'URSS (parti bolshevik)*, por E. Iaroslávski, Paris, 1931, pp. 24-25; ver também *From Peter the Great to Lenin*, por S. P. Turim, 1935, p. 34).

organizações industriais de trabalhadores assalariados em tôdas as áreas industriais. Essas organizações, bem como os Soviets de "operários camponeses", foram os órgãos daquêle levante popular. Em 1905 e, depois, em 1906, uma Conferência Sindical Pan-russa realizou-se em Moscou, representando umas 600 uniões distintas, com um número aproximado de 250.000 membros. Em 1907, uma segunda Conferência estabeleceu relações com o movimento sindical da Europa ocidental, tendo enviado uma delegação ao Congresso Internacional de Trabalho, reunido em Stuttgart. Tôdas essas atividades foram sumariamente reprimidas pela polícia tsarista, em 1908, quando foram dissolvidas 107 uniões por meio de um simples *ukase*. E nos anos seguintes o movimento sindicalista foi praticamente destruído (5). Vários centros industriais mantiveram, entretanto, grupos "subterrâneos" de propagandistas "ilegais". "A fase de prosperidade industrial, pode dizer-se que se iniciou em 1910, entusiasmou os trabalhadores, dando um novo impulso às suas energias. Os números (referentes a greves) de 1912-1914, eram quase os mesmos de 1905-1907, mas no sentido oposto: de baixo para cima e não de cima para baixo. Sobre uma base histórica nova e num plano mais elevado (há hoje mais trabalhadores e estes têm maior experiência), iniciou-se uma nova ofensiva revolucionária. A primeira metade do ano de 1914 aproxima-se claramente, no número de greves políticas, do ponto culminante do ano da primeira revolução. Mas a guerra irrompeu, tendo interrompido êsse processo. Os primeiros meses de guerra foram caracterizados por certa inércia política das massas trabalhistas; mas já na primavera de 1915, êsse torpor começou a dissipar-se. Um novo ciclo de greves políticas iniciou-se, ciclo que haveria de culminar em fevereiro de 1917, com a insurreição de operários e soldados. (6).

Foi estimado, entretanto, que, ao irromper a revolução, em fevereiro de 1917, o número total de operários sindicalizados através de

(5) "Os Sindicatos eram proibidos de dar assistência aos grevistas; foram fechados por tentarem intervir no grande movimento grevista; membros de seus órgãos executivos foram presos e exilados para a Sibéria; seus fundos confiscados e seus livros recolhidos à polícia; a polícia assistia a tôdas as reuniões, sendo essas dissolvidas sob o mínimo pretexto e, as mais das vezes, sem a menor razão. O pulso de ferro da reação vitoriosa esmagava cruelmente, no seu berço, as organizações trabalhistas". (*Trade Unions in Soviet Russia*, por A. Losovski, p. 15; *Soviet Trade Unions*, por Robert W. Dunn, 1927, p. 16).

(6) *History of the Russian Revolution*, Trotski, 1932, vol. 1.

todo o império russo não excedia de algumas dezenas de milhares. Durante o intervalo entre as revoluções de fevereiro e de outubro, o sindicalismo cresceu com grande rapidez, invadindo tôdas as áreas industriais. Dessa forma, por volta de junho de 1917 já havia 967 organizações distintas, com um total de membros que se elevava a um milhão e meio. Nessa ocasião, realizou-se a Terceira Conferência Sindical Pan-russa, sendo nomeado um comitê permanente afim de orientar a política do movimento. Assim, por volta de outubro de 1917, o número total de sindicalizados excedia já de dois milhões.

Nesse interim, surgiu uma aguda rivalidade entre os sindicatos, baseados em organizações profissionais, dirigidas, principalmente, pelos mencheviques, e os Soviets de Operários e Soldados, baseados em organizações criadas nas fábricas e dominadas, então, pelos bolcheviques. Tanto os sindicatos como os Soviets ligavam-se intimamente aos comitês de fábricas, que se haviam organizado espontaneamente nos maiores estabelecimentos de Leningrado e de Moscou. Em junho de 1917, um líder sindicalista assim resumia a situação: "Na Terceira Conferência Sindical Pan-russa (a primeira depois da revolução de fevereiro de 1917), as uniões sindicais cindiram-se em duas alas, devido a dissensões surgidas em tôrno de uma das questões fundamentais do leninismo: a transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista. Os mencheviques, os filiados ao *Bund* (organização independente de trabalhadores judeus) e os Social-Revolucionários, que representavam, principalmente, os sindicatos não industriais bem como os pequenos centros urbanos (dos sindicatos industriais, o único que constituía forte núcleo menchevique, embora temporariamente, era a União dos Gráficos), essas três organizações baseavam seus argumentos na premissa de que a revolução, que estava em andamento, tanto no seu sentido político objetivo como em seu conteúdo, era uma revolução burguesa, e, por isso, sustentava que a tarefa dessa revolução consistia apenas em realizar reformas democrático-burguesas. A premissa dos bolcheviques era exatamente oposta a essa. Sustentavam que a revolução em processo era proletária e socialista, embora pudesse, incidentalmente, realizar as tarefas da revolução democrático-burguesa (7). Em seu admirável trabalho intitulado *Civic Training*

(7) *The October Revolution and The Trade Unions*, por A. Abolin, p. 7 (Sociedade Cooperativa Editora dos Trabalhadores Estrangeiros na URSS, 1934, 54 fls.).

in *Soviet Russia*, o prof. S. N. Harper descreve essa disputa doméstica e estuda suas consequências em relação à estrutura do sindicalismo soviético. "Uma Conferência Pan-russa de Comitês de Fábrica foi realizada exatamente nas vésperas da revolução de outubro. Foi ela convocada por iniciativa dos bolcheviques, afim de competir com a junta executiva nomeada pela conferência sindical de junho (1917) e na qual os mencheviques dispunham de maioria. Essa luta, entre as duas facções rivais, pelo controle das organizações trabalhistas, foi decidida pela revolução de outubro. Após a vitória dos bolcheviques, os comitês de fábrica e os sindicatos fundiram-se, transformando-se os primeiros em unidades primárias dos últimos". Em janeiro de 1919, o Primeiro Congresso Sindicalista Pan-russo reuniu-se em Petrogrado e reivindicou para si uma autoridade superior à das conferências anteriores. Decidiu esse congresso apoiar a "ditadura do proletariado" estabelecida por Lênin e levar avante a construção do Estado socialista através de toda a URSS. "Com esse objetivo — declarou ele — os comitês de fábrica devem tornar-se órgãos locais da união sindical, não devendo exercer atividades políticas fora do sindicato" (8). O comitê central dos comitês de fábrica devia, pois, ser extinto. Algumas uniões, assinala o prof. Harper, ou pelo menos alguns de seus ramos, tais como os gráficos de Moscou, "não quiseram reconhecer as decisões do congresso" continuando por algum tempo a sua existência independente como um protesto contra a tomada do poder pela facção bolchevista.

Durante a década seguinte, a situação e as funções dos sindicatos, dentro do Estado soviético, tornaram-se objeto de agudas controvérsias.

(8) Em aditamento à obra do prof. S. N. Harper, *Civic Training in Soviet Russia*, o estudioso poderá examinar, a respeito dessa controvérsia, o valioso resumo de Michael Farbman, em *After Lenin*, 1924, p. 142; e o interessante panfleto de A. Abolin *The October Revolution and The Trade Union* (Sociedade Cooperativa Editora dos Trabalhadores Estrangeiros na URSS, Moscou, 1933, 54 páginas). Esta última obra fornece os seguintes dados estatísticos, que mostram o triunfo gradual dos bolcheviques: "Na Terceira Conferência Sindical, realizada em junho de 1917, os bolcheviques e seus aderentes representavam 36,4 %, enquanto que os mencheviques representavam 55,5 %. No Primeiro Congresso Sindical, realizado em janeiro de 1918, os bolcheviques e seus aderentes representavam 65,6 %, enquanto que os mencheviques e seus adeptos tinham apenas 21,4 %. No Quinto Congresso Sindical os mencheviques e seus adeptos eram representados apenas por 2,2 %, enquanto que os bolcheviques contavam com 91,7 % (*ibid.* p. 13).

Se levarmos em conta o lugar por eles ocupado, hoje, em face da Constituição, poderemos sumariar as fases sucessivas dessa longa disputa. Durante os primeiros poucos meses, que se seguiram à revolução de outubro de 1917, como examinaremos posteriormente, os trabalhadores imaginaram que lhes competia, por meio de seus comitês nas várias fábricas, desempenhar as funções dos proprietários e gerentes das empresas em que eram empregados. Em alguns casos, o comitê de operários nomeou, não só os chefes de serviço mas também o antigo proprietário, que foi feito gerente. Essa concepção não predominava, aliás, apenas em Petrogrado. Houve um breve período durante o qual o tráfego ferroviário entre Moscou e Leningrado era dirigido pelos funcionários das diversas estações. Até nos navios da marinha mercante soviética, os comandantes recebiam ordens do comitê eleito pelas guarnições. Dentro de seis meses, entretanto, Lênin chegou à conclusão de que semelhante controle exercido pelos trabalhadores só podia conduzir à desordem e devia haver, em todos os casos, um diretor nomeado pelos órgãos governamentais e responsável perante esses. Mas, durante longo tempo, os comitês operários mantiveram o controle das fábricas. Tinham que ser consultados pelo gerente em todos os assuntos em que tivessem qualquer interesse. Em muitos casos, nomeavam um assistente para atuar junto ao gerente. Até mesmo os comandantes de navio tinham esse assistente, encarregado de verificar todas as suas decisões. O controle mais efetivo dos trabalhadores sobre as indústrias exercia-se, porém, através das juntas ou comissões governamentais, pois nas mesmas havia uma grande proporção de líderes das organizações sindicais. Estas estavam fortemente representadas no Comitê Executivo Central e no Supremo Conselho Econômico. Os sindicatos elegiam também o comissário do povo para o Trabalho. Dêles saía ainda a maior parte dos elementos que constituíam a Inspetoria Operária e Camponesa.

Nessa fase de confusão de poderes e responsabilidades, sobreveiu a guerra civil, pondo fim à controvérsia. Os sindicatos lançaram-se à luta vigorosamente, fornecendo ao governo a maior parte de suas forças combatentes. As sedes dos sindicatos tornaram-se, principalmente, centros de recrutamento, enquanto que os esforços de quase todos os estabelecimentos industriais se concentravam na tarefa de suprir as necessidades do Exército Vermelho. As uniões sindicais tornaram-se na substância, senão na forma, órgãos do governo. Por simples decisão da maioria dos trabalhadores de uma fábrica, tornava-se obrigatória a filiação do respectivo sindicato. As mensalidades

eram descontadas nas folhas de pagamento. Quaker *deficit* no orçamento das mesmas era coberto por meio de empréstimo que lhes eram feitos pelo referido governo (9).

Tendo-se verificado a expulsão total, do território soviético, dos últimos exércitos intervencionistas e sobrevivendo a grande fome, foi instituída, em 1921, como único meio de prover às necessidades do país enquanto o governo iniciava a construção da indústria pesada, a Nova Política Econômica (NEP), que permitia temporariamente certa atividade das empresas capitalistas privadas, tendo como objetivo o lucro individual. Qual viria a ser, então, a situação das organizações sindicais? Trotski argumentava, de acordo com suas experiências militares, que os trabalhadores da indústria poderiam ser organizados como um exército trabalhista e os sindicatos deveriam ser formalmente incorporados à máquina estatal como órgãos governamentais. Através dos mesmos ficaria, assim, assegurada a ação comum e poderia ser mantida a disciplina industrial. Lênin, pelo contrário, opunha-se a isso, dizendo que semelhante organização acarretaria uma monstruosa extensão da burocracia. Entende também que a NEP provocaria inevitavelmente as velhas disputas trabalhistas e, para enfrentá-las, tornava-se indispensável um sindicalismo independente. Além do mais, nas grandes empresas, que deviam permanecer em mãos do governo, era essencial a presença de administradores e técnicos qualificados, que deveriam ser iniciados por órgãos do governo tais como os trustes. Achava Lênin que as uniões sindicais teriam muito que fazer, pelo menos durante certo tempo, entregando-se à tarefa de defender os interesses dos trabalhadores contra a exploração dos capitalistas amparados pela NEP, mais do que contra os males da burocracia nos trustes

(9) "Durante o período de comunismo de guerra, atravessamos uma fase de inflação e depressão que não nos permitia recolher nossas receitas regularmente... e, nessa época, o governo nos emprestou dinheiro. O Estado subsidiava-nos. Hoje, porém, nossas finanças estão em boas condições, não sendo necessário o auxílio do governo, exceto no que é previsto na Constituição e decorre, logicamente, da própria natureza do Estado proletário. O Código de leis trabalhistas, em seu parágrafo 155, estabelece: De acordo com o art. 10 da Constituição da URSS, todos os órgãos do governo devem prestar assistência às organizações e sindicatos industriais, pondo à sua disposição edifícios apropriados ao seu funcionamento, concedendo-lhes reduções nas taxas de serviços públicos tais como correios, telégrafos, telefones, ferrovias e companhias de navegação, etc. Esses são os privilégios e auxílios que nos são concedidos" (*The Trade Unions, the and the State*, por M. Tomski, Moscou, 1927, p. 20).

tes governamentais. De acordo com esse ponto de vista, foi oficialmente resolvido, em dezembro de 1921, que as organizações sindicais se mantivessem independentes da maquinária e do controle governamentais e, muito embora continuassem a ser, essencialmente, uma escola de comunismo; sua função específica consistiria em melhorar as condições materiais de seus membros, já resistindo à exploração dos empregadores particulares, "já corrigindo as falhas e os excessos dos órgãos econômicos resultantes de uma perversão burocrática da maquinária governamental". "A tarefa principal das uniões sindicais — segundo ficou estabelecido — é, de hoje em diante, salvaguardar por todos os meios possíveis os interesses da classe proletária na sua luta contra o capitalismo. A essa tarefa deve ser dada preeminência indistinguível. Para esse fim, a maquinária sindicalista deve ser reconstruída, reformada e tornada perfeita. Deverão ser organizadas comissões de resistência, fundos de greve, fundos de auxílio mútuo, etc." (10).

Haveremos de ver que as uniões sindicais, ao serem atribuída a tarefa de defensoras dos interesses materiais de seus membros, principalmente contra os empregadores particulares, ficaram em posição ambígua perante o governo considerado como empregador. Era perfeitamente natural que todos os sindicatos fizessem pressão no sentido de obter maiores salários para seus membros, sem que fosse levado em conta o efeito que daí resultaria sobre os trabalhadores de outras indústrias, bem como os interesses da coletividade em seu conjunto. Enquanto a NEP permaneceu em vigor, deixando viver em liberdade o capitalismo privado, continuou indecisa a posição das uniões sindicais em relação aos empreendimentos do governo. As organizações trabalhistas aprovaram o ponto de vista de acordo com o qual o dia de trabalho deveria ser menor, ao mesmo tempo que a produção total tinha de ser aumentada. Concordaram, por isso, de muita boa vontade, com a adoção em ampla escala do trabalho por tarefa, regime sob o qual tanto a produção como os salários individuais seriam aumentados. Mas, quando a NEP foi revogada, passando ao governo e às cooperativas o controle total da produção, não foi fácil aos trabalhadores compreenderem que eles, como classe, não tinham mais inimigos a combater. Daí por diante, qualquer aumento em seus salários, sem o

(10) Relatório da comissão (de que fez parte Lênin) nomeada em dezembro de 1921 e que se encontra resumido em *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn (Nova York, 1927, pp. 26-27).

correspondente aumento da produção, não saia da bolsa dos capitalistas: representava um desfalque nas verbas destinadas a serviços sociais e à desejada multiplicação das fábricas, ao desenvolvimento da maquinaria e da eletrificação, o que, para o conjunto da comunidade trabalhista, era, afinal de contas, tão necessário como os seus salários.

Quando, afinal, foi adotada a política dos Planos Quinquenais, verificou-se uma crise. No VII Congresso Sindical da União (1928-1929), surgiu um grave conflito. Trotski, que havia sido Presidente do Conselho Central das Uniões Sindicais (AUCCTU), órgão supremo de todo o movimento sindical, sem a menor compreensão do problema, entendia que a posição das uniões sindicais na URSS deveria ser a mesma por elas assumida nos países capitalistas. Batia-se êle pela completa liberdade das uniões sindicais no sentido de fazer pressão, até onde possível, pela melhoria cada vez maior das condições materiais de seus associados, baseando-se na presunção de que tais aumentos de salário em determinadas indústrias concorriam para a prosperidade do país. Não competia às uniões sindicais — declarava êle — bater-se pelo melhoramento da técnica, mesmo que isso acarretasse um aumento na produtividade industrial. Êle (ou um de seus adeptos) chegou mesmo a declarar que o governo ver-se-ia, na verdade, em grandes apuros caso quisesse aumentar a produção por meio da “competição socialista” entre os trabalhadores! Não via como as uniões sindicais poderiam controlar as indústrias na base de uma contabilidade comercial e, ao mesmo tempo, desempenharem o papel de representantes e defensores dos interesses de seus próprios membros.

Contra esse ponto de vista de Trotski, a respeito da função (11) dos sindicatos, foi mobilizada toda a influência do Partido Comunista.

(11) A opinião de Tomski, a respeito da missão dos sindicatos, era perfeitamente satisfatória para um observador americano muito competente: “Enquanto existir o trabalho assalariado em qualquer país — diz o presidente da AUCCTU, Tomski — o trabalhador se baterá, naturalmente, por salários mais altos do que os que recebe. E’ dever das uniões sindicais conhecer as possibilidades das indústrias e de cada unidade fabril, a fim de satisfazer as exigências dos trabalhadores” (*Soviet Trade Unions*, por Robert W. Dunn, 1927, p. 82). Mas a teoria soviética sustenta que as exigências dos trabalhadores não devem ser consideradas em relação à produtividade “de cada unidade fabril”, mas à das indústrias em seu conjunto; e não somente em relação a certo grupo de indústrias, mas também às indústrias de toda a URSS, avançando-se ao longo de toda a linha, tanto quanto possível, de maneira uniforme.

Quando Lênin restabeleceu a independência das uniões sindicais; não visara com isso lançá-las nessa luta anárquica em prol de uma elevação de salários, que não levava em conta seus efeitos sobre o necessário aumento da produtividade industrial. A própria existência do Estado soviético estava na dependência do incremento em conjunto da produtividade industrial; e até mesmo sob esse ponto de vista exclusivista de assegurar uma permanente melhoria de salários para seus membros, o dever das uniões sindicais era o de promover o aumento necessário da produção geral. Nesse mesmo congresso, em dezembro de 1928, depois de haver Trotski expressado seu erroneo ponto de vista, a maioria dos delegados elegeu para o poderoso *presidium* da AUCCTU o secretário assistente do Partido Comunista, L. M. Kaganóvitch, que se dedicou, durante os dois anos seguintes, a uma continuada campanha educacional entre os membros de comités e outros “ativistas” do movimento sindical, visando uma ampla reorganização dos executivos sindicais, tanto na sua orientação política como no seu pessoal. A essas medidas seguiu-se, nos começos de 1930, uma depuração geral em todos os departamentos do Estado, em consequência de suspeitas, que surgiram, a respeito da falta de uma cooperação cordial na política soviética por parte de pessoas que não provinham da classe de trabalhadores manuais. Verificou-se que “a 1.º de janeiro de 1930 apenas 9% do pessoal da AUCCTU eram constituídos de elementos provenientes das classes trabalhistas. A percentagem de antigos membros de outros partidos em relação ao número de comunistas filiados ao partido era a seguinte: na AUCCTU, 41,9%; no conselho geral dos operários metalúrgicos, 37%; no conselho central dos gráficos, 24%, etc. A “purga” deu em resultado a publicação dos nomes de 19 pessoas no jornal *Trud*, pessoas essas originárias de famílias nobres, de comerciantes e clérigos. Havia 18 descendentes de nobres e de comerciantes no comité central da união sindical dos Soviets de empregados. Em 11 dos comités centrais de uniões foram encontradas 53 pessoas que, no passado, haviam sido ativamente hostis ao proletariado” (12). Todos esses elementos indesejáveis foram eliminados.

Ao reunir-se o IX Congresso Sindical da URSS, em 1931, já era outra a corrente de opinião entre os trabalhadores organizados. Nesse interim, Trotski, por outros motivos, desentendeu-se com o Comité Central do Partido Comunista e foi afastado da liderança das uniões

(12) *Report of Ninth Congress of Trade Unions, 1931*, pp. 25-26.

sindicais a pretexto de seu mau estado de saúde, sendo-lhe confiado outro cargo de menor influência, conquanto muito honroso (13).

Depois do Congresso realizado em fins de 1928, o Comité Central das Uniões Sindicais (AUCCTU), sob a influência de Kaganóvitch, concitou os trabalhadores a “lutar pela produção” não somente em sua fábrica ou mesmo na sua indústria, mas em tôdas as indústrias consideradas como um todo. O XVI Congresso Geral do Partido Comunista, em 1930, resolveu que era dever das uniões sindicais, naquela ocasião, encabeçar o movimento destinado a incrementar a “competição socialista”, organizando “brigadas de choque” (*udárniki*), afim de elevar ao máximo a produção de toda a coletividade. Esse objetivo não foi fácil de atingir. Foram necessários dez anos, aproximadamente, para persuadir os mais extremados sindicalistas de que a sua função como “instrumento revolucionário” contra a autocracia dos empregadores capitalistas e como organização destinada a obter, para os trabalhadores, os salários mais elevados possíveis, essa função havia cessado desde o momento que desaparecera o empregador capitalista (14). Um esforço educativo permanente foi preciso para convencer a todos os trabalhadores de que o seu interesse pecuniário dependia, não dos “lucros” obtidos por cada uma das empresas isoladamente, mas do produto líquido de tôdas as indústrias da nação, tomadas em seu conjunto; e mais ainda: aquilo que as organizações sindicais precisavam defender não era a elevação de salários num determinado setor indús-

(13) Ele foi nomeado em 1931, para o cargo de diretor do *Gosidat* (depois denominado *Ogiz*) o grande estabelecimento editor da RSFSR. Essa disputa está resumida em *Die russischen Gewerkshafien*, por Michael Jacobson, 1932, pp. 141-143.

(14) Esse fato deve ficar gravado no espírito tanto dos jovens como dos velhos sindicalistas estrangeiros que trabalham na URSS. “A tarefa primordial das uniões sindicais da URSS — declarou Chvérnik, secretário do Comité Central das Uniões Sindicais, em discurso feito perante 130 delegados de trabalhadores estrangeiros, no Palácio do Trabalho, em Moscou (*Moscow Daily News*, 12 de novembro de 1932 — é fazer os trabalhadores compreenderem que, como únicos proprietários dos meios de produção, precisam convencer-se da necessidade de assumir a responsabilidade da manutenção desses meios”. “Eis porque — continuou ele — as uniões sindicais soviéticas não são organismo estanque, mas parte integrante do sistema soviético, cumprindo-lhes prestar assistência à realização dos programas de produção, organizar a competição socialista e as brigadas de choque, bem como atender às necessidades econômicas e culturais dos trabalhadores”.

trial, mas a elevação do padrão de vida, tanto na fábrica, como fora dela, através de toda a URSS.

A Estrutura do Sindicalismo na URSS

Estamos agora em condições de examinar a diferença entre a estrutura das uniões sindicais na URSS e a das existentes nos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Os sindicatos americanos e britânicos, organizados para lutar contra os empregadores industriais, impedindo que os mesmos reduzam os salários de seus filiados, lançam mão, para atingir esse propósito, de contratos coletivos por meio dos quais ficam a coberto da perigosa competição dos operários sem-trabalho. Por esse motivo, apresentam-se eles sob a forma de uma união de trabalhadores de uma determinada indústria, os quais aproveitam tôdas as oportunidades para exigir dos empregadores o aumento dos salários de seus associados. Cada grupo de operários ou cada fábrica, desesperadamente ansiosos por livrar os seus membros das garras do desemprego, luta por sua própria conta, sem se preocupar com os efeitos daí decorrentes sobre o custo da produção, quer num determinado estabelecimento industrial, quer no conjunto das indústrias. Os sindicatos soviéticos, pelo contrário, não são organizados para combater quem quer que seja e não visam neutralizar a competição entre operários. O interesse pecuniário de seus membros baseia-se na produtividade da indústria soviética, considerada como um todo, e isso resulta, em última análise, da produtividade de tôdas as fábricas em que eles trabalham. E' claro, pois, que o seu padrão de vida não depende do lucro de quem quer que seja mas dessa produtividade conjunta. Mas, além dos salários em dinheiro, as uniões sindicais visam proteger os seus membros contra os acidentes no serviço e interessam-se pelo conforto e salubridade de seus locais de trabalho; discutem e fazem sugestões a respeito das tarefas atribuídas à fábrica; orientam os trabalhos dos tribunais populares, onde são julgadas as pequenas faltas cometidas pelos seus membros, verificam a quantidade de alimentos e outras utilidades que, na “cooperativa de fábrica” (inclusive as novas granjas de fábrica), podem ser adquiridos pelos operários; administram os fundos de assistência aos doentes, acidentados e pensionistas, por meio de um comité eleito pela fábrica; mantêm um *bureau* jurídico para a defesa dos direitos de seus membros; providenciam sobre o alojamento do pessoal; instalam clubes destinados à recreação e edu-

cação dos seus associados; interessam-se pela organização de locais de férias; promovem viagens e fornecem entradas para o teatro e para a ópera a seus membros. E' preciso notar que, nessa ampla e sempre crescente esfera de ação dos sindicatos, estes atuam não como uma organização de produtores, uma vez que seus membros não produzem esses serviços, mas como consumidores igualmente interessados pela empresa em que trabalham.

Esse fato esclarece a mais importante diferença existente entre o sindicalismo da URSS e o de outros países: nas uniões sindicais soviéticas, não sendo necessário lutar contra os empregadores que vivem do lucro, mas compartilhando os operários na organização da indústria em que trabalham, o que as estes interessa é o estabelecimento considerado em seu conjunto de todas as empresas que produzem a mesma espécie de mercadorias. Não é, portanto, um determinado ramo de indústria que constitui a unidade da estrutura sindical. Como todos os que trabalham numa empresa concorrem cooperativamente para a produção e não certos grupos de determinado grau, idade ou sexo, a união sindical abrange, logicamente, todo o pessoal do estabelecimento desde o gerente geral até ao menino do escritório, desde o diretor ao aprendiz, desde o especialista cientificamente qualificado ao menos hábil de todos os operários (15).

Daí resulta que o sindicalismo na URSS não é nem uma associação, nem uma união industrial. Aproxima-se mais do que se denomina, na Inglaterra, uma união de empregados no seu sentido mais amplo, isto é, de organização nacional. Todos os que trabalham em determinado estabelecimento — o gerente, os técnicos, escriturários e guardalivros, o diretor, os artífices e operários, os médicos e enfermeiros, bem como os cozinheiros e encarregados da limpeza — todo esse pessoal, em todos os estabelecimentos que produzem as mesmas utilidades ou prestam os mesmos serviços, através de toda a URSS, faz parte do mesmo sindicato, quer o objetivo dessas empresas de âmbito nacional

(15) E' preciso notar que "o princípio de unidade sindical" ficou assentado como axiomático na Segunda Conferência Sindical de 1906, tendo aumentado, desde então, a sua força (*Soviet Trade Unions*, por Robert W. Dunn, 1927, pp. 13-14). A união dos trabalhadores ferroviários (AZRG), que foi a primeira a estabelecer efetivamente uma união em todo o país, compreendia, desde o seu início, todos os graus de trabalhadores ferroviários, de todos os distritos, desde o superintendente ao mais humilde fogueira. (*Die russischen Gewerkschaften*, por Michael Jakobson, 1932, p. 9).

seja a indústria extrativa, manufatureira, de transporte ou de distribuição de serviços, quer sejam organizações administrativas ou instituições culturais de qualquer espécie.

Um outro princípio, decorrente do de visar ao produto ao invés de visar ao lucro, é o da organização de âmbito nacional por estabelecimentos. Todas as dezenas de milhares de estabelecimentos da URSS estão reunidas, para fins de sindicalização, segundo seus diferentes produtos predominantes. Isso motiva que todos os assalariados de cada estabelecimento pertençam ao determinado sindicato em que se acha incluído o estabelecimento. Atualmente, não existem sindicatos locais, nem sindicatos de ofícios ou industriais. O número de sindicatos separados, que tem variado de tempos a tempos, foi reduzido a 23; depois, em 1931, foi elevado a 47. Na compreensiva reorganização de 1934, foi elevado a 154, com quadros sociais variando entre menos de cem mil e cerca de meio milhão. Podemos acrescentar que, no fim de 1933, o número reunido de sócios contribuintes dos sindicatos eleva-se a cerca de 18.000 de pessoas muito mais do que em todos os sindicatos reunidos do resto do mundo — representando um total recenseado de 40 milhões, aproximadamente, pelo menos uma quarta parte de toda a população da URSS (16).

(16) Entre os assalariados, os não sindicalizados, que em qualquer ocasião podem chegar a quatro ou cinco milhões, abrangem principalmente: a) camponeses recém-chegados das fazendas, e outros recrutados, nos primeiros três meses de serviço; b) trabalhadores por temporada, que regressam periodicamente às suas casas, no interior, embora parte deles, como os das docas de Leningrado, sejam solidamente sindicalizados; c) trabalhadores das fábricas recém-instaladas, isoladas e distantes de centros industriais, e até onde ainda não chegou a organização sindical; d) assalariados isolados ou em pequenos grupos, ao serviço de *artels* de *kustars* ou em unidades agrícolas particulares; e) uma proporção, rapidamente decrescente, de adolescentes de ambos os sexos, de menos de 16 anos; finalmente, f) um número incerto, pertencente às categorias "privadas" ou "destituídas", que a lei exclue da filiação aos sindicatos, mas que têm permissão para trabalhar como assalariados, pois em alguns casos seus serviços são particularmente úteis. Em setembro de 1934, ao propor o esquema de reorganização, Chvérník (secretário do Comitê Central Nacional dos Sindicatos), lamentou que estivessem fora dos sindicatos 22 % do total dos assalariados da URSS. Disse ele que o sindicato dos trabalhadores agrícolas do Estado só tinha 49 %; os da pecuária e os da turfa, somente 54 % dos empregados, ao passo que os de construções ferroviárias não iam acima de 61 %. Mesmo os trabalhadores das estações de tractores e máquinas só tinham 73 %, os da construção 74 %, e os mineiros apenas 77 % em seus respectivos sindicatos (*Moscow Daily*

Em anos passados, foi o seguinte o total de trabalhadores sindicalizados:

1917..	1.475.000
1918..	1.946.000
1919..	3.705.779
1920..	5.122.006
1921..	8.418.362

O total decaiu para 5.846.000, principalmente por causa da exclusão dos artífices independentes (*kústari*) e membros das associações cooperativas de proprietários-produtores, ou dos antigos *artels*. Continuou a declinar até 1923. Depois, tornou a subir:

1924..	5.822.700
1925..	6.950.000
1926..	8.768.200
1927..	9.827.000

A hierarquia sindical (como já explicamos, empregamos esta palavra sem que ela indique dependência de autoridade superior), como os demais componentes da estrutura constitucional da URSS, é estabelecida, em cada sindicato, por uma série de eleições indiretas, partindo da base da eleição popular direta procedida pelos membros do sindicato, quer tenham como remuneração salários ou vencimentos, independentemente de sexo, ofício, vocação, graduação ou valor da remuneração. Reunem-se em comícios relativamente pequenos, de homens e mulheres empenhados num mesmo trabalho, manual ou intelectual, em qualquer espécie de estabelecimento industrial ou não. Só

News, 10-9-1934). São as seguintes as regras de admissão, revistas em setembro de 1931 pelo Congresso Geral dos Sindicatos (AZRG): Todos os que trabalharem permanentemente assalariados poderão ingressar num sindicato nos primeiros dias de emprêgo. Os trabalhadores por temporada podem ingressar logo que tenham completado dois meses de trabalho ininterrupto, podendo esse período ser posto de lado se os candidatos tiverem trabalhado nas mesmas condições do ano anterior. Os trabalhadores das fazendas coletivas, que se dedicarem a trabalhos industriais, de transportes ou de construções civis como assalariados, podem ingressar imediatamente no respectivo sindicato (*Ekonomicheskáia Jizn*, 16-9-1931).

gradualmente se transformou essa organização sindical numa pirâmide de base ampla, de constituição uniforme em todos os sindicatos da URSS. Até agora, porém, esta evolução não se acha terminada. A situação em 1933 foi bem exposta num discurso de Chvérník, Secretário Geral do Comité Central Nacional dos Sindicatos (AUCCTU): “Temos atualmente 47 sindicatos, cada qual dirigido por seu próprio comité central. Os comités centrais... têm comités regionais... abaixo deles; seguem-se os comités de fábrica (*fabkom*) e os comités locais (*mestkom*) em instituições soviéticas; além deles, há os organizadores de grupos sindicais. Este princípio de constituição dos sindicatos... permitiu-nos reunir na esfera da organização sindical tôdas as empresas, tôdas as instituições soviéticas e de negócios (comércio).

Existem atualmente 513.000 grupos sindicais, porém o núcleo básico... é o comité de fábrica (*fabkom*) e o comité local ou *mestkom* nas organizações soviéticas e comerciais. Existem 186.640... comités dessa espécie. Há 883 departamentos regionais... e... 47 comités centrais de sindicatos. Todos os ramos da economia nacional se acham abrangidos pelas organizações sindicais, que reúnem em suas fileiras 75% do total dos que trabalham, por salários ou vencimentos, em nossa economia nacional” (17).

A base da hierarquia sindical, é constituída pelos comícios para escolha dos comités de fábrica (*fabkom*), que, nas repartições governamentais, estabelecimentos comerciais e tôdas as instituições não industriais, é denominado de comité local (*mestkom*). A norma é um comité abranger todo um estabelecimento. Mas nas grandes cidades há empresas tão pequenas que várias delas têm que ser agrupadas para a eleição de um comité de fábrica. Unidade assim diminuta, porém, é mais característica de estabelecimentos não industriais, como hospitais e outras instituições médicas, escolas, faculdades e universidades, instituições de pesquisas e divisões locais de departamentos do governo. Como acontecia mesmo antes da revolução, o estabelecimento industrial típico da URSS tem milhares de trabalhadores empregados em seus diversos departamentos, em numerosos edifícios separados, cons-

(17) *Discurso de saudação aos delegados estrangeiros*, por N. M. Chvérník, pronunciado em 8-1933. (Moscou, Sociedade Cooperativa de Publicidade dos Trabalhadores Estrangeiros na Rússia, 1933, p. 6). O número de grupos sindicais é o indicado no discurso de Chvérník ao Congresso Geral dos Sindicatos. Vide *A União Soviética no Limiar do Segundo Plano Quinquenal* (mesmos editores, p. 94).

truidos em área extensa, frequentemente superior a dois quilômetros. Assim é que as Usinas Rostselmash de Máquinas Agrícolas, em Rostov sobre o Don, que não são as maiores porém empregam 13.000 trabalhadores, têm 32 oficinas separadas, nas quais existem não menos de 481 "brigadas" (18). Cada brigada realiza suas próprias reuniões para discussões e para eleger seus próprios organizadores, sindical e educacional, que geralmente não são remunerados. Deve haver também um cobrador de mensalidades, não remunerado, e um ou mais delegados do seguro. Realizam-se também em cada oficina as reuniões de seus membros, numa das quais se elege para o semestre seguinte um comité de sete membros, com um presidente e um secretário (comité de oficina). Para o comité de fábrica deste grande estabelecimento, os membros do sindicato reúnem-se semestralmente em suas várias oficinas, cada uma das quais elege um delegado, ou mesmo dois ou três nas maiores, perfazendo o total de 51. O número de membros dos 186,640 *fabkoms* e *mestkoms* da URSS é avaliado em cerca de 2.000.000, aos quais devemos acrescentar aproximadamente um milhão dos vários sub-comités ou comissões que funcionam sob os comités. Assim, além dos funcionários, remunerados e gratuitos, pelo menos 15% dos membros dos sindicatos se acham ativamente empenhados nos trabalhos dos comités (19).

(18) Uma brigada pode ser determinada turma ou grupo empenhado numa tarefa em conjunto.

(19) Pode-se observar que estas reuniões populares para tratar de assuntos sindicais (incluindo as eleições de delegados junto a outros Conselhos e comités) diferem das reuniões de operários, também efetuadas nas fábricas, repartições ou instituições, separadamente e em datas diferentes, e dos quais emana a hierarquia soviética. Assim procede o comício sindical: a) admite trabalhadores abaixo de 18 anos, mas é limitado aos que contribuem para os sindicatos, não importando qual a sua idade; b) suas decisões, em sua esfera de ação, e desde que não contrariem as leis, só podem ser vetadas pelas autoridades superiores da hierarquia sindical, e não pelas da hierarquia soviética; c) não corresponde em coisa alguma às assembléias que não sejam de fábrica, nos quais podem votar para os Soviets os trabalhadores não organizados, quer sejam domésticos ou não assalariados. As assembléias sindicais são invariavelmente realizados no recinto da fábrica, repartição ou instituição, que, para tal fim, deve ser gratuitamente posto à disposição do sindicato, à noite ou em qualquer outra ocasião fora das horas de trabalho, respeitada a conveniência dos participantes. Embora seja de 16 anos a idade mínima para o ingresso no quadro sindical, só podem votar nas eleições os que completarem 18 anos. Os que empregam parte do tempo em mais de uma fábrica,

As Eleições Sindicais na URSS

Não se deve imaginar que essas eleições sindicais se processem com timidez ou indiferença. As resoluções do XVI Congresso Pan-Russo do Partido Comunista, repetidas em substância no Quinto *Ple-num* do AUCCTU em 1931, ocuparam-se minuciosamente das providências a serem tomadas, em cada estabelecimento de cada sindicato de toda parte da URSS, para fazer da eleição um ensejo para uma campanha estimulante entre todos os assalariados, dos quais os "ativistas" — os que efetivamente tomavam parte nos trabalhos das campanhas — eram mais de 2.000.000. Só em Moscou havia mais de 160.000 (20).

A campanha eleitoral sindical de 1931 não foi absolutamente um esforço excepcional. Em 1933, encontramos o AUCCTU (Conselho Central das União Sindicais), que é o vértice da pirâmide sindical

repartição ou instituição podem comparecer às assembléias de todas, mas só podem votar uma vez, em qualquer das eleições.

(20) Vide discurso de Chvérník perante o IX Congresso Geral dos Sindicatos (*A União Soviética no Limiar do 2.º Plano Quinquenal, 1933*, p. 96). Como resultado desta campanha por toda a URSS, foram apresentadas não menos de 1.200.000 propostas de filiação aos sindicatos, mais de 150.000 para a Liga da Juventude Comunista (*Konsomols*), e 160.000 para filiação ao Partido Comunista. "As fileiras dos trabalhadores de choque foram reforçadas pelo acréscimo de 920.000 novos militares. Organizaram-se 130.000 novas brigadas de choque e de contabilidade. Foram apresentadas (às administrações) 250.000 recomendações de trabalhadores... Como resultado desta campanha, numerosas empresas começaram a reorganizar seus planos industriais e financeiros. Resumindo o trabalho dos sindicatos com relação à campanha eleitoral, devemos dizer, de início, que, em país algum, a não ser na Rússia Soviética, em nenhuma outra união sindical, a não ser na dos Soviets, existe uma democracia sindical tão elevadamente desenvolvida" (*Ibid*). Na "campanha das convenções coletivas" de Dniepropetrovski, em 1933, "preparatória do então próximo IX Congresso Sindical", "os 40.000 trabalhadores das usinas metalúrgicas de Dniepropetrovski corresponderam com grande entusiasmo. Durante aquele período, organizaram-se 282 novas brigadas de choque e 98 brigadas de contabilidade de custos. O Partido Comunista recrutou 286 novos membros; 60 ingressaram nos sindicatos. Mais de 75% dos trabalhadores frequentavam escolas técnicas" (panfleto de L. Kaupmann, publicado pela Soc. Cooperativa de Publicidade dos Trabalhadores Estrangeiros, 1932. Ver também *Moscow News*, edição semanal, de 23-3-1932).

de toda a URSS, novamente emitindo instruções pormenorizadas para outra campanha, ainda maior (21). Ordena êle que, em 1933, se deve "fazer dessas eleições o ensejo para uma resoluta auto-crítica proletária, tanto por meio de brigadas voluntárias "de verificação", constituídas pelos trabalhadores para revisão dos trabalhos de seus representantes, com de assembléias de "prestação geral de contas", nos quais todos os funcionários sindicais, desde os cobradores de mensalidades de grupos até os presidentes de comités de fábricas ou de usinas, deviam relatar, aos sindicalizados e aos não sindicalizados, o que haviam feito durante o ano. A "campanha eleitoral" devia auxiliar na investida contra a abstenção eleitoral, no treinamento de novos operários e em fazê-los ingressarem nos sindicatos, propagando, além disso, conhecimentos sobre realizações construtivas. A campanha devia dar novo impulso à competição socialista e ao trabalho das brigadas de choque, assim como ao trabalho de melhoramento das condições de vida dos trabalhadores. Todo o trabalho da campanha eleitoral deveria basear-se na competição socialista entre os vários grupos sindicais do estabelecimento e entre estabelecimentos, para a melhor mobilização das massas operárias para a execução do Plano; para o máximo melhoramento das condições de vida; para o comparecimento de 100% às assembléias eleitorais; para o ingresso de novos trabalhadores no sindicato". Antecedendo os comícios eleitorais, deve haver outros, preliminares, "de prestação de contas", nos quais cada funcionário e representante teria que prestar contas de sua administração, assim como reuniões para discussão nos grupos formados por brigadas ou turmas. O relato do trabalho efetuado deveria ser apresentado nos "jornais murais", cuja renovação seria feita diariamente enquanto durasse a campanha. Deveria ser feito o máximo emprêgo do radio, do cinematografo, da imprensa local, de "noites de perguntas e respostas", de comícios de esposas e filhos de operários, e assim por diante, afim de "mobilizar as massas" para tomarem parte nas eleições e compreenderem os problemas. Para redigir o programa da campanha eleitoral e designar as datas dos vários comícios, juntamente com a publicação dos nomes dos candidatos e efetuar as eleições, haveria comissões eleitorais especiais em cada oficina e no estabelecimento em conjunto, escolhidas

(21) Vide as extensas e detalhadas instruções para a "campanha eleitoral", publicadas no órgão oficial dos sindicatos, TRUD, que foram dadas em resumo no *Moscow Daily News*, de 12-12-1932.

por membros dos sindicatos nos comícios de prestação de contas ou em outros, especialmente convocados, e confirmadas pela autoridade sindical imediatamente superior. As designações podem ser feitas oralmente, numa assembléia, ou por meio de uma lista de nomes, assinada. Cinco dias antes da eleição, a lista de candidatos deve ser afixada em tôdas as principais oficinas, nos departamentos, nos clubes, nas "esquinas vermelhas", nos acampamentos e nos trens de trabalhadores, mencionando-se nelas a experiência de cada candidato quanto à produção e o trabalho social por êle desenvolvido, com o nome de quem o apresenta. No comício eleitoral devem estar presentes 75% dos sindicalizados que na época estejam efetivamente trabalhando. A votação é por meio da mão erguida, sendo os votos contados por escrutinadores eleitos pela assembléia. Para ser eleito, o candidato deve ser aprovado por 60%, pelo menos, dos eleitores presentes. Não há eleição por simples maioria.

Não temos informações quanto à amplitude da "vivacidade" dessas campanhas eleitorais sindicais em todo o país. Bem pode ser que, numa vastidão como é a URSS, com eleitorado de mui diferentes hábitos e capacidades, as bem intencionadas instruções expedidas pela mais elevada autoridade sindical nem sempre sejam plenamente obedecidas. Ficamos, porém, impressionados por vários testemunhos sobre o assunto. As reuniões de trabalhadores são frequentes e comportam 50 e às vêzes 75% do seu total; nelas tomam parte pessoas de ambos os sexos. Apresentam elas ensejos para muitas discussões livres sobre personalidades, política industrial e condições locais de vida. Há o louvável desejo de encorajar os participantes mais jovens e mais novos e de injetar sangue novo nas comissões. Parece-nos mui digno de nota que os postos não são monopolizados pelos membros do Partido Comunista, que indubitavelmente constituem a maioria dos "ativistas", intensificando as campanhas eleitorais. Pelo contrário, promovem abertamente a eleição de numerosos candidatos "não partidários", dizendo francamente que o fazem para torná-los participantes reais no trabalho da administração, o qual, para ser bem sucedido, tem que ser baseado na adequada representação de todo o povo (22).

(22) Possuímos dados referentes à Usina de Máquinas Agrícolas de Rostov (Rostselmash). Dos 51 membros do comité da fábrica, somente 24 eram membros do Partido Comunista, isso em 1932. Essa proporção mantinha-se em grande parte nos 32 comités de oficina e entre os 400 funcionários sindicais (gratuitos, na maioria).

Não se têm dados exatos relativamente ao total de assembléias, na URSS, para a eleição de comités de fábrica, mesmo em cada um dos 154 sindicatos. Evidentemente, porém, esse total é muito grande, chegando a dezenas de milhares em alguns sindicatos. Para o total de 18.000.000 de membros dos 154 sindicatos, deve chegar a perto de um milhão o número de reuniões interessadas na eleição de nada menos de 513.000 grupos, brigadas ou turmas e cêrca de 1/3 deste número de membros de comités. Visto que essas reuniões de sindicalizados se efetuam espaçadamente durante o ano — embora somente uma ou duas vêzes para a eleição dos comités da fábrica —, o seu total de comparecimentos, na URSS, deve ser aproximadamente de 5.000.000 em cada 12 meses, o que, sem dúvida, é uma ampla base popular para a hierarquia sindical!

Essas reuniões, porém, são muito mais que a base de uma hierarquia. O estudante da ciência política não deve permitir que a excitação das campanhas eleitorais nos sindicatos obscureça o trabalho diário e mais sólido dos diversos comités e comissões, Conselhos regionais e comités centrais de cada sindicato, nos quais, como vimos, afora os funcionários remunerados, estão continuamente empenhados não menos de 2.000.000 de membros. Deve-se ter em vista que o *fabkom* e o *mestkom* têm grande parte a desempenhar na administração corrente da fábrica, repartição ou instituição. São frequentes e prolongadas as reuniões para esses fins, muitas vêzes com trabalhos ordens do dia, que diferem de uma empresa para outra. O gerente ou diretor, e os técnicos mais de perto interessados, reúnem-se, em pé de igualdade, com os representantes de tôdas as categorias do estabelecimento. Aos nossos olhos ocidentais, com frequência, é mais surpreendente do que uma reunião de fábrica a administração de uma instituição não industrial por um desses comités (*mestkom*). Nós mesmos tomamos parte, durante nossa viagem, numa reunião do "Soviet de navio", pertencente ao Sindicato dos Marítimos, na qual o capitão apresentou as contas de bordo a toda a tripulação, explicando as verbas respectivas. Quem presidiu foi um dos eletricitistas, estando representadas tôdas as secções da tripulação, inclusive algumas mulheres. Como as contas indicavam um prejuízo na viagem, foram feitas algumas críticas às despesas. Um marinheiro indagou por que se ocupava para os navios um dispendioso trecho de cais no Tamisa. Respondeu o capitão que a despesa de cais era bem compensada pela proximidade do mercado de manteiga. Um dos dispenseiros perguntou por que se manteve tão grande velocidade durante a última viagem; a resposta foi

que se esperava melhor preço para a carga se ela pudesse chegar ao Tamisa antes de uma data marcada. Seguiram-se muitas outras perguntas e respostas. Era impossível não se ficar impressionado com o valor educacional da discussão, assim como pelo completo sentimento de camaradagem entre tôdas as categorias e por se sentirem todos empenhados numa tarefa comum.

Damos um outro exemplo, relatado por uma enfermeira norte-americana, de uma reunião ordinária do sindicato dos trabalhadores em serviços médicos, num hospital de Leningrado. "As reuniões ordinárias destes sindicatos podem tornar-se movimentadas, com uma pitoresca lavadeira de lenço vermelho na presidência, secretariada por uma doutora graduada pela Sorbonne, e comités incluindo até o tolerante e bem humorado diretor da instituição, que tem sido famoso especialista desde há quinze anos passados, um inflamável e jovem médico, que divide seu entusiasmo entre o comunismo e as pesquisas médicas, um sonolento encarregado do fogão, cujas botas altas recendem a couro mal curtido e várias filas de murmurantes e impassíveis enfermeiras e arrumadeiras. As reuniões prolongam-se pela noite adentro, pois que nelas se discute e decide grande parte da minuciosa administração do hospital ou clínica. Complicados detalhes técnicos têm que ser vagorosamente expostos em linguagem simples, sobrecarregando frequentemente a paciência dos médicos vivazes, porém, quando a sessão termina, em geral já se chegou a uma compreensão bastante clara da situação, com a cooperação inteligente dos diferentes grupos do pessoal. Estas reuniões sindicais são uma verdadeira escola da democracia" (23).

O Comité Sindical de Fábrica

O comité sindical (FZK) de fábrica ou de instituição (*fabkom* ou *mestkom*), de 5 a 50 membros, tem funções importantes, variadas e ininterruptas. As reuniões de seu *plenium* podem ter intervalos até de um trimestre (24), mas o *plenium* elege sempre, anualmente, um pre-

(23) *Health Work in Soviet Russia*, por Anna J. Haines, p. 33.

(24) Nas grandes instalações industriais, os comités das várias oficinas, turmas ou brigadas, a que já nos referimos, reúnem-se geralmente três ou quatro vêzes por mês, independentemente das reuniões do comité de fábrica (*fabkom*).

sidente e um secretário, que, em tôdas as unidades mais importantes, geralmente devotam todo o seu tempo ao trabalho sindical. Elege também um *presidium*, de seis a doze membros, que em geral se reúne uma ou duas vezes por quinzena (25). O comitê assume, com relação a todos os que trabalham na fábrica, repartição ou instituição, a administração detalhada dos vários ramos do seguro social; providência sobre o encaminhamento de trabalhadores às colonias de férias ou de convalescença; dirige o clube da fábrica, a cantina ou os restaurantes, quaisquer empreendimentos culturais na fábrica, e até se encarrega de distribuir entre os trabalhadores os bilhetes de entrada em teatros ou concertos, postos à sua disposição. Pode haver comissões encarregadas de cada um desses trabalhos, separadamente, ou de tôdas em conjunto, para as quais sejam solicitados os serviços de sindicalização não eleitos para o comitê de fábrica (26). Os funcionários e o *presidium* do comitê mantêm relações constantes com a direção da fábrica, repartição ou instituição, sobre a qual não têm verdadeiro controle, devendo a direção, porém, informar sempre o comitê de fábrica sobre as modificações propostas, discutir com êle quaisquer desentendimentos com os trabalhadores, ouvir suas sugestões e consultá-lo de modo geral quanto à possibilidade de incrementar a produção, reduzir os desperdícios e diminuir os custos. É o comitê de fábrica que organiza as brigadas de choques, e, em benefício dos trabalhadores, entra em “competições socialistas” com outras fábricas, repartições ou instituições, para ver qual conseguirá maiores resultados num determinado período.

(25) Entre os sub-comitês ou as comissões usuais, abaixo do comitê de fábrica, estão os seguintes: 1) para a proteção aos trabalhadores e cuidado com sua saúde, incluindo-se o cuidado com as máquinas para evitar acidentes, a habitação, as creches, as casas de repouso, etc.; 2) de “assuntos culturais e educacionais”, incluindo aulas técnicas, bibliotecas, gazetas murais, entradas para teatros, etc.; 3) remuneração e litígios sobre salários; 4) produção, incluindo todos os melhoramentos possíveis dos elementos de produção; 5) exames de contas; 6) finanças; 7) assistência internacional aos trabalhadores; 8) sociedade cooperativa; 9) administração do clube. Frequentemente há muitas outras.

(26) Os que empregam todo o seu tempo no trabalho sindical recebem do fundo sindical vencimentos iguais aos proporcionados por seu trabalho na fábrica. Aos demais, concede-se “tirar tempo”, sem objeção por parte da gerência e sem prejuízo de salário, para se desincumbirem de quaisquer encargos para que seus companheiros os tenham escolhido.

Convenções Coletivas na URSS

Os sindicatos soviéticos desempenham tão grande parte na administração social e exercem tão variadas funções, que o observador estrangeiro está sujeito a subestimar o vulto e a importância do seu trabalho nas convenções coletivas. Longe de haver, na Rússia, menos convenções desta natureza do que na Grã Bretanha ou nos Estados Unidos, ou mesmo na Alemanha pre-hitlerista, há realmente muito mais convenções do que em qualquer outro país do mundo. Esclarecendo este ponto, adiantaremos um assunto, que explicaremos mais pormenorizadamente em capítulo posterior, intitulado *A Produção Planificada para o Consumo da Comunidade*.

Na URSS, como em todos os países em que o sindicalismo evoluiu da fase das pequenas combinações locais para as das uniões nacionais, abrangendo indústrias inteiras, os horários de trabalho em cada indústria são fixados, não pelos diversos estabelecimentos ou segundo as localidades em que a indústria se exerce, porém por negociações entre comitês representando respectivamente o total dos trabalhadores e o das administrações no país. No que se refere às tarifas básicas das remunerações por tempo de trabalho em cada sindicato e ao coeficiente de aumento a ser aplicado a elas no ano seguinte em toda a indústria soviética, a convenção coletiva se concentra principalmente numa discussão prolongada e de múltiplos aspectos, nos primeiros meses de cada ano, entre o AUCCTU e os comitês centrais de todos os 154 sindicatos, de um lado, e do outro os representantes do *Sovmarkom* (Soviet dos Comissários do Povo), juntamente com as administrações dos vários trustes e serviços públicos. A nota predominante nestas discussões não é o conflito nem a luta entre duas partes hostis, cada uma empenhada em destruir a outra de alguma coisa a que se apegue em seu próprio benefício; é, antes, um exame objetivo dos fatos estatísticos e um estudo das normas do bem público, que ambas as partes concordam em atender.

Disse um representante sindical que “a feição característica das convenções coletivas soviéticas é a ausência do partido inimigo”. De fato, não é tanto uma nova tarifa de salários que se procura determinar, mas o “Plano Geral” da indústria soviética, para um ou mais anos a seguir. Nele, como explicaremos noutro capítulo, a quantia dos salários é apenas um dos fatores determinantes. A realização das convenções coletivas está longe de ser apenas uma série de rixas entre o “trabalho” e o “capital” quanto ao limite flutuante entre os salários e

os lucros. O que surge da discussão é a distribuição específica de todo o produto líquido da indústria da comunidade, à qual se chega pelo acordo quanto à natureza é à totalidade das quantias a serem destinadas a determinados fins de interesse comum. Embora não haja tributo de aluguel ou lucro a deduzir, reconhece-se que não é possível distribuir todo o resultado como "remuneração pessoal". Deve-se destinar, anualmente, parte considerável, não só aos consertos e à depreciação das instalações, como também à ampliação da indústria nacional e à construção e equipamento de novas minas, fábricas, estradas de ferro e embarcações. Reconhece-se em geral que essa expansão é necessária, não apenas para atender à clamorosa procura de mais utilidade por parte dos trabalhadores, mas também para tornar a URSS o mais independente possível da hostilidade dos Estados capitalistas. Não vemos limite para esta procura real de produtos mais abundantes e melhores, e, como se verá noutro capítulo, não há razão para se supor que surja limite em tempo algum. De fato, uma das condições essenciais da "Produção Planificada para o Consumo da Comunidade" é a de fazer que a procura por parte do povo seja sempre uma "procura real", quer quanto a utilidades e serviços, quer quanto a férias e redução das horas de trabalho. O incremento anual, porém, da indústria é necessariamente limitado pelas forças imediatamente disponíveis e sobretudo pela força de trabalho da sempre crescente população, congestionada pelos camponeses, que a mecanização da agricultura está constantemente dispensando.

Neste ponto, pesam irresistivelmente as estatísticas elaboradas todo ano pela Comissão de Planificação do Estado. Não há interesse para ninguém em desperdiçar nenhuma parcela da força de trabalho que se torne disponível e permitir assim o ressurgimento do desemprego. A seguir, há as necessárias "despesas gerais" da nação, o custo de todos os departamentos governamentais, da defesa nacional e da administração da justiça, juntamente com um assunto em que os trabalhadores da URSS se interessam mais vivamente do que os de qualquer outro país: a exploração e as pesquisas científicas. Aí, também, o cálculo depende muito das estatísticas de quanto se pode empreender imediatamente dentro do programa já aprovado pelos representantes do povo. Finalmente, há o custo total avaliado dos serviços sociais, amplos e em constante expansão, incluindo não somente todo o sistema educacional e "pre-escolar", com tôdas as suas matriculas; o vasto serviço médico estatal, em suas inumeráveis formas; a interminável tarefa do saneamento e do realojamento de toda a população; o sempre cres-

cente seguro social, para o qual não contribuem os trabalhadores; os meios de recreio físico e mental, de toda espécie, organizados com caráter público, e assim por diante. Toda essa despesa — elevando-se atualmente a cerca de 50% do que o trabalhador retira em dinheiro como sua remuneração — é significativamente conhecida como "remuneração socializada". Ela constitui sempre assunto de pressão por parte dos sindicatos, porém pressão no sentido de seu aumento, não obstante o fato evidente de cada *kopek* de aumento diminuir o saldo disponível para distribuição como "remuneração pessoal". É o total do que resta, depois de feitos no produto avaliado para o ano os "cortes" que citamos, que os sindicatos aceitam como a soma global disponível para a remuneração pessoal de todo o conjunto de trabalhadores manuais ou intelectuais. É o total desse resíduo, dividido pelo número total de trabalhadores, que torna possível o cálculo do coeficiente do aumento da remuneração por tempo, isto é, a percentagem do aumento sobre as tarifas do ano anterior.

O modo exato pelo qual esse fundo global de remuneração será dividido entre todo exército de trabalhadores que recebem salários ou vencimentos fica, em grande parte, a cargo dos comitês centrais dos 154 sindicatos, em consulta com a sua entidade unitiva, o AUCCTU (All-Union Central Committee of Trade Unions), Comité Central Nacional dos Sindicatos. Damos aqui apenas um ligeiro resumo do processo, fazendo no capítulo subsequente, *Em Lugar do Lucro* (27), uma exposição, mais completa, da teoria e da prática. Por agora, basta dizermos que os sindicalistas da URSS, depois de várias experiências por meio de "tentativas e erros" concordam num sistema comum de graduação, que se vai continuamente ajustando melhor às peculiaridades técnicas e às circunstâncias modificáveis das diversas localidades em que se leva a efeito cada indústria. Por um lado, deve haver disposições especiais para a remuneração de aprendizes e outros principiantes e de outros trabalhadores indispensáveis porém não produtivos, como porteiros e escrivães. Por outro, há estudo especial quanto aos técnicos especialistas e aos administradores, os quais, como devemos lembrar-nos, são todos membros do sindicato interessado. Em todos estes casos, tornou-se claro aos interessados que o fator decisivo é a necessidade de atrair a cada indústria e a cada localidade os indispensáveis "quadros" de pessoal habilitado e capaz.

(27) Capítulo de *URSS, Uma Nova Civilização*, de Sidney e Beatriz Webb, publicado em português pela Editorial Calvino Limitada.

O problema não consiste em apurar o mínimo por que se pode obter o pessoal indispensável, mas em descobrir os meios de atrair e adestrar gente para diminuir do modo o mais eficiente possível os claros existentes nos quadros. Depois disso, a maior parte dos trabalhadores manuais é dividida em oito ou mais categorias, como se julgar mais conveniente aos processos industriais; essas categorias não correspondem ao ofício ou à função, mas aos graus de habilitação ou capacidade, baseando-se muito na escassez relativa. As categorias são, de fato, para fins de remuneração, fixadas de acordo com o denominado "valor social", que significa, na verdade, a relativa escassez de obreiros de determinada capacidade para executar as operações necessárias. Essa tarifa progressiva de remuneração eleva-se desde o índice 1 para o trabalhador sem habilitação até 2, 4 ou 8 vezes aquele índice, por mês, para diferentes graus de habilitação ou capacidade. Qualquer trabalhador pode ingressar em qualquer categoria cujo trabalho ele possa executar. O jovem zeloso e cheio de aspirações, que se encontra na graduação mais baixa, digamos 1, pode pedir, em qualquer tempo, sua promoção à categoria 2. "Muito bem", é a resposta. "Você pode ter uma quinzena de experiência. Se, nesse tempo, Você se sair bem, satisfazendo à gerência e ao funcionário do sindicato, ficará na categoria 2 e ganhará o salário correspondente. Se não, voltará à sua categoria inferior". Tempos depois, o trabalhador alega poder passar à categoria 4, submetendo-se ao mesmo processo. O resultado é que uma grande proporção dos trabalhadores jovens — só numa fábrica, segundo nos disseram, chegou a 90% — se encontra voluntariamente estudando em aulas noturnas (sem despesa alguma), empenhando-se em "melhorar suas habilitações". Visto que não há perigo de desemprego e que todos os trabalhadores de cada indústria estão num sindicato único, não há questões de "demarcações", isto é, de limite de número de habilitados. Cada aumento de habilitações e capacidade correspondente a aumento de produção e decréscimo de "obras mortas" ou desperdícios, e, assim, a gerência e o sindicato não têm senão bom acolhimento para os seus trabalhadores rudes que se transformarem em mecânicos habilitados e até em engenheiros cientificamente educados. O essencial é apenas que o aumento do rendimento líquido seja ao menos equivalente ao da folha de pagamento.

Até aqui expusemos os princípios e métodos pelos quais se processam as convenções coletivas com relação às tarifas racionais de remuneração. Em todas as indústrias, porém, e em cada região, a esfera das convenções coletivas abrange muito mais que a escala na-

cional de salários e vencimentos. Em todos os demais setores deste campo, são as organizações locais de cada sindicato da URSS que entram em prolongadas discussões com a gerência de determinada fábrica em que trabalham seus filiados. Em primeiro lugar, está o perpétuo assunto da fixação das tarifas "por peça", em cada processo ou tarefa. Aqui, a tarifa nacional de trabalho por tempo tem que ser convertida num pagamento equivalente ao trabalho de cada hora por tarefa, de modo que qualquer trabalhador aceito para emprego e que não tenha nenhuma incapacidade física, pode, com o esforço ordinário, ganhar por mês ao menos a importância correspondente à tarifa por tempo. O que é indispensável na determinação das tarifas por peça é a igualdade entre os diferentes processos ou tarefas. Os que trabalham com maior eficiência ou rapidez de que o normal podem receber, com plena aprovação da gerência e eventual vantagem para todos os da fábrica, maior pagamento, que é amplamente compensado pelo incremento de produção que resulta em benefício de todos. Na URSS, é o próprio funcionário (delegado) do sindicato — o fixador de tarifas cuja experiência na teoria e na prática o sindicato tem pago com frequência — que tem a iniciativa e a maior influência na fixação das tarifas por peça, na base da igualdade entre diferentes tarefas e da equivalência entre a remuneração por tempo e por peça, para o operário comum e diligente. A gerência tem seus próprios funcionários, que podem fazer objeções a quaisquer tarifas propostas e, a seu ver, não se enquadrem nesses princípios. Se os peritos de ambas as partes não concordarem, o assunto será submetido a arbitramento. Na URSS, porém, as gerências não têm atrativo pecuniário que as leve a "cortar" as tarifas de mão de obra.

Ainda estamos longe, porém, de terminar a exploração da esfera das convenções coletivas na URSS. Para o trabalhador, naquela terra da ditadura do proletariado, a fábrica não é somente o lugar em que ele ganha a vida. São frequentes os casos em que ela lhe proporciona a habitação e o clube, a creche-escola e o jardim de infância para seus filhos, as aulas técnicas para ele e sua esposa, seguro social, amplo e de múltiplos aspectos. De tudo isso e de muitas outras coisas trata o sindicato. O que é novo e inesperado é encontrarmos todos estes benefícios como assuntos de convenções coletivas com a administração da fábrica, para serem custeados no todo ou em parte pela própria administração, como parte das despesas gerais da empresa, embora administrados quase inteiramente pelos comitês sindicais. O observador estrangeiro fica surpreso ante a segurança e a amenidade dos lo-

cais de trabalho, a existência de leitos de hospital e sanatório, as medidas tomadas para a prevenção de acidentes, o aumento ou a melhoria das acomodações para os empregados, o estabelecimento de creches e jardins de infância para as criancinhas, as instalações do clube dos trabalhadores, as aulas técnicas destinadas a habilitá-los a melhorar sua capacidade de trabalho. Muitos outros assuntos de importância para a vida cotidiana dos trabalhadores são tratados na convenção detalhada (*kol-dogovor*) redigida, anualmente, em março, entre a gerência e os diversos comitês de trabalhadores, com tempo que permita à gerência prover, no orçamento das operações da fábrica, aos necessários aumentos na despesa desta, os quais têm que ser todos encaixados no Plano Geral. Algumas vezes, esses aumentos são consideráveis. Lemos, por exemplo: "Foram concedidos 4.000.000 de rublos pela usina metalúrgica de Petróvsk e Lênin, no Dniepropetróvski, para habitações dos trabalhadores, de acordo com o Departamento de Planificação do AUCCTU. Serão construídas mais duas creches. Os trabalhadores, por seu turno, concordam em aumentar de 38% a produção. Seus salários terão o aumento de 24%. Até agora, os metalúrgicos ocuparam o 19.º lugar na relação de salários. Com a revisão atual, passarão ao terceiro" (28).

Nestas discussões anuais com a administração de cada fábrica, é espantosa a enorme proporção dos trabalhadores que são convocados para nelas tomar parte. Em março de 1932, declarou Chvérnik: "O comparecimento de operários e empregados às reuniões em que foram discutidos os projetos das novas convenções coletivas chegou, em numerosas empresas, até a 95 a 100%. Na usina "Foices e Martelo", o número dos que tomaram parte na redação da convenção coletiva foi de 98,6%; na fábrica de tratores de Stalingrado, 97%; na fábrica de freios para veículos, de Iaroslavl, de 100%; na tecelagem de Chinski de 100% (29). Ainda mesmo que esta participação, na convenção coletiva, de quase todos os sindicalizados não seja mais que o comparecimento às reuniões, a atenção aos discursos, com uma ou outra interrogação e a aceitação final, sem protesto, de uma decisão unânime, devemos admitir que não representa pouca educação política e não é um mau sistema despertar entre a massa a "consciência do con-

(28) Panfleto de L. Kaufman (Soc. Cooperativa de Publicidade dos Trabalhadores Estrangeiros na URSS, 1932). Vide *Moscow News*, edição semanal, de 28-3-32.

(29) *Ibidem*.

sentimento", que é necessária à verdadeira democracia. Além disso, o tratado nunca é bilateral. "Um acordo feito por trabalhadores soviéticos", escreve um representante sindical, "é, na realidade, uma promessa que eles fazem a si mesmos e aos seus companheiros, de cumprir certas condições que eles mesmos determinaram. Não existe força coercitiva exterior... Nos países capitalistas, as convenções coletivas são termos de armistício entre duas forças hostis. Nas negociações, os empregadores empenham-se em impor aos trabalhadores as piores condições possíveis... aqui, não há inimigos. Ninguém tenta dar o menos que pode em troca do máximo que obtiver" (30).

Além das discussões anuais, porém, processa-se durante o ano todo um grande trabalho de convenções coletivas. Novos trabalhos exigem novas determinações de remuneração por tarefa; pode haver bonus especiais a serem concedidos por serviços excepcionais ou determinadas tarefas. Acrescente-se a inevitável torrente de reclamações de trabalhadores, isoladamente, contra maus tratos reais ou imaginários, manifestações de descontentamento quanto à remuneração, por peça, ou apelos contra demissões ou outras medidas disciplinares. Atualmente, a suspensão do trabalho, por greve, é praticamente desconhecida, mas isso não quer dizer que não haja divergências entre a administração e grupos inteiros de trabalhadores. Como já dissemos, qualquer disputa dessa natureza é prontamente encaminhada ao "triângulo", denominação popular da corte de arbitramento da fábrica, repartição ou instituição, reunida na ocasião e composta de um representante, da administração, um funcionário preeminente do sindicato no estabelecimento, e o funcionário local da célula ou do grupo do Partido Comunista, também do estabelecimento. Este tribunal doméstico, sem formalidades, quase invariavelmente regulariza a disputa segundo o bom senso, de um modo que é aceito pelos litigantes. Qualquer das partes, porém, pode sempre apelar para a RKK (Comissões de Controle dos Trabalhadores), composta de membros dos sindicatos e fun-

(30) Discurso de Chvérnik, a pp. 64-65, do Relatório do 9.º Congresso Sindical, de 1933. Estes *kol-dogovor*, ou convenções anuais entre os empregados e a administração da fábrica, são documentos impressos, bem elaborados e extensos. O das usinas Arado Vermelho, de Moscou, para 1935, tinha 70 páginas in-16.º; o da Electrocombinat, 59 páginas; o da Primeira Fábrica Estatal de Peças Avulsas, 44 páginas, e o do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Ferroviários, 64 páginas.

cionários dos trustes, ou até mesmo para o Commissariado (ministério) do Trabalho da República em cujo território esteja situado o estabelecimento. Em última instância, pode ir até ao comissário do povo para os Negócios do Trabalho, da URSS (31). Agora, que estes comissários do povo, cuja nomeação sempre foi feita pela AUCCTU, foram substituídos pelo próprio AUCCTU, é a esta suprema entidade sindical que deve ser feito um apelo dessa natureza.

Uma coisa, porém, é enfeixar-se num *kol-dogovor*, ou convenção por um ano, as obrigações recíprocas entre os trabalhadores e as administrações, e outra é obter-se o seu cumprimento exato e pontual. Conforme observou Chvérnik no IX Congresso Geral dos Sindicatos, “ainda há numerosos defeitos reais no modo de praticar as convenções coletivas. O mais importante deles é a ausência de um método sistemático de verificar o cumprimento das obrigações assumidas sob as convenções, tanto pelos trabalhadores como pelas administrações. Muitas organizações sindicais nada mais fazem, do começo ao fim do ano, senão registrar que ambas as partes contratantes têm falhado no cumprimento de suas obrigações, limitando assim suas atividades à campanha pela conclusão de uma nova convenção, campanha essa efetuada apenas uma vez por ano. Isso deve ter um paradeiro definitivo quanto antes. Deve ser tarefa diária de toda organização sindical fiscalizar o modo pelo qual estão sendo cumpridas as convenções. É necessário que tenhamos êxito em fazer que tanto os nossos órgãos econômicos como as nossas organizações sindicais cumpram todas as obrigações da convenção coletiva. Só então poderá a convenção coletiva tornar-se uma verdadeira arma na luta de toda a classe trabalhadora pelo cumprimento do plano financeiro e industrial para elevar a produtividade do trabalho e melhorar as condições materiais e de vida dos trabalhadores” (32).

Assim é que o comitê de fábrica tem deveres amplos e importantes durante o ano todo. Para todos esses afazeres, incluindo o trabalho de escritório e as entrevistas promovidas por seus funcionários

(31) Em 1928-29 ainda se registaram 47 greves, submetidas à consideração do Comissário do Povo para os Negócios do Trabalho. Em 1929-30 houve apenas 7. (*Die russischen Gewerkschaften*, por Michael Jakobson, 1932, p. 164). Em ambos os anos, o número foi insignificante num território tão vasto como o da URSS e com tantos milhões de sindicalizados, empregados em dez ou quinze mil estabelecimentos separados.

(32) Discurso de Chvérnik, no Relatório do IX Congresso Geral dos Sindicatos, 1932, pp. 64-65.

e as reuniões dos comitês e dos filiados, a empresa a que ele serve tem o dever de proporcionar locais convenientes e bem equipados, com aquecimento e iluminação, tudo gratuitamente (33).

Por meio de “cobradores voluntários”, o comitê de fábrica arrecada as mensalidades devidas ao sindicato por todos os sindicalizados da fábrica, repartição ou instituição. Essas contribuições — que em algum tempo eram pagas pela administração como despesa a cargo da empresa —, são atualmente estipuladas pelo mais elevado congresso de delegados de cada sindicato e podem incluir subscrições extra para fundos especiais de atividades educacionais, várias modalidades de “auxílio mutuo” e diversas associações voluntárias, a que pertence apenas uma parte dos sindicalizados (34). Pelo novo regulamento do

(33) O Código do Trabalho, de 1932, em sua secção 15, determina que “a gerência da empresa ou instituição assegurará gratuitamente ao comitê (*fabkom*) o uso de um compartimento, com o equipamento, a iluminação e o aquecimento necessários, tanto para o trabalho do próprio comitê como para as reuniões gerais e de delegados”.

(34) “Onde vigora o sistema de pagamento individual das contribuições (que é agora quasi universal), em geral se considera necessário ter um cobrador (presumivelmente fazendo a cobrança depois de seu trabalho quotidiano) para cada 20 ou 30 sócios, os quais ele procura uma vez por mês. Além das contribuições sindicais propriamente ditas, ele recolhe outras (para clubes, sociedades de auxílio mútuo, associações diversas) e dá um recibo provisório ao contribuinte, cuja caderneta ele leva e transfere ao comitê de fábrica interessado. Depois, o comitê fornece recibos oficiais dos pagamentos feitos. Em muitas organizações, porém, esses dispositivos funcionam mal; em certos casos, para simplificar o trabalho dos cobradores, fizeram-se propostas e experiências para pagar as contribuições por meio de selos especialmente emitidos para tal fim (*The Union Movement in Soviet Russia*, I. L. O., Liga das Nações, 1927, p. 82). Foi preciso muito tempo para que ficasse em ordem, em todos os sindicatos e em toda a parte da Rússia, o sistema de pagamentos individuais das contribuições sindicais, em substituição ao antigo modo de dedução automática das remunerações. Só no VII Congresso Geral dos Sindicatos, em 1926, foi que se declarou completa substituição. A tabela então adotada foi de 30 *kopeks* por mês para todos os que não recebessem mais de 25 rublos mensais, elevando-se gradualmente até 10 rublos, também mensais, para as remunerações superiores a 400 rublos por mês. O Sindicato pode, com o consentimento de seu próprio Congresso Geral (AZRG), lançar taxas suplementares desde que não eleve a contribuição total a mais de 4% das remunerações da categoria mais alta. Frequentemente, esse suplemento é de ½ a 2% da remuneração mensal, e é geralmente destinado às despesas do comitê de fábrica ou de oficina (*fabkom* ou *metkom*). Das mensalidades normais, 10% são geralmente

AUCCTU, a partir de 1 de setembro de 1933, a contribuição para o sindicato foi uniformemente reduzida à taxa de 1% sobre a remuneração, ao passo que outras contribuições foram reduzidas ao mínimo, em quantidade e valor. Os sindicalizados podem pertencer a várias sociedades, porém não podem pagar mensalidades a mais de duas (35). Atualmente, todas as mensalidades são cobradas por meio de selos vendidos para serem afixados aos cartões dos sócios.

Não é sem fundamento que um observador norte-americano declara que "o comitê sindical de fábrica (*fabkom*) é um poder crescente da União Soviética. Ele conduz os operários, não só para os sindicatos como também para toda a atividade econômica do país. É o principal órgão da democracia operária num governo e num sistema industrial posto em funcionamento por operários e para operários. Em nenhum outro país tem tamanho poder esse tipo de conselho de trabalhadores... Em nenhum outro país tem ele tão variadas e importantes funções. Em parte alguma, além da URSS, têm os seus membros tanta liberdade e responsabilidade. Ele atua como ponto fundamental de contacto pelo qual o trabalhador começa a tomar parte na vida fabril e social, a exercer na comunidade seus direitos de operário e a participar na construção das indústrias nacionalizadas (35).

destinados às despesas das organizações colaterais ou inter-sindicais, ficando o restante para as fases superiores da hierarquia vertical, particularmente o Congresso Geral de cada sindicato e o comitê central (ZK) eleito por este. Frequentemente, há pequenos fundos especiais para atividades culturais, e (agora menos frequentemente) para o desemprego e as pequenas greves esporádicas (*Die russischen Gewerkschaften*, por Michael Jakobson, 1932, p. 127; *Soviet Trade Unions*, por Robert W. Dunn, 1927, pág. 70).

(34) Resolução do TSIK, do SOVNARKOM e do VTSSPS, de 16-8-1933. Vide *Izvestia*, de 17-8-33. As contribuições mensais dos sindicalizados para o Partido Comunista (ao qual pertencem um ou dois milhões deles), foram fixadas, naquela ocasião, do seguinte modo:

- 20 kopeks para os salários ou vencimentos até 100 rublos;
- 60 kopeks para os salários ou vencimentos de 101 a 150 rublos;
- 1 rublo para os salários ou vencimentos de 151 a 200 rublos;
- 1,50 rublos para os salários ou vencimentos de 201 a 250 rublos;
- 2 rublos para os salários ou vencimentos de 251 a 300 rublos;
- 2 por cento para os salários ou vencimentos de 301 a 500 rublos;
- 3 por cento para os salários ou vencimentos de mais de 500 rublos.

(35) *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn, 1927, p. 45.

O Conselho Regional dos Sindicatos

A hierarquia imediata do comitê de fábrica em cada hierarquia sindical, a não ser nos sindicatos menores, é atualmente o conselho regional, representando todos os estabelecimentos que numa determinada área pertençam a determinado sindicato; em geral, a área é a mesma da *oblast*, ou mesmo de uma cidade grande, mas algumas vezes é demarcada de modo a corresponder mais convenientemente à distribuição geográfica dos estabelecimentos pertencentes ao sindicato (36). Existem, ao todo, entre os 100 sindicatos maiores, cerca de 900 conselhos regionais.

O Conselho Regional do Sindicato é eleito por um comício de delegados representando os comitês de fábrica de todos os estabelecimentos que na região interessada pertencem ao sindicato. Muito poucas vezes essa reunião toma o caráter de *plenum*; em geral, isso acontece quando se processa a eleição do presidente e do secretário, que sempre devotam todo o seu tempo ao trabalho sindical, com um *presidium* de meia dúzia de membros para cujos trabalhos burocráticos e reuniões o conselho regional de cada sindicato mantém seu próprio escritório regional.

(36) Ficou estabelecido no 2.º Congresso Sindical, em 1919, que "o tipo de organização que melhor corresponde aos deveres do movimento sindical deve compreender Sindicatos Centrais de toda a Rússia, com seções e sub-seções nas províncias (inter-ligadas pelos conselhos inter-sindicais baseados na formação dos comitês e conselhos de fábrica de toda a Rússia, ou dos comitês de empregados das empresas não industriais). A divisão territorial em seções e sub-seções deve ser determinada pelo órgão central do sindicato geral, interessado, devendo-se prestar toda a atenção à distribuição geográfica e à importância numérica dos diversos grupos industriais. Ao mesmo tempo, a divisão em grupos deve corresponder tanto quanto possível às áreas administrativas do país" (*The Trade Union Movement in Russia* — Bureau Internacional do Trabalho, Liga das Nações, 1927, p. 57). Depreendemos que em todos os sindicatos foi abandonado o conselho sub-seccional, passando os conselhos seccionais à denominação de conselhos regionais, acima dos quais existem, nas Repúblicas federadas de menor vulto e para alguns sindicatos, conselhos de República, os quais (juntamente com os conselhos regionais da RSFSR) elegem um Congresso Geral do determinado sindicato (AZRG), escolhendo-se deste um comitê central para o sindicato (ZK). Na reorganização de 1934, no que se refere aos 49 sindicatos menores, o conselho regional substituiu o conselho sub-seccional, pondo assim os comitês centrais de cada um dos referidos sindicatos em contacto direto com todos os seus comitês de fábrica ou de instituição (*fabkoms* ou *mestkoms*).

A mais interessante função do conselho regional de cada sindicato talvez seja a de estabelecer relações com os demais sindicatos da região.

O Conselho Sindical de República

O mais elevado estágio das hierarquias sindicais no âmbito das seis Repúblicas federadas menores (não na RSFSR) é o congresso de delegados, eleitos nos cento e poucos sindicatos maiores, por todos os conselhos regionais que determinado sindicato possui na área da República. Nos sindicatos menores, em número de 49, que não possuem conselhos regionais, a eleição é feita pelos comitês de fábrica ou de instituição. Tais sindicatos podem assim dispor de vários congressos "de República", ou, seja, um em cada uma das Repúblicas federadas de menor vulto, em que o sindicato interessado possua quadro social considerável e completamente organizado.

O Congresso Geral de Cada Sindicato (37)

Cada sindicato tem ainda que criar seu órgão central para administrar os assuntos do seu quadro social em toda a URSS, desde o Báltico ao Pacífico. Consequentemente, cada um tem seu próprio congresso "geral", constituído por delegados escolhidos por seus vários congressos dos graus superiores, abrangendo, na RSFSR, os das regiões, quer sejam cidades ou províncias (*oblasts*); nas seis Repúblicas menores, abrangem aquelas em que há membros de seu quadro social. Este congresso geral de delegados (AZGR), que varia de vulto segundo a magnitude de todo o quadro social do sindicato, só se reúne normalmente de dois em dois anos, para uma discussão que se prolonga por alguns dias e para a eleição de um conselho central permanente (ZK) e dos membros comuns; presidente, secretário e *presidium*, que desempenham praticamente a suprema administração do sindicato. E' por essa autoridade, em estreita cooperação com o órgão sindical de âmbito nacional, que descreveremos adiante (o AUCCTU),

(37) O termo "geral" (All-Union, de Toda a União); significa invariavelmente toda a URSS, não se referindo, em caso algum, a "todos os sindicatos".

que são determinados os dez ou vinte graus de remuneração da mão de obra, aplicáveis a outras tantas categorias de trabalhadores, entre os quais, com algumas variações regionais e algumas exceções, trabalham todos os filiados ao sindicato.

Além disso, é esta autoridade nacional para cada sindicato que, em cooperação igualmente estreita, verdadeiramente conduz, em benefício de todos, os seus filiados entre o Báltico e o Pacífico, as convenções coletivas entre o sindicato e os órgãos que representam o *Sovmtrkom* dos Comissários do Povo da URSS, em conjunto com o *Gosplan* e os vários trustes dirigentes das indústrias nacionalizadas, cuidando das tabelas de remuneração nos vários sindicatos, do coeficiente de aumento a ser adotado para o ano vindouro, e do conjunto, de salários e vencimentos em toda a URSS. Estipulou-se autorizadamente, em 1932, que "os comitês centrais dos sindicatos devem concentrar primordialmente seus esforços nas questões de regulamentação de remunerações e de fixação de tarifas e categorias; na organização do trabalho e da produção; na construção de habitações; na melhoria das condições de trabalho e de vida de seus filiados" (38).

Embora, porém, essa hierarquia de Conselhos sindicais, desde a brigada, turma ou oficina, passando pelos comitês de fábrica ou de instituição e os conselhos regionais, até as autoridades sindicais de cada República e as de toda a URSS, sirva indubitavelmente para unir todo o quadro social de cada sindicato e concentrar a sua influência final, não se deve supor que exista qualquer diminuição relativa de autoridade no estabelecimento de normas. Ficou estabelecido com muita clareza pelo 9.º Congresso Geral dos Sindicatos que "os conselhos sindicais de República, regionais e distritais, embora não renunciando à responsabilidade quanto aos problemas de remuneração, produção, etc., devem abandonar a duplicação e a invasão de atribuições da organização sindical, e concentrar a atenção principalmente na fiscalização do cumprimento das diretivas do Partido, do governo e do Comitê Central Nacional dos Sindicatos (AUCCTU) (39).

O Congresso Geral dos Sindicatos

Existe ainda uma entidade mais elevada e, sob certos aspectos, mais importante do que a autoridade suprema na URSS, correspon-

(38) Relatório do 9.º Congresso Geral dos Sindicatos, 1932, p. 386.

(39) *Ibidem*.

dendo a cada sindicato. Referimo-nos a um congresso que atua não apenas quanto a um sindicato, porém, quanto ao conjunto dos 154 e de seus filiados em toda a URSS. Esse congresso geral, com autoridade sobre a sindicalização soviética em seu conjunto, é formado por uns dois mil delegados eleitos pelos diversos congressos aproximadamente em proporção ao número de sindicalizados. Melhor diríamos que esta eleição se processa pelos comitês mais elevados, eleitos pelos vários congressos regionais, de República ou gerais de cada um dos 154 sindicatos. Esse Congresso Geral dos Sindicatos reúne-se uma só vez de dois em dois anos, para discussões gerais e eleição do Comitê Central Nacional dos Sindicatos (AUCCTU) e do presidente, do secretário e do *presidium*.

O Congresso Geral dos Sindicatos, porém, não é uma simples reunião: é um animado foro de discussão popular. Citamos a descrição feita em 1926 por um observador norte-americano: "Penetremos num congresso de trabalhadores russos: por exemplo, no mais recente deles, o 7.º congresso geral do AUCCTU. Notaremos a presença de cerca de 1500 delegados. Não são, como em muitos países, todos os representantes dos comitês centrais dos sindicatos nacionais. Na verdade, foram todos eleitos em congressos provinciais e dois terços deles são de homens e mulheres vindos das províncias. Cerca de uma sexta parte veio diretamente do torno mecânico, do tear e do arado. Apenas outra sexta parte é de funcionários das categorias mais elevadas dos sindicatos nacionais, escolhidos nos congressos provinciais. Estão representadas cerca de 33 nacionalidades e há entre os delegados quase uma centena de mulheres" (40).

Por mais importantes e influentes que possam ser as discussões no Congresso Geral dos Sindicatos, o fato dele se reunir apenas bienalmente entrega todos os seus poderes ao comitê central (AUCCTU) eleito por ele. Embora o próprio comitê central só se reúna em *plenum* com intervalos de alguns meses (41) os funcionários, instruídos e superintendidos pelo *presidium* e devotando ao trabalho sindical

(40) *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn, 1927, p. 162.

(41) Houve seis *plenums* do AUCCTU entre o 8.º Congresso Geral dos Sindicatos, em 1928-29, e o 9.º, em 1931, durante um importantíssimo período de reorganização. Em 1934, o *plenum* teve instruções para se reunir regularmente de dois em dois meses. Ao mesmo tempo, o número de seus membros foi reduzido de 502 para 338, não obstante a divisão dos 47 sindicatos em 154.

toda sua vida, estão quase continuamente ocupados durante o ano todo, principalmente tratando de assuntos de pequena importância, que surgem entre os diferentes sindicatos e ajustando diferenças e divergências suscetíveis de se tornarem graves ou prejudiciais. Entretanto, a mais importante função desses servidores inter-sindicais é centralizar e superintender as negociações coletivas entre os representantes centrais dos vários sindicatos e os comitês e funcionários representando o *Sovnarkom* (ou gabinete) dos Comissários do Povo, o *Gosplan* e os diversos trustes e outras empresas estatais, especialmente na liquidação anual do Plano Geral e no seu contínuo ajuste de detalhes. Por exemplo, foi este órgão que efetuou o importante acordo coletivo com o Supremo Conselho Econômico, em setembro de 1931, para a remodelação fundamental das tabelas e salários nas indústrias do ferro e do carvão. Pelo referido acordo, foram grandemente aumentadas as diferenças entre os salários dos trabalhadores proficientes e os dos não habilitados, proporcionando-se melhor remuneração àqueles, de modo a incrementar a produtividade total (42). Na verdade, é o AUCCTU, como repositório do poder emanado dos milhões de comícios de sindicalizados em toda a URSS, por intermédio do conjunto da hierarquia dos conselhos de cada um dos 154 gigantescos sindicatos, que exerce de fato o governo do movimento sindical. Declarou-se autorizadamente que "O AUCCTU deve basear todo o seu trabalho diretamente sobre o dos comitês centrais dos sindicatos, prestando-lhes auxílio concreto, procedendo a verificações constantes e orientando de modo seguro a sua atividade..." "O congresso determina ao AUCCTU que tome todas as providências necessárias para melhorar a disciplina financeira, insistindo quanto ao pronto pagamento das mensalidades dos sindicalizados, e para aperfeiçoar as relações financeiras entre os comitês centrais dos sindicatos e o AUCCTU, no sentido de incrementar a independência dos sindicatos industriais" (43).

(42) *New Methods of Work, New Methods of Leadership* (Novos Métodos de Trabalho, Novos Métodos de Orientação), por J. Grabe (Cooperative Publishing Soc. of Foreign Workers in URSS, Moscou, 1933).

(43) Relatório do 9.º Congresso Geral dos Sindicatos, 1932, p. 387. Uma recente criação do AUCCTU foi uma Repartição Estrangeira (*Insnab*), destinada a estreitar o contacto com os trabalhadores estrangeiros empregados na URSS e investigar as suas reclamações. Tal repartição tem existência ativa em Moscou e pressupõe-se a sua presença em cada conselho sindical de distrito ou de cidade onde haja trabalhadores

E o AUCCTU não hesita em proceder energicamente quando necessário. Quando o Comitê Central do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Açucareira deixou desmantelar-se a organização do referido sindicato, mostrando também completa falta de capacidade para impedir toda sorte de erros e abusos nas fazendas estatais de *Soiúzsárrar*, onde eram empregados tantos de seus filiados, o próprio AUCCTU descobriu o que se passava. O *presidium* do AUCCTU apresentou ao *plenum* do Comitê Central do referido sindicato um relatório terrivelmente acusador, no qual se xigia uma drástica mudança de orientação. Os membros do *plenum* do sindicato ficaram convencidos e designaram um novo *presidium* em substituição ao que fracassara tão lamentavelmente (44).

Estruturas Colaterais do Sindicalismo na URSS

Até aqui, descrevemos apenas a hierarquia vertical dos sindicatos, pela qual se encaminha a torrente do poder provindo dos 186.640 comitês de fábrica e de local de trabalho (*fabkom* e *mestkom*), eleitos nos inumeráveis comícios de sindicalizados. Esse poder vai diretamente para os 154 comitês centrais dos diversos sindicatos e para o comitê centralizador que os representa — o AUCCTU, onde se transforma na autoridade que governa o total de 18.000.000 de sindicalizados entre o Báltico e o Pacífico. Ainda nos falta, porém, observar as estruturas colaterais, igualmente bem elaboradas, em cada fase da hierarquia vertical, por meio das quais são coordenadas as atividades dos diversos comitês em cada área local e evitados os conflitos intersindicais. Os comitês de fábrica e de local (*fabkom* e *mestkom*) dos estabelecimentos pertencentes a um sindicato na área de uma cidade ou num distrito podem enviar delegados ao seu respectivo comitê de ci-

estrangeiros, com uma Comissão de Contrôlo da *Insnab* eleita por estes. Não devem elas intervir nas funções de outras organizações sindicais, mas levar os trabalhadores estrangeiros a um contacto mais íntimo com as mesmas, providenciando para que todas as suas queixas sejam prontamente atendidas. (*Moscow Daily News*, 10-5-1932). Em 1934 o trabalho do AUCCTU foi reorganizado em 9 departamentos: 1 — Instrutores ou Organizadores responsáveis; 2 — Planificação dos salários; 3 — Reparação do Seguro Social; 4 — Inspeção do Trabalho; 5 — Clubes e Obras Culturais; 6 — Contabilidade; 7 — Finanças; 8 — Administração Geral; finalmente, 9 — Cultura Física.

(44) Relatório do 9.º Congresso Geral dos Sindicatos, 1933, p. 27.

dade ou de distrito. Tal organização, porém, só trata de assuntos referentes ao seu sindicato. O que se torna de caráter geral, em toda grande cidade e em cada distrito industrializado fora das cidades, é um conselho sindical distrital, constituído por delegados dos comitês de cidade ou de distrito dos sindicatos existentes, ou, mais geralmente, dos comitês de fábrica e de local (*fabkom* e *mestkom*) dos estabelecimentos situados na área, não importando os sindicatos a que pertençam. Parece haver na URSS perto de 3.000 desses conselhos intersindicais de distrito ou de cidade. Constitue-se desse modo algo de semelhante à organização dos conselhos locais de ofícios, do movimento sindical britânico, não, porém, para tratar de política municipal, que absorve tão grande parte da atenção dos conselhos britânicos de ofícios, mas quase exclusivamente de assuntos sindicais. Quando nos lembramos de que quase todos os 154 sindicatos soviéticos incluem trabalhadores dos mesmos ofícios ou ocupações — sejam trabalhadores em serviços diversos ou escriturários não especializados, ou carpinteiros, engenheiros e eletricitas, comuns a quase todas as indústrias, ou especialistas profissionais como enfermeiras e médicos, — e que esses trabalhadores passam incessantemente de um estabelecimento para outro, transferindo-se, portanto, de sindicato, podemos compreender que devem surgir inúmeras questões entre os sindicatos.

Estas ligações colaterais existem em cada fase da hierarquia sindical. Há cerca de 70 conselhos regionais ou de República, relativos aos vários sindicatos, cada um deles com seu próprio escritório e seus funcionários. Pelo menos em algumas Repúblicas (como a Ucrânia), existe essa organização (OVWR), para combinar a atuação de todos os sindicatos que funcionam no âmbito da República interessada.

Os Funcionários Sindicais

Uma organização de tal amplitude, operando em território tão vasto, exige naturalmente um considerável exército de funcionários. Como dissemos, a maior parte do trabalho de cobrança das mensalidades, dirigir as eleições e administrar os assuntos locais é executada voluntariamente, nas horas vagas, sem remuneração, por funcionários e membros de comitês, uns e outros devidamente eleitos, e cujo número chega possivelmente a um milhão. Mas em cada estabelecimento industrial de certa grandeza o sindicalismo exige o tempo integral de um ou mais funcionários experimentados, a quem o sindicato paga

salários mais ou menos equivalentes aos dos mecânicos peritos. As organizações laterais inter-sindicais, assim como o comitê central de cada sindicato, empregam quadros completos de funcionários com idênticas atribuições. Entretanto, é o trabalho do órgão mais importante, o AUCCTU, que tem mais amplitude e responsabilidade. Foi nesta parte da burocracia sindical que o esquema de reorganização de 1934 efetuou as maiores modificações. Em suas relações com todos os sindicatos, o AUCCTU tinha produzido gradualmente um complicado "funcionalismo", tendo cada ramo do trabalho seus próprios funcionários especializados; e com suas comunicações escritas e suas visitas pessoais, tais funcionários atormentavam permanentemente os comitês de local e de fábrica. Em 1934, Chvérník fez adotar uma reforma pela qual esses funcionários especializados foram completamente substituídos por um único serviço de "instrutores" — que na Inglaterra poderíamos denominar organizadores ou inspetores —, que para todos os fins devem ser o elo de ligação entre o órgão central, de um lado, e, do outro, os sindicatos, de per si, e os inúmeráveis *fabkoms* ou *mestkoms*. Daí por diante, cabia a esses "instrutores" treinados a superintendência ou a inspeção do trabalho dos 154 sindicatos e seus órgãos locais, assim como a transmissão das críticas ou "diretivas" do AUCCTU. Nos sindicatos maiores, os comitês centrais terão, além disso, seus próprios corpos de "instrutores", auxiliando e controlando suas várias filiais e comissões locais em todos os detalhes de seu trabalho. Os colossais estabelecimentos industriais, cada um com dezenas de milhares de sindicalizados, podem mesmo chegar a ter "instrutores" permanentemente designados. Essa profunda reconstrução do serviço sindical, que, segundo se espera, reduzirá o total de funcionários, tornará bem mais eficiente a influência do órgão central representante dos 154 sindicatos, assim como a que sobre os órgãos locais exerce o comitê central de cada sindicato. Pode-se esperar que a reforma traga em auxílio dos administradores locais a vantagem da coerência de normas e as lições de uma experiência maior da que possa ter qualquer deles. Devemos, porém, deixar que a prática demonstre até que ponto será aumentada, em conjunto, a eficiência sindical por esta crescente centralização de autoridade.

A Transferência do Comissariado do Trabalho aos Sindicatos

Com o desenvolvimento do número de sindicalizados, chegando a dezoito milhões, tornara-se colossal o trabalho que recaía sobre as

administrações dos sindicatos. E deveria crescer ainda mais. Em 1933, fez-se importante acréscimo aos deveres sindicais: por decisão e decreto do Comitê Central do Partido Comunista e do Comitê Executivo Central (TSIK) do Congresso Geral dos Soviets, foram sumariamente abolidos os cargos de comissário do povo para os Negócios do Trabalho da URSS, assim como os seus equivalentes em todas as Repúblicas federadas e autônomas. Praticamente, todas as funções desses Comissariados foram transferidas ao Congresso Geral dos Sindicatos e ao seu Comitê Central (AUCCTU), com a sua hierarquia subordinada de comitês e funcionários. Os deveres assim transferidos da parte soviética da Constituição à parte sindical são de considerável magnitude e importância. Abrangem elas a direção suprema de todos os setores do seguro social; toda a responsabilidade da inspeção das fábricas; a instalação e administração das colônias de repouso e de convalescença incluídas nos direitos dos sindicalizados, com suas empresas agrícolas de "auto-abastecimento" recentemente criadas; e, substituindo as bolsas de trabalho, atualmente abolidas juntamente com o desemprego involuntário, a organização de todo o recrutamento da mão de obra para as indústrias em expansão constante.

Esta modificação constitucional é uma notável demonstração da posição do sindicalismo no Estado soviético. É impressionante o vulto dos recursos financeiros, além das contribuições sociais, que serão administrados pela organização sindical. O orçamento do seguro social para 1933 elevava-se a 4.432 milhões de rublões, provenientes de uma contribuição de 1½ ou 2% sobre o total das folhas de pagamento das empresas de toda espécie. Assim estavam distribuídas as verbas:

Auxílios por enfermidade	814 milhões de rublos
Aposentadoria por velhice ou enfermidade	532 " " "
Colônias de repouso	203 " " "
Restaurantes dietéticos para doentes...	35 " " "
Hospitais	930 " " "
Crèches	189 " " "
Habitações para operárias	600 " " "

Além disso, os referidos serviços estão crescendo prodigiosamente. O orçamento do AUCCTU (Conselho Central das União Sindicais), para 1934 elevava-se a 5.050 milhões de rublos, *sem incluir os gastos*

dos 154 sindicatos com suas funções normais. Foi a seguinte a distribuição:

Auxílio por enfermidade e aposentadoria por invalidez	1.514 milhões de rublos			
Pagamento do custo de serviços médicos e de hospitais	1.040	"	"	"
Dietas especiais para trabalhadores doentes.	57	"	"	"
Colônias de repouso	215	"	"	"
Crèches-escolas e jardins de infância, para permitir às mães o trabalho na indústria	327	"	"	"
Educação	750	"	"	"
Habitações por trabalhadores	885	"	"	"
Inspeção de fábricas	41	"	"	"
Administração de Seguros	50	"	"	"
Reservas diversas	170	"	"	"

O orçamento correspondente para 1935 elevava-se a nada menos de 6.079 milhões de rublos.

A administração de tão amplos serviços, — nos quais se deve ver que os sindicatos atuam como organizações de consumidores ou utilizadores de serviços e não como produtores — lança sobre os membros ativos dos sindicatos uma tarefa importante, até mesmo mais onerosa e de mais responsabilidade do que os anteriores deveres quanto à administração dos acordos sobre remunerações (45).

Este enorme incremento do trabalho e da influência dos sindicatos soviéticos tem sido curiosamente mal interpretado por alguns como uma degradação de sua influência, que teria ficado reduzida à

(45) A transferência foi acompanhada de uma grande modificação no mecanismo do pagamento dos benefícios em dinheiro. Cada sindicato possui agora suas próprias repartições de pagadoria e contabilidade, tratando com seus próprios associados, por intermédio de suas filiais. Consequentemente, existem mais de 150.000 postos de pagamentos. Ao mesmo tempo, cada sindicato se tornou responsável pela "inspeção" contínua de seus membros em gozo de benefícios para evitar abusos. Isso motivou a nomeação de 80.000 inspetores, dentre os sindicalizados, muitos dos quais ainda não se tornaram eficientes.

das sociedades de auxílios! Os sindicatos, porém, conservam e continuam a exercer plena influência e autoridade na administração da fábrica e na fixação de remuneração, do mesmo modo que nestes últimos 15 anos. Dificilmente podem o novo controle do seguro social e a completa administração de fundos e serviços de tamanho vulto deixar de fortalecer os sindicatos em seu trabalho de elevar o padrão de vida dos trabalhadores e até mesmo de unir mais intimamente seu tão disseminado quadro social.

Por outro lado, pensamos que podem ficar tranquilos os críticos estrangeiros que se mostram apavorados com a idéia de confiar aos sindicatos tão enormes quantias, não decorrentes das contribuições de seus filiados. A modificação constitucional, importante como é, não fará tanta diferença na administração do seguro social como poderiam imaginar os que apenas conhecem as Constituições da Europa ocidental ou da América. Por exemplo, de modo nenhum se compara à abolição do Ministério do Trabalho do Reino Unido, com a conseqüente transferência de suas funções, quanto ao seguro contra o desemprego e às juntas de remunerações, ao Congresso Sindical Britânico e seu Conselho Geral. Na verdade, o comissário do povo para os Negócios do Trabalho, em cada República e na própria URSS, era membro do *sovmarkom*, e, portanto, podemos dizer, ministro do gabinete. Mas há muito tempo ele vinha sendo nomeado por indicação do AUCCTU, com o qual mantém as mais estreitas relações (46). Deste modo, poder-se-ia até julgar que a modificação, sob um de seus aspectos, envolvia a exclusão de um representante direto do sindicalismo dos mais elevados conselhos de Estado. A atuação real do Comissariado

(46) Além disso, há muito tempo, os funcionários do Comissariado do Trabalho têm sido indicados pelos sindicatos. "Os conselhos sindicais das diversas Repúblicas escolhem o comissário do Trabalho para a área correspondente aos seus respectivos congressos. Todos os funcionários inferiores do Comissariado do Trabalho são do mesmo modo escolhidos pelos correspondentes órgãos sindicais subordinados. O conselho sindical do local escolhe os inspetores do trabalho, que devem ser sindicalizados, escolhendo também os inspetores sanitários e técnicos empregados pelo Comissariado do Trabalho. Esses inspetores trabalham em estreita cooperação com os sindicatos e prestam contas aos congressos destes. Os sindicatos são bem representados nos departamentos de seguro social de todo o país. Toda a legislação trabalhista, incluindo-se as leis que, de qualquer modo, atinjam a mão de obra, é redigida mediante consulta aos sindicatos". (*The Soviet Worker* — (O Trabalhador Soviético) — por J. Freeman, 1932, p. 122).

do Trabalho, enorme quanto ao conjunto e pormenorizada quanto à natureza, vem há longo tempo sendo tratada por um amplo departamento oficial, que necessariamente deve continuar a existir. O que se transferiu foi a superintendência e a direção de tal departamento, cujo chefe responsável é agora nomeado pelo AUCCTU, ao invés de ser apenas responsável por este para inclusão no *sovmarkom*. Nas diversas Repúblicas federais e autônomas houve uma correspondente transferência de direção e autoridade, passando de um funcionário local, parcialmente responsável perante o comissário do povo para os Negócios do Trabalho, em Moscou, para o mais elevado órgão de cada sindicato incluído na região, cujo funcionário principal, segundo cremos, terá igualmente dupla responsabilidade, perante seu próprio sindicato, que o nomeia, e perante o diretor, em Moscou, nomeado pelo AUCCTU (47). A modificação corresponde a um grande aumento de responsabilidade para o sindicalismo da URSS, necessariamente sem grande

(47) Vide *New Functions of the Soviet Trade Unions: The Merger of the People's Commissariat of Labour in the AUCCTU* (As Novas Funções dos Sindicatos Soviéticos: A Fusão do Comissariado do Trabalho com o AUCCTU), por N. Chvérník, 1933. Um abalizado observador norte-americano assim se refere a essa modificação: "Com muito pouco ruído e quase sem comentários da imprensa, uma lei amalgamou o Comissariado do Trabalho e os Sindicatos Nacionais, de modo que o controle dos muitos bilhões de rublos do fundo de seguro social, dos sanatórios, das colônias de repouso, de todos os serviços médicos para os trabalhadores, e também a proteção ao trabalho, passaram das mãos do governo para os sindicatos. Assim, pelo menos formalmente, avançou mais um passo o processo pelo qual, no socialismo, o Estado morre lentamente pelo desgaste. Já em 1920, Trotski patrocinava uma organização inversa: A supressão dos sindicatos e a instituição de batalhões oficiais de trabalho. Não obstante, como é habitual, alguns observadores estrangeiros denominaram de "movimento trotskista" o recente decreto soviético. Por outro lado, os anti-trotskistas profissionais, focalizando a controvérsia de 1920 entre Lênin e Trotski, sobre o sindicalismo à luz do fascismo em seus aspectos italiano e alemão, encontram pontos ideológicos de contacto entre o Duce, Hitler e o sábio Prinkipo. Enquanto fervem estas polêmicas de salão, esperemos até vêr se a mais recente modificação, que dá aos sindicatos funções mais amplas, também lhes dará maior independência (*Russia's last Hard Year*, por Louis Fischer, em *The Nation* (Nova York, 12-7-1933). Ao estudioso do direito constitucional será interessante observar que este decreto foi assinado não somente por M. Kalínin, como Presidente do Comitê Executivo Central (TSIK) e V. Mólotov, como Presidente do *Sovmarkom*, como também por N. Chvérník, como Secretário do AUCCTU.- Vide o texto no *Moscow Daily News*, de 17-9-1933).

mudança na administração geral. A virtual abolição do desemprego involuntário na URSS, de que trataremos em outro capítulo, e a consequente cessação do auxílio por desemprego, provavelmente tornam a modificação menos sujeita à crítica do que se poderia imaginar em outros países.

Ó Trabalho de Escritório do Sindicalismo da URSS

Ninguém poderá imaginar devidamente a amplitude, a ubiquidade nem a atividade desta complicada organização sindical, se ainda não houver observado alguma coisa do seu funcionamento em diferentes cidades da URSS. E' tão vasto, contudo, o campo, que ninguém lhe pode abranger senão uma vista parcial. Podemos avaliar algo do volume desse trabalho quando soubermos que o número total de funcionários remunerados, com seu tempo integralmente devotado ao serviço dos 154 sindicatos e seus órgãos colaterais ou federais em toda a Rússia, vai além de 30.00 não obstante o empenho do AUCCTU em reduzir o número desses burocratas remunerados, ao passo que se avalia em cerca de dez vezes mais a quantidade de funcionários não remunerados ou trabalhando parte do tempo, isso sem se mencionar os membros dos comitês. Tornamos mais definida a impressão só ao observarmos as acomodações que têm que ser destinadas aos seus escritórios e pontos de reunião. Ao nosso ver, foi uma sabia providência administrativa a que determinou que toda a organização sindical fôsse decentemente alojada à custa do erário (47). Cada estabelecimento, seja fábrica, repartição ou instituição, tem que prover a todas as necessidades do trabalho sindical, como dissemos, livre de despesas, incluindo compartimentos para o serviço permanente de escritório e outros temporários, para as reuniões de sindicalizados, com iluminação, aquecimento e mobília comum. Mas todos os 200.000 comitês e conselhos distritais, regionais, de República e centrais, assim como os congressos gerais, necessitam de escritórios e salões de reuniões. Uns e outros são proporcionados, livres de despesas, com serviço telefônico gra-

(47) Excepcionalmente, no distrito industrial da bacia do Domets, densamente povoado e onde poucas pessoas abastadas se haviam dignado de residir o sindicato dos mineiros de carvão construiu para seu uso uma dúzia de "templos do trabalho" (*Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn, 1927, pp. 2-3).

tuito, pelo próprio Governo Soviético, diretamente ou por intermédio de algum de seus departamentos.

Pensamos que, em geral, não se avalia devidamente o ponto a que pode ser aumentada a eficiência da sindicalização, elevando-se o seu caráter à categoria de um serviço de utilidade pública, tudo isso apenas pelo fato de lhes serem proporcionadas acomodações equivalentes às de departamentos governamentais, nas quais podem ser condignamente alojadas em conjunto tôdas as organizações sindicais de cada localidade. O governo soviético teve a boa sorte de encontrar, em cada cidade, numerosos edifícios abandonados, convenientes para o fim em vista. Entre os primeiros atos da administração de Lênin figurou a designação de alguns dos melhores e mais importantes edifícios abandonados pelos nobres e abastados em fuga, para ficarem ao serviço do sindicalismo. Em Leningrado e Moscou, os esplendidos palácios dos clubes dos nobres e outras propriedades igualmente magníficas foram assim destinadas a novas utilidades, adequadamente consideradas de caráter público. Em outras cidades, grandes e pequenas, os melhores edifícios disponíveis, até então utilizados para residência de ricos industriais ou comerciantes, ou como clubes ou hotéis para seu uso, ou ainda como internatos para suas filhas, foram igualmente convertidos em sedes centrais dos sindicatos locais, isso entre 1918 e 1920. Nos arredores dessas cidades, encontramos residências campestres, outrora ocupadas por famílias capitalistas, e atualmente à disposição dos sindicatos, que as utilizam como colonia de convalescença, sob prescrição médica, ou como locais de repouso para suas dezenas de milhares de associados em seus dias de descanso semanal ou em suas férias anuais. Não menos notável é a acomodação destinada aos sindicatos nas cidades menores. Em Vinnitsa, obscura cidade, da Ucrânia, com 11.000 habitantes, um observador norte-americano (48) encontrou as repartições sindicais ocupando todo o mais elevado edifício da cidade, o qual era o único de seis andares e fôra o melhor hotel; subsequentemente, o referido observador verificou que o edifício "era bem o tipo da média dos Palácios do Trabalho em tôda a União Soviética... Em cada aposento, alojava-se alguma atarefada dependência sindical, algum departamento da vida do sindicato, — os escritórios dos 23 sindicatos do distrito, assim como o conselho local de ofícios; o departamento distrital de seguro social, a cargo de funcio-

(48) *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn, 1927, p. 2.

nários nomeados pelos sindicatos; um salão de refeições; a secção para trabalhadores-estudantes; o departamento educacional; uma bibliotéca; salas de comités e um salão de reuniões. Encontramos sindicalizados que vinham ao edifício tratar de variadíssimos assuntos concernentes à sua vida cotidiana; alugueis, emprêgos, mensalidades, seguros, férias, cooperativas, permissões médicas, transportes, recomendações, para colonias de repouso, matriculas escolares e as dezenas de necessidades e benefícios que de um modo ou de outro se ligam à sindicalização na URSS".

Brigadas de Choque e Comités de Contabilidade de Custos

O trabalho dos sindicatos é muito auxiliado por numerosas organizações subsidiárias. Em quase todos os estabelecimentos industriais de certo vulto há uma ou mais "brigadas de choque", cujos membros (*udarniki*) são recrutados entre os voluntários sindicalizados. Essas brigadas assumem a função de acelerar a produção, paralelamente com o aperfeiçoamento da qualidade e a diminuição do custo. Empreendem coletivamente tarefas especiais no estabelecimento em que se encontram, ou podem ir voluntariamente para algum outro cuja produção tenha decaído. Imprimem ao trabalho energia acelerada, ou pericia excepcionais; trabalham mais assiduamente do que o normal, ou voluntariamente em horas extraordinárias (*subótniki*). Fazem isso por dedicação, pela qual recebem honrarias e louvores. Raras vêzes ou nunca têm salários mais elevados e geralmente não têm bonus extra, conquanto, ao trabalharem por tarefa, a sua produtividade aumentada motive automaticamente proventos maiores. Frequentemente, é-lhes dada preferência de lugares nas colonias de férias, e, quando necessário, na de convalescença, assim como na distribuição de entradas de teatro destinadas aos seus sindicatos. São apresentados como candidatos ao comitê de fábrica ou ao Soviet local. Aos mais preeminentes pode ser concedida a Ordem da Bandeira Vermelha. E, como expressão das honras e dos louvores que espontaneamente lhes concedem, frequentemente fazem suas refeições em compartimentos separados do restaurante da fábrica, tranquila e confortavelmente, com alimentos da mais alta qualidade e pequenas regalias como toalhas de mesa e flores, e manjares delicados uma vez por outra (49). Consta-nos que há na URSS muitos milhões desses brigadeiros de choque, ou *udárniki*.

(49) *Die Russischen Gewerkschaften*, por Michael Jakobson, 1932, p. 147.

No princípio de 1931, surgiu uma aplicação especial do trabalho das brigadas de choque, quando um trabalhador de fundição da grande fábrica Lênin, de Leningrado, em carta ao *Trud*, semanário do AUCCTU, com circulação de várias centenas de milhares, sugeriu que “era recomendável limitar o trabalho da brigada a determinadas tarefas ou operações”, com a intenção definida de reduzir os custos pelo aperfeiçoamento dos métodos, em conjunto com a adoção de exata contabilidade de custos. O projeto foi energicamente apoiado pelo *Trud*, sendo logo aprovado pelo AUCCTU (50). Propagou-se com a rapidez do fogo na campina. Em dois anos, já se tinham formado na URSS nada menos de 150.000 brigadas de contabilidade de custos, das quais se diz que efetuaram toda uma série de melhoramentos nos métodos de trabalho, pelos quais foram apreciavelmente reduzidos os custos de produção de milhares de artigos diferentes (51).

Este espontâneo desenvolvimento de uma forma elementar de cálculo de custos, por meio do qual uma determinada brigada descobre o custo do material e da mão de obra de cada parte de seu próprio processo e pode assim verificar onde se pode poupar tempo e diminuir a sucata, está, na URSS, como na maioria da indústria capitalista, apenas começando a ser aplicado, por meio de cálculos comparativos de cada processo, em todos os estabelecimentos que produzem um mesmo artigo. Estamos informados de que assim se está procedendo no setor estatístico do *Gosplan*, ora transformado num Departamento de Contabilidade de Custos.

(50) *Moscow Daily News*, 23-6-1932.

(51) Em 1 de fevereiro de 1931, podíamos contar apenas com 10 brigadas de contabilidade na URSS, com 130 pessoas ao todo. Em 1 de abril de 1932, seu número havia crescido para 155.000, englobando 1 ½ milhões de trabalhadores. Está crescendo continuamente o número de usinas e ainda mais o de oficinas isoladas em que há contabilidade com eficiência de 100%. Leningrado ocupa o primeiro lugar. Foi ali que surgiu a primeira iniciativa de organização das brigadas de contabilidade, e atualmente, nada menos de 70% dos trabalhadores daquela cidade estão incluídos nas referidas brigadas. No distrito de Moscou, há 30.000 brigadas de contabilidade na Ucrânia, abrangendo 300.000 trabalhadores”. (9.º Congresso Geral dos Sindicatos, 1932, discurso de Chvérik, Secretário Geral, p. 31). O trabalho dessas brigadas é pormenorizadamente descrito em *A Business Accounting Brigade*, por A. Nikolaiev, trabalhador dos estaleiros do Báltico (Moscow Cooperative Publishing of Foreign Workers in the URSS, 1932, 40 pp.).

Em janeiro de 1933, houve um Dia Nacional do *Udárnik*, em Moscou, reunindo-se cerca de 80.000 brigadistas de choque, de umas 120 diferentes indústrias ou profissões de toda a URSS, para serem festejados e exortados, aproveitando o ensejo para conferenciarem uns com os outros quanto às deficiências que ainda caracterizavam a produção soviética e aos meios de remediá-las. Ao preparar esta grande comemoração; o AUCCTU havia determinado aos comitês sindicais de toda parte que reunissem as várias brigadas de choque e os comitês de contabilidade de custos de cada estabelecimento, devendo aquelas e estes não só apresentar o resumo de seus feitos e discutir seus planos para o ano vindouro, como também designar para honrarias especiais (inclusive a pintura de retratos e a exibição nos cinemas) os seus próprios *udarniki* preeminentes. O Conselho Nacional queria que fossem relatadas naquela comemoração em Moscou “a situação da produtividade da mão de obra, a disciplina do trabalho, a obra de competição socialista e de choque, e as brigadas de contabilidade de custos. Deveriam determinar se o plano industrial e financeiro de 1932 estava sendo executado quanto à quantidade como quanto à qualidade; se os *udarniki* estavam cumprindo seus compromissos; se se havia extirpado a falta de responsabilidade e a igualdade de remuneração com desigualdade de trabalho. Deveriam experimentar se a empresa, com seus departamentos e unidades, restaurantes, granjas, cooperativas de consumo e administração, se achavam aptos a cumprir o programa de 1933” (52).

Associações Profissionais no Sindicalismo da URSS

Na organização sindical, todos os que trabalham numa mesma empresa e em todas as empresas da URSS com a mesma finalidade predominante, associam-se num sindicato único, independentemente de ofício ou profissão. Pelo menos quanto a certas profissões, porém, essa organização é secundada, até certo ponto, por uma outra, não baseada em estabelecimentos ou indústrias, e na qual se unem os trabalhadores do mesmo ofício ou profissão, em toda a URSS. Assim é

(52) *Moscow Daily News*, 28-12-1932. Vide o mesmo jornal de 8-1-1933, relatando a reunião dos brigadistas de choque na Fábrica de Automóveis de Moscou (Amo), a qual tinha mais de 16.000 dos seus trabalhadores empenhados em competição socialista.

que os médicos, empregados mediante remuneração em tôdas as fábricas e fazendas, em hospitais ou instituições, e que, com os internos e as enfermeiras, são quase todos membros do Sindicato Médico, ou dos Trabalhadores da Saúde Pública (do qual já descrevemos uma das reuniões), unem-se também numa organização exclusivamente médica, nominalmente apenas uma secção do referido sindicato, porém possuindo suas próprias filiais regionais e realizando um Congresso Geral, em que se discutem todos os assuntos em que os médicos têm especial interesse (53).

Do mesmo modo, os especialistas intelectuais dedicados à ciência aplicada, quer sejam engenheiros ou eletricitas, químicos ou biólogos — dos quais mais de 50% são agora “sovieticamente treinados” — empregados nas minas, fábricas, usinas elétricas, refinações de petróleo ou fazendas, em qualquer parte da URSS, têm suas próprias associações, além de serem filiados aos sindicatos em que se acham incluídos os estabelecimentos em que trabalham. Refere-se que esses intelectuais “são organizados em secções em todos os planos da estrutura sindical. No vértice, reúnem-se num órgão central denominado Repartição Inter-Sindical dos Engenheiros e Técnicos do Conselho Central dos Sindicatos da URSS. A filiação é inteiramente voluntária, e, das mensalidades dos socios, destinam-se quantias para financiar o

(53) Antes da guerra de 1914-18, desde 1870, os profissionais dos serviços de saúde (médicos, farmacêuticos, enfermeiras, parteiras, etc.) constituíam sociedades profissionais de auxílio mútuo. Em 1905, havia perto de duas dezenas dessas sociedades, cuja maioria auxiliava a publicação do periódico da classe. Nos anos seguintes, em consequência da repressão, essas organizações diminuíram, tanto em número de filiados como em atividade. Em 1918, a maior parte das sociedades das categorias inferiores se dissolveu para constituir o Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Médicos de toda a Rússia. A ele se reuniu, em 1920, a associação dos farmacêuticos, assim como as dos veterinários e dos inspetores sanitários. Os médicos ficaram fora, insistindo em manter sua associação separada. Em 1920, o Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Médicos de Toda a Rússia, já então poderoso, apelou para o Conselho Central dos Sindicatos (que se transformou no AUCCTU), e este órgão dissolveu compulsoriamente a associação separada dos médicos, insistindo em que o Sindicato fosse reconhecido como autoridade única perante tôdas as categorias e secções da profissão. Muitos médicos se filiaram imediatamente, mas outros resistiram longo tempo, resultando isso em considerável indisposição. Esta desapareceu gradualmente ao ser formada no Sindicato uma secção especial para os médicos (*Health Work in Soviet Russia*, por Anna J. Haines, Nova York, pp. 30-32).

trabalho de cada grupo. Usualmente têm suas próprias revistas técnicas... Estes grupos ou secções realizaram suas próprias conferências, de amplitude nacional ou provincial; têm comissões executivas eleitas nesses congressos. A um dos congressos, convocado em 1927, compareceram mais de 500 delegados... Os relatórios então apresentados indicaram que havia mais de 105.000 membros nas secções” (54). Outro congresso, ainda mais numeroso e que alegava representar 125.000 membros, foi realizado em 1932, sendo saudado tanto pelos dignatários governamentais como pelos da ciência. É significativo que o discurso principal fôsse confiado a Chvérnik, secretário geral do AUCCTU, o qual, em extensa oração, insistiu perante o congresso quanto ao estudo contínuo da técnica industrial, visando ao seu aperfeiçoamento ainda maior. “Os grupos locais dos sindicatos”, disse êle, “devem fortalecer suas ligações com os engenheiros e outros especialistas, apoiando o trabalho destes e evitando que as pequenas coisas da rotina lhes absorvam a atividade, de modo que eles possam proporcionar verdadeira orientação. E os sindicatos devem providenciar para que estes orientadores intelectuais tenham melhores condições de vida” (55).

A mais antiga dessas associações de especialistas intelectuais, e a mais importante no mundo intelectual, é a Academia de Ciências, presidida pelo idoso Karpinski, o qual tem atualmente mais de 80 anos. A Academia conta com o auxílio de mais de mil professores de ciências e pesquisadores em noventa institutos. Estes acham-se disseminados em toda a URSS, embora predomine o seu número em Lenigrado, Moscou, Kiev e Rárkov. Quanto ao equipamento e aos recursos, muitos deles causam inveja aos cientistas de outros países. Além de suas numerosas reuniões científicas, nas quais são lidos trabalhos sobre todos os ramos da ciência, a Academia efetua frequentemente certo número de recepções públicas, nas quais se fazem exposições menos técnicas sobre determinados assuntos de interesse geral. Como nós informamos, “Zaslávski faz uma viva descrição do cenário. No salão, propriamente dito, está o proletariado, que acaba de vir das fábricas, usinas, escolas técnicas, docas. No espaçoso palco enfileiram-se os acadêmicos, sob ruidosos aplausos dos assistentes. Aqui estão nomes mundialmente famosos na astronomia, na fisiofilia, na biologia,

(54) *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn, 1927, p. 67.

(55) *Moscow Daily News*, 32-11, 27-11 e 3-12-1932.

na geologia e em outras ciências. Vemos cabeças leoninas, encanecidas, largos ombros curvados, muitas das figuras tradicionais de cientistas de eras passadas. Alguns ainda envergam o antigo fraque de cerimonia, com o tradicional desprezo que os da sua categoria têm pelo traje" (56). A Academia de Ciências aceitou, não sem alguma relutância, o regime do comunismo soviético. Desde que seus membros recebam salários de seus institutos, como sucede com a maioria dos acadêmicos, podem filiar-se aos sindicatos a que pertençam os institutos. Muito deles se sindicalizaram e alguns se tornaram membros ativos dos sindicatos com os quais a Academia não mantinha, em outros tempos, ligação alguma.

Existem, porém, outras academias. Assim, a Academia de História da Cultura Material reúne 10.000 arqueólogos (57), em sua maioria empregados em museus e universidades das várias partes da URSS, onde se filiam ao sindicato a que pertence a instituição de cada um. Além de reuniões locais e congressos nacionais periódicos para o desenvolvimento de seus estudos, esta Academia equipa e envia expedições arqueológicas a várias partes da URSS e promove ou dirige excavações.

Não nos é possível dar uma relação completa destas associações profissionais de trabalhadores intelectuais; são, como na Inglaterra e nos EE. Unidos, paralelas às organizações sindicais e quase indiferentes a elas, mas integradas nas referidas organizações, nacionalmente superpostas, por assim dizer, na organização geral por estabelecimento. Existe uma associação central de professores; uma secção de redatores no Sindicato dos Gráficos; uma secção de cientistas no Sindicato dos Educadores. Há uma secção especial para estatísticos e contabilistas no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio. Os lentes e os intelectuais, que fazem trabalhos científicos nos museus e bibliotecas, têm sua própria secção, que, em 1927, tinha 14.000 filiados, achando-se organizada em 50 filiais em outras tantas cidades. Os autores literários organizaram-se em diversas sociedades; uma delas limitava-se a membros do Partido Comunista, que tendiam a uma certa aspereza para com os escritores "fora do Partido". Por decisão do Comité Central do Partido, em abril de 1932, essa organização exclusiva foi dissolvida, para que todos os autores que apoiam o regime soviético e tentam tomar parte na construção socialista, quer sejam mem-

(56) *Moscow Daily News*, 27-11-32.

(57) *Idem*, 27-11-1932.

bro do Partido, candidatos à filiação ou nenhuma das duas coisas, possam constituir uma associação única de autores soviéticos. (58). Há uma Repartição Seccional de Engenheiros e Técnicos da URSS (YMBIT), a qual, instalada por Chvérník, secretário do AUCCTU, resolveu tomar parte ativa na "campanha de reparos dos maquinismos agrícolas", nas 32 oficinas de concertos das estações de tratores, assim como na "investida em prol da educação técnica dos *Konsomols*" (59). Há também uma Sociedade de Arquitetos Soviéticos, fundada em 1932, com 6 filiais na RSFSR e sua própria revista mensal (60). Tôdas estas divisões de profissionais, formalmente autorizadas pelo 7.º Congresso Geral dos Sindicatos, em 1926, têm como objetivo incentivar as atividades culturais de sua especialidade; não olvidam, porém, a elevação dos salários de seus membros, o melhoramento de suas condições de habitação e a instituição de sistemas especiais de aposentadoria (61).

Na reorganização geral dos sindicatos, em setembro de 1934, Chvérník reconheceu plenamente a utilidade e a importância dessas associações, que reuniam para fins específicos os membros dos diversos sindicatos. Previa-se, explicou ele aos autores do presente trabalho, que haveria diversas associações seccionais no âmbito da maioria, senão da totalidade dos 154 sindicatos entre os quais estavam distribuídos os primitivos 47. Não havia sido possível, contudo, completar-se essa organização em setembro de 1934, e ela tivera que ser adiada até 1935.

Esta separação por especialidade dentro da organização sindical não se limita aos trabalhadores intelectuais. O fato de existirem, em 1931, 47 sindicatos motivou que em cada um deles se reunissem muitas espécies diferentes de artifices e trabalhadores não especializados. O Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação, por exemplo, reunia operários, de moinhos, matadouros, fábricas de doces, padarias, fábricas de conservas de peixe e manufaturas de consumo. Em muitos casos, foram criadas secções especializadas, por solicitação do Comité Central do Partido Comunista (CCCP), visando especialmente um estudo mais detalhado de processos de fabricação como meio de incrementar a produtividade, e também um modo mais esclarecido de efe-

(58) *Manchester Guardian*, 1-5-1932.

(59) *Moscow Daily News*, 28-10-1933.

(60) *Ibidem*, 17-8-1933.

(61) *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn, 1927, pp. 67-69.

tuar convenções coletivas, em benefício de determinadas espécies de trabalhadores em toda a URSS. "Paralelamente ao estabelecimento dessas secções", declarou o CCCP, "devemos pôr em prática o sistema de reuniões especiais e conferências de produção, de acordo com os ofícios e profissões (trabalhadores de fundições, modeladores, maquinistas, examinadores, mecânicos, escavadores, tratoristas, contra-mestres, estampadores de tecidos, etc.); nas oficinas, além do delegado de oficina deve haver outro, representando o ofício nela predominante" (62). Vemos que o AUCCTU, embora obediientemente promulgue essa política de divisão em secções, não esquece o possível perigo que para o sindicalismo representam esses exclusivismos. Já em 1926 salientava o Boletim Sindical do AUCCTU que "as secções não devem ser consideradas como passos iniciais para o fraccionamento dos sindicatos nem para fazer delas órgãos independentes. Elas devem ser criadas dentro do sindicato, como órgãos auxiliares que melhor podem examinar as condições de trabalho e de vida dos sindicalizados e servir mais satisfatoriamente a estes" (63).

De igual modo, no caso da Repartição Inter-Sindical de Engenheiros e Técnicos, de que já tratamos, ordenou-se que as decisões dos órgãos seccionais têm que ser examinadas e aprovadas pelo órgão dirigente do determinado sindicato a cujos membros se referem, antes de serem postas em vigor (64).

Comparação entre o Sindicalismo Soviético e o da Grã-Bretanha

Já teremos compreendido que o sindicalismo na URSS é uma organização grande e poderosa, mais extensa do que a de qualquer outro país, mais ativamente empenhada em funções mais numerosas, e mais intimamente ligada aos outros órgãos do Estado. Em nossa opinião, o sindicalismo soviético é sem par no intenso interesse com que incrementa a produtividade da indústria do país, na inclusão, em seu quadro social, dos diretores e gerentes que tomaram o lugar dos patrões ca-

(62) Relatório do 9.º Congresso Geral dos Sindicatos, 1933, p. 110 (Relatório de Kaganóvitch). Escavador (*stoper*) é um mineiro que trabalha num veio de mineral.

(63) *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn, 1927, p. 69.

(64) *Ibidem*, p. 67.

pitalistas, e em seu persistente desejo de reduzir os custos. Em outro capítulo descreveremos a cordialidade com que foram aceitos, em substituição ao incessante desejo de aumento dos lucros por parte do capitalista, vários arranjos no sentido de se obter a máxima produtividade possível com a mínima despesa para a comunidade (65).

Pode-se perguntar, porém, em que se parece ainda o sindicalismo na URSS com o seu modelo da Grã-Bretanha. Resumindo, podemos responder que o sindicato soviético, como o britânico, é acentuadamente o órgão dos obreiros assalariados; baseia-se na filiação voluntária e individual, com a respectiva mensalidade; nomeia e remunera seus próprios funcionários e dirige seus negócios por intermédio de seus próprios comitês eleitos; efetua, por meio de seus comitês mais elevados e seus funcionários de jurisdição nacional, os contratos coletivos com as organizações empregadoras, estabelecendo por meio deles o esquema geral e as tabelas padronizadas de remuneração; as obras por peça ou tarefa são ajustadas em cada fábrica, uma por uma, depois de discussão com os funcionários locais do sindicato, não sem o consentimento deles; esses funcionários podem ser verdadeiros especialistas "ajustadores de remunerações", para os quais o sindicato organiza treinamento especial; toma parte, por seus representantes escolhidos e funcionários nomeados, em quase todos os órgãos do governo; finalmente, sua função essencial é a de manter e melhorar as condições de vida dos trabalhadores, — encarando-as, porém, do mais amplo ponto de vista e buscando o seu progresso apenas em comum com o de toda a coletividade operária.

O que não é tão fácil é explicar a relação entre o sindicato soviético e os outros órgãos do Estado Soviético. Em 1927, perguntava Tomski: "Os sindicatos são dependentes ou independentes do Estado? Se se compreender, segundo a interpretação formal, que os sindicatos da Europa ocidental dão à pergunta, decerto somos independentes, porque os sindicatos são dirigidos por seus próprios órgãos, democraticamente eleitos, têm seus próprios recursos financeiros e de maneira alguma estão sujeitos ao Estado. Na acepção mais ampla da palavra, no sentido da política de classe, os sindicatos são dependentes, como órgãos de uma classe unida, porque o Estado é nosso Estado. Essa

(65) Vide o Capítulo IX, na II Parte, *Em lugar do lucro, da URSS, Uma Nova Civilização*, de Sidney e Beatriz Webb.

dependência, porém, tem base recíproca, pois que de igual modo dependem dos sindicatos o Conselho dos Comissários do Povo e o Comité Executivo Central do Governo Soviético. Como podem eles ser independentes quando temos quatro representantes no *Presidium* do Comité Executivo Central do Governo Soviético e sessenta representantes no Comité Executivo Central dos próprios Soviets; quando temos voto consultivo no Conselho dos Comissários do Povo, em tôdas as questões nele discutidas; quando o Conselho dos Comissários do Povo não pode resolver uma só questão concernente à vida dos trabalhadores sem a nossa decisão final sobre o assunto; quando temos o direito de retirar da ordem do dia de qualquer alto órgão do Estado qualquer matéria que seja, por um simples telefonema, dizendo: "Um momento; vocês querem discutir tal e tal assunto, mas não consultaram nossa opinião. Temos alguma coisa a dizer sobre o caso; tenham a bondade de adiar esse ponto"? E não sabemos de caso algum em que não tenhamos sido atendidos. Os sindicatos têm o direito de solicitar a qualquer dos comissários do povo que compareça perante eles para apresentar um relatório, e nenhum dos comissários tem o direito de se recusar a isso alegando não ser formalmente responsável perante os sindicatos em questão" (66).

Em nossa opinião, a relação entre o sindicalismo soviético e os demais órgãos do Estado dos Soviets não pode ser avaliada com precisão sem que conheçamos a posição e a influência do Partido Comunista. A êste dedicamos um outro capítulo, intitulado *Orientadores por Vocação* (Cap. V, na I Parte, em *URSS Uma Nova Civilização*).

NOTA IMPORTANTE. — Chamamos especialmente a atenção dos nossos leitores para a data em que foi publicado o trabalho do casal Webb, que acabamos de transcrever: 1935. Isto significa que na atualidade muitas modificações já foram introduzidas na estrutura sindical da União Soviética de acôrdo com as novas necessidades e a experiência adquirida no seu desenvolvimento. Oportunamente, publicaremos trabalhos sobre essas modificações. Êste capítulo de *URSS, Uma Nova Civilização*, que reeditamos tal como foi publicado em 1935 é notável não só pela sua parte histórica como porque regista uma fase muito importante da evolução do sindicalismo na URSS. Somente por isso o publicamos.

(66) *The Trade Unions, the Party and the State* (Os Sindicatos, o Partido e o Estado), por M. Tomski, Moscou, 1927, pp. 18-19.

OS SINDICATOS NA UNIÃO SOVIÉTICA

Por CLIFFORD T. McAVOY

I — SINDICATOS SOVIÉTICOS

Papel e função

Existem 192 sindicatos na URSS (1942), com 26 milhões de membros. Quase 90 % de todos os trabalhadores do país são sindicalizados. Tanto numericamente, quanto proporcionalmente à população, os sindicatos soviéticos são os maiores do mundo.

Os sindicatos existem na União Soviética pela mesma razão que nos demais países livres. Sua primeira tarefa consiste em verificar as necessidades particulares dos trabalhadores nas indústrias sob sua jurisdição, tomar conhecimento e cuidar delas. Assim sendo, tal como acontece com os sindicatos dos outros países, êles trabalham em conjunto para o alevantamento do nível dos trabalhadores em tôda a nação. Os sindicatos soviéticos funcionam como organizações livres numa sociedade soviética, onde tôdas as fábricas, minas, estradas de ferro, estaleiros e outras fontes de produção são controladas pelo Estado, isto é, pelo povo como um todo organizado.

O Governo Soviético e seus estabelecimentos industriais estão empenhados na maior expansão possível dos seus planos de produção nos interesses do povo em geral. Os sindicatos têm também a mesma finalidade, mas têm, ainda por cima, a tarefa especial de cuidar da satisfação das necessidades individuais dos trabalhadores. Um diretor, portanto, de um estabelecimento industrial soviético, embora não movido por considerações de lucro, poderia, de maneira compreensível, sacrificar algumas das imediatas necessidades dos trabalhadores a fim de obter uma produção maior, se não estivesse sob constante contrôle do sindicato que lhe dá conhecimento completo das necessidades dos operários reconhecendo também as necessidades da produção.

Por outro lado, quando da crescente ameaça de guerra se tornou necessário para os trabalhadores soviéticos privar-se de certas mercadorias de consumo e trabalhar mais intensamente para completar o programa de industrialização para a preparação militar, êles, voluntariamente, propuseram maiores sacrifícios e maiores esforços. Os sindicatos soviéticos devem, por conseguinte, ser bem compreendidos como organizações poderosas, livres e exercendo uma influência decisiva no desenvolvimento da URSS e no bem estar do povo.

Como trabalham os sindicatos soviéticos

O sindicato da União Soviética tem muitas e diversas funções. Como nos Estados Unidos, negocia e reforça os contratos coletivos com as dire-

ções das fábricas, estabelecendo os salários, horas, condições de trabalho em cada fábrica ou empresa sob sua jurisdição. Representa seus membros, defendendo-os e resolvendo os conflitos. Publica seus próprios jornais locais ou nacionais e suas próprias revistas. Orienta as atividades culturais, educacionais e recreativas dos sindicalizados e de suas famílias. No desempenho dessas funções, a principal diferença que existe entre os sindicatos soviéticos e os sindicatos dos outros países está em que, na União Soviética, o diretor de uma indústria, assim como o próprio operário, é empregado e pago pelo Governo. Eles não têm lucros pessoais em manter baixo o nível da produção. Os seus "acionistas" são formados por todo o povo soviético para quem o Governo Soviético dirige e movimenta a indústria.

Os sindicatos, na Rússia, têm outras importantes tarefas que, em outros países, estão a cargo do Governo ou da indústria particular. Eles reforçam as leis de trabalho e os regulamentos sanitários e de saúde. Administram o vasto sistema de seguro social do Estado soviético. Participam, juntamente com a direção das fábricas e com o Governo, do alevantamento e da completa aplicação de cada Plano Quinquenal, que estabelece o esquema básico de produção para toda a nação em geral.

Os sindicatos são organizados e controlados democraticamente. Todos os dirigentes são eleitos por voto secreto para o período de um ano. Uma eleição só é válida quando é feita com a presença de dois terços do total dos sócios do sindicato. Todos os diretores ou corpos dirigentes podem ser depostos por votação em qualquer tempo.

Todos os sindicatos são organizados obedecendo a uma linha industrial. Todo trabalhador de uma indústria, inclusive o pessoal técnico e de escritório, pode ser eleito para a direção do sindicato daquela indústria. Sindicatos locais são organizados à base de uma fábrica. Cada sindicato local elege um *comité* de fábrica como seu corpo executivo e realiza freqüentes reuniões dos seus membros sendo os diretores obrigados a fazer relatórios detalhados sobre essas mesmas reuniões. Os filiados aos mesmos corpos sindicais de cada cidade ou região realizam conferências anuais nas quais elege *comités* regionais. Cada unidade regional realiza uma convenção bienal na qual elege um *comité* nacional. Convenções especiais podem ser convocadas por um terço dos membros sindicalizados.

Todos os sindicatos estão filiados ao Conselho Central dos Sindicatos da União, que é eleito numa convenção bienal à qual comparecem mil a dois mil delegados eleitos pela conferência regional de cada sindicato.

Os métodos burocráticos estão condenados devido a esse procedimento democrático e devido aos conhecidos métodos soviéticos de "autocrítica" que não poupa a direção, os funcionários, nem os que estão nas fileiras. Por meio de cartas dirigidas ao sindicato e aos jornais dos mesmos, as tendências burocráticas são combatidas e criticadas.

A sindicalização é voluntária, embora o Governo estimule a todos os trabalhadores no sentido de se sindicalizarem e gosarem das vantagens especiais que goza um membro de sindicato. Alguns acordos coletivos dão-lhes a preferência sobre os não sindicalizados na obtenção de empregos desejados. Eles têm prioridade nos projetos de casas construídas pelas

suas fábricas e nas colônias de férias dirigidas pelos sindicatos. As crianças dos sindicalizados têm a preferência nas *creches* e nas colônias de verão.

A contribuição é calculada à base de 1% do ordenado mensal e a taxa de entrada é feita na mesma base.

Para facilitar o trabalho ao *comité* da fábrica, a lei obriga à direção da mesma a ceder uma sala dentro do local e "facilitar à mesma o acesso de todos os que têm algo a tratar com o *comité*". Os membros do *comité* não podem ser demitidos, exceto quando violam a disciplina do trabalho e, assim mesmo, só depois de feita uma consulta ao sindicato. O *comité* da fábrica habitualmente indica sub-*comités* que ficam encarregados de tarefas tais como medidas de segurança, seguro social, produção, salários e atividades culturais.

Prejuízos e demissões, sobre os quais a direção deve comunicar previamente, são discutidos em primeiro lugar entre os representantes do *comité* da fábrica e a direção. Falhando o acordo, qualquer queixa referente à violação do Código de Trabalho pode ser levada a uma sessão especial do Tribunal do Povo composto de três membros, um dos quais deve ser um membro do sindicato. Outras disputas podem ser levadas a um *comité* de conciliação quando as partes concordam, ou a um órgão de arbitragem consistindo de um representante do trabalho, um da direção e um terceiro que é o presidente e membro do partido com poderes para qualquer decisão.

Os sindicatos e os Planos Quinquenais

Uma das mais importantes funções dos sindicatos consiste em participar na preparação, aplicação e execução do Plano Quinquenal. Uma vez que toda a indústria soviética pertence ao Estado e é dirigida por ele, a elaboração dos planos de produção para todo o país é tarefa exclusiva dele. Devido ao fato de toda a produção da indústria soviética ser utilizada por todo o povo, cada aumento da mesma significa mais dinheiro para o bolso dos trabalhadores, melhor alimento nas suas mesas e melhores agasalhos para o corpo. Os membros dos sindicatos soviéticos trabalham ardentemente nas preparações do Plano a fim de aumentar a produtividade do país. A guerra veiu interromper o Terceiro Plano Quinquenal da União Soviética.

A Comissão de Planificação do Estado, composta de técnicos, especialistas, economistas e representantes do Conselho Central dos Sindicatos de toda a União, elabora um Plano Preliminar, abrangendo toda a indústria soviética para um período de cinco anos, subdividido em esquemas anuais. Este Plano Preliminar é elaborado à luz das necessidades presentes e futuras. Procura resolver sobre o quanto do total da produção do país deve ser aplicado na expansão ou modificação da capacidade de cada indústria, nas necessidades militares e na quantidade de mercadorias a ser fabricada para o consumo. Propõe-se designar a soma de dinheiro a ser paga em salários por cada indústria e sobre o quanto deve

ser destinado para os fundos do seguro social, educação, atividades culturais e assim por diante.

O Plano Preliminar é enviado, então, para os sindicatos e para as direções das fábricas de cada indústria a fim de ser considerado. A direção suprema de cada indústria toma a sua parte do Plano juntamente com os *comités* nacionais dos sindicatos. O sindicato local, em cada fábrica, realiza reuniões dos seus membros para longas e detalhadas discussões do Plano. Seus *comités* conferenciam com a direção local a fim de considerá-lo à luz das suas próprias necessidades e condições. As discussões em torno do Plano realizadas pelos sindicatos locais têm ampla publicidade em toda a imprensa.

Assim sendo, os sindicatos servem como instrumento através dos quais os trabalhadores participam da adaptação do Plano às suas próprias aspirações e aos seus próprios desejos, dentro dos limites das necessidades do país como um todo geral. Cada membro do sindicato tem direito de comentar o Plano. Milhares de propostas de emendas são enviadas à Comissão de Planificação do Estado pelas reuniões realizadas entre os sindicatos e as direções das fábricas. Estas servem como base para uma completa revista do Plano Preliminar que é, então, estabelecido na sua forma final para novo estudo e aprovação.

Como são fixados os ordenados e as fichas de produção

As tarefas dos sindicatos não terminam com a final adoção do Plano. Enquanto ele fixa a ficha de produção geral e os ordenados em cada indústria, para cada ano de Plano Quinquenal, os sindicatos encarregam-se do trabalho de organizar contratos coletivos com as direções das fábricas e cuidam do completo e detalhado cumprimento desses contratos. Contratos coletivos são feitos entre os sindicatos nacionais e os departamentos de direção de uma indústria e entre cada sindicato local com a direção da fábrica local também.

Estes acordos estabelecem o tempo e o preço de trabalho por peça para todas as operações. Cuidam das condições para o trabalho fora das horas regulamentares, às vezes só permitidas com o consentimento do sindicato. Garantem o recebimento do mesmo ordenado nos casos de transferência temporária para uma tarefa de ordenado menor ou quando passa a trabalhar e a ganhar por peça executada. Especificam os *bonus* a serem pagos por produção em excesso, por invenções e melhoramentos de técnica. Cuidam de assuntos tais como o emprêgo de novos trabalhadores, segurança, facilidades sanitárias e facilidades de treinamento em novas funções, assim como melhoramentos dados pelas direções às casas dos operários, organizações esportivas e atividades culturais. Por outro lado, estimulam as obrigações dos sindicatos no sentido da manutenção de uma adequada disciplina de trabalho.

Uma vez o Plano aprovado e levado a cada fábrica em particular, o sindicato mantém constante vigilância para que seja realizado até o fim. Cada sindicato local realiza conferências mensais ou trimestrais acerca da produção. Essas conferências são abertas a todos os trabalha-

dores da fábrica. Os representantes da direção são levados a atender e a responder a todas as questões que lhes são expostas e a aceitar toda espécie de crítica. Se o plano não está sendo realizado completamente, a conferência procura fixar as responsabilidades do fracasso e procura elaborar medidas para corrigir todas as falhas. Se o Plano está sendo realizado satisfatoriamente, os trabalhadores procuram considerar as possibilidades de ultrapassar o mesmo. Sugerem, então, uma rotina de trabalho mais eficiente. Apresentam propostas referentes a novas máquinas e o reajustamento das máquinas antigas. Procuram descobrir meios para reduzir o estrago das mercadorias, o gasto das máquinas e a perda de trabalho. Recomendam trabalhadores de suas próprias fileiras para a direção da produção e para outros cargos de direção.

Iniciativa dos trabalhadores

A conferência de produção encarrega o *comité* de produção local de procurar executar as decisões e providenciar para que a direção da fábrica delibere no sentido de aproveitar a sugestão de qualquer trabalhador e que pareça interessante.

Frequentes reuniões são realizadas entre o *comité* de produção e o *comité* designado pela direção da fábrica. O trabalho deles corresponde aproximadamente ao dos *comités* de direção organizados pelo W. P. B. em nosso país.

O desejo de aumentar a produção leva o operário a contrapor sua própria perícia à perícia do companheiro, leva uma oficina a competir com a outra e uma indústria a rivalizar na produção com outra. Os *scores* de produção nos quadros negros das fábricas são acompanhados com tal interesse como o são os de *base-ball* em nosso país.

Os trabalhadores que organizam suas tarefas de tal maneira que possam arrancar das máquinas o máximo de produção são homenageados pelos companheiros. São chamados de "Starranovistas" em homenagem a Aleksei Starranov, um trabalhador do Donbas que, em 1935, descobriu uma forma de sistematizar o seu trabalho e elevar a produção diária da sua tripulação de sete para 310 toneladas. Os sindicatos consagraram o movimento starranovista com o fim de incentivar a produção. Os starranovistas são condecorados pelo Estado devido à sua contribuição no sentido de organizarem uma vida mais abundante para o povo.

Os sindicatos e o seguro social

Durante os últimos dez anos, os sindicatos administraram o vasto sistema de seguro social da União Soviética. Os fundos de seguro social advêm de uma taxa sobre a própria indústria e não da ficha de pagamento do trabalhador. Esses fundos são recolhidos pelos sindicatos de acordo com as necessidades locais e pagos aos membros pelo *comité* do seguro social dos sindicatos locais.

Os benefícios são pagos por doença ou incapacidade de trabalho, gravidez, natalidade, cuidados sanitários especiais, quarentena e funerais.

Pensões são fornecidas para pessoas em dietas especiais, dietas para crianças, para famílias com grande número de filhos. Trabalhadores, cuja saúde precisa de cuidados, mas que estão em condições de trabalhar, recebem esses cuidados especiais em "sanatórios noturnos" onde passam a morar temporariamente. Pensões são recebidas pelas famílias de operários falecidos. Homens com mais de 55 e 20 anos de serviço são escolhidos para receberem pensões referentes à velhice. Operários que trabalham em tarefas consideradas perigosas recebem suas pensões mais cedo. O total das pensões varia de 50 por cento do salário por ocasião da aposentadoria para cima, de acordo com a duração do emprego e de acordo ainda com outros fatores. Homens totalmente inválidos recebem pensões até mesmo de 100 por cento dos seus salários anteriores. Pensões são pagas ainda a todos os trabalhadores que atingem a idade de se aposentarem mesmo quando ainda continuam mantendo empregos pagos.

Os sindicatos promovem divertimentos e atividades culturais para tornar o descanso dos seus membros mais agradável e mais aproveitável. Sob o sistema de seguro social, constroem e administram estádios, campos de jogos, centros recreativos, parques e campos para os trabalhadores e suas famílias. Dirigem mais de 900 sanatórios e casas de repouso além daqueles que são orientados pelo Departamento de Saúde.

Os sindicatos orientam o sistema educacional em dois sentidos. Fornecem educação técnica para os trabalhadores que desejam qualificar-se para a promoção nos empregos e que querem adquirir um ensinamento técnico superior. Cada grande indústria, na União Soviética, mantém um adiantado instituto técnico para o qual são enviados os operários que conseguem classificação. No campo cultural, conjuntos dramáticos, vocais, de ópera, de dança são organizados. Constituem-se, também, grupos para o estudo de línguas estrangeiras juntamente com círculos literários. Trabalhadores de talento são enviados para as escolas de teatro, conservatórios de música, escolas de arte e universidades, tudo às custas do sindicato.

Os sindicatos ajudam a prover cuidados e divertimentos para as crianças desde o berço. Sob a supervisão do Departamento de Saúde e Educação, eles organizam *creches*, Jardins de Infância e atividades para as horas depois das aulas, *play-grounds*, clubes e campos para as crianças mais crescidas.

Os sindicatos participam na distribuição de fundos para a construção de projetos de casas, restaurantes, clubes e lavanderias para uso dos membros e das famílias.

Nível de vida dos operários soviéticos

Ordenados soviéticos convertidos de rublos para dólares podem parecer que estão abaixo do nível estabelecido para os operários norte americanos. Mas o salário de um operário soviético não constitui sua única fonte de renda nem determina seu nível de vida. O operário russo de ordenado mais baixo goza de certas vantagens que a maioria dos operários norte americanos não pode usufruir.

O aluguel, que absorve cerca de 25 por cento do salário do operário americano, custa ao trabalhador soviético apenas 4 ou 10 por cento. Inúmeras coisas essenciais à vida do operário, que ao americano custa dólares economizados a muito custo, são inteiramente gratuitas para o operário soviético. Nenhum trabalhador da União Soviética tira um níquel do bolso para pagar coisas de emergência tais como operações, tratamentos médicos, nascimento de filhos ou funerais. Cuidados com a infância, educação técnica conduzindo a empregos mais bem pagos, colônias de férias e muitos divertimentos são inteiramente gratuitos. Bilhetes para os melhores espetáculos de ópera, concertos e teatros são conseguidos a preços muito baixos, quando são comprados por intermédio do sindicato.

Durante os últimos 12 anos, não houve desemprego na União Soviética. Todos os membros de uma família de trabalhadores russos, com capacidade para o trabalho, têm sua ocupação. Eles podem contar absolutamente com o salário completo de todas as 52 semanas do ano. Há uma tremenda procura de trabalho especializado assim como oportunidade de treinamento para todos. Ninguém, que tenha desejo de aprender, ficará como operário não especializado.

Os benefícios do seguro social aliviam fortemente os assalariados da carga de terem de sustentar membros da família inválidos e de idade avançada. Caixas de auxílio mútuo são encontradas sempre com facilidade para as necessidades especiais.

Pouco antes dos nazistas atacarem

Até o momento em que a ameaça de guerra não tomou vulto, os sindicatos soviéticos melhoraram, ano após ano, os salários e as condições de trabalho. Desde junho de 1940, os próprios sindicatos sugeriram e aceitaram certas mudanças nos padrões de 1940 para todo o tempo da Juração da guerra.

Estes eram os padrões existentes antes de junho de 1940:

SALÁRIOS DE 1940 — Aumento anual de salários. Maior salário para trabalho especializado do que para trabalho não especializado. Maior salário para trabalho considerado perigoso. Quando possível, pagamento sobre peça de trabalho a fim de estimular a produção. Progressivo aumento da taxa para trabalho de peça acima da quota estabelecida. Abonos especiais para os serões e para trabalho de alta qualidade. Salário completo para os delegados trabalhadores dos sindicatos do Estado, do congresso dos consumidores e dos conselhos. Salário completo para as muncies trabalhadoras 35 dias antes do parto e 28 depois. Salários completos, mais almôço livre para as mães que alimentam os filhos durante o tempo determinado para esse fim. Pagamento completo para a mãe que trata de um filho doente. Um mês de ordenado para o operário em serviço no Exército Vermelho ou em estudos numa universidade. Salário e meio para cada hora a mais fora das horas normais de trabalho. Em tempo de paz, o tempo para o trabalho fora de horas é de 120 horas.

TABELA DE FÉRIAS EM 1940 — Doze dias pagos para cada trabalhador da indústria pesada, para cada trabalhador em trabalhos insalubres ou para cada jovem operário de 16 a 19 anos. Três dias a mais depois de dois anos de trabalho na mesma fábrica.

HORÁRIO EM 1940 (até junho) — Máximo horário diário de 7 horas. Horário de 6 horas diárias na indústria pesada. Menor horário ainda em indústrias tais como metalúrgicas, químicas, de couros e outras indústrias insalubres, assim como no telefone, rádio e outros trabalhos de tensão nervosa. Seis horas máximas, com salário regular, para trabalhadores de 16 a 18 anos. Quatro horas no máximo, com salário regular, em casos raros de menores com a idade de 14 a 16 anos cujo trabalho lhes é permitido. Cada sexto dia é destinado a descanso. Todos os feriados nacionais são para descanso.

CONDIÇÕES DE TRABALHO EM 1940 — Excelentes precauções de segurança e condições sanitárias. Dietas especiais fornecidas pelas direções das fábricas para os trabalhadores em indústrias químicas, para os que trabalham com cianureto e para trabalhadores de outras categorias. Freqüentes exames médicos para os trabalhadores em indústrias insalubres e transferência para empregos mais leves ao primeiro sinal de doença ou ferimento. Uniformes ou outros trajes especiais para o trabalho assim como objetos pessoais fornecidos pela direção da fábrica. Esta castiga severamente o não cumprimento das medidas de proteção ao trabalho estabelecidas de acordo com os sindicatos.

TÊRMO DE EMPRÊGO EM 1940 — Todo o ano corrente, exceto os períodos de férias. Todo trabalhador capaz tem direito constitucional a trabalho. Um operário pode ser despedido por incompetência, mas pode também encontrar emprêgo mais adequado às suas habilidades. Trabalhadores de pouca saúde são enviados para lugares especiais de descanso.

II — OS SINDICATOS SOVIÉTICOS E A GUERRA

Em junho de 1940, ante a profunda ameaça contra a paz do seu país, os sindicatos soviéticos tomaram medidas adicionais para acelerar o ritmo da produção de defesa. Um ano antes do ataque traiçoeiro, eles enfrentaram o problema da completa mobilização do poderio humano. O controle dos preços, há muito já era função do Governo Soviético e todas as formas de especulação e lucros particulares estava proibida por lei. Os operários soviéticos, portanto, nada tinham a receiar que um aumento dos seus esforços viesse trazer um declínio no seu padrão de vida através de uma alta do custo da vida ou que alguém pudesse aproveitar-se às suas custas.

Enfrentando o prolongamento das horas de trabalho

Ao contrário de nós, a União Soviética não possuía uma reserva de oito a dez milhões de desempregados para aproveitar na produção de

guerra. Todos os seus trabalhadores estavam empregados. A primeira exigência para os preparativos de guerra devia ser satisfeita, por conseguinte, pelo prolongamento do dia de trabalho. Da mesma maneira como a A. F. of L. e a C. I. O. concordaram voluntariamente em renunciar ao prêmio pago nos dias de sábado e domingo durante a emergência da guerra, os sindicatos da União Soviética, em junho de 1940, propuseram um aumento de sete para oito horas e de seis para oito naquelas indústrias que anteriormente trabalhavam com o menor horário diário. Propuseram, também, o descanso no sétimo dia ao invés de ser feito no sexto como antigamente.

Estas propostas foram aceitas pelo Governo Soviético e transformadas em lei para que êle pudesse destinar trabalhadores especializados às áreas e às fábricas onde eram mais necessários. As dificuldades criadas pelas transferências de local são reduzidas ao mínimo pela concessão de um salário de três ou quatro meses e pelo pagamento de todas as despesas com a mudança. Medidas foram tomadas também para suprimir as licenças, deixando este assunto a cargo da direção da fábrica, exceto em casos muito especiais e castigando severamente ausências pouco justificadas e retardamentos. Estas medidas preliminares ajudaram a União Soviética a enfrentar a inteira fúria do ataque quando êle se aproximou.

Com o avanço das hordas nazistas, em 22 de junho de 1941, o povo soviético mobilizou até o último homem e colocou-o atrás do heróico Exército Vermelho na defesa do seu país. Os sindicatos soviéticos devotaram-se à tarefa de produzir cada vez mais aviões, tanques, canhões e equipamentos necessários ao exército para enfrentar, parar e, finalmente, derrotar mortalmente o inimigo. Graças ao valor, profundo patriotismo e incansável esforço dos trabalhadores da União Soviética, organizados e dirigidos pelos seus sindicatos e pelo seu Governo, essa tarefa foi realizada até o fim de maneira honrosa e distinta sob condições incrivelmente difíceis.

Evacuação da indústria

Em face da ocupação por parte do inimigo de uma área comparável à extensão da nossa costa que vai do Maine a Flórida e que se estende para o oeste tão longe quanto Detroit, uma área considerada como possuidora de um terço ou mais da indústria soviética, a URSS organizou uma vasta imigração de homens e de indústrias — para uma distância de mil milhas em direção a leste, para a segurança oferecida pelos Montes Urais.

Não somente máquinas leves, como também grandes engenhos, gigantescos fornos elétricos e turbinas foram transportados. Trabalhos em aço e ferro de Dniepropetrovski, obras de engenharia de Kiev e Odessa, turbinas e equipamentos elétricos de outras cidades foram transportados para o este. Uma simples fábrica teve necessidade de 1.400 caminhões para o seu transporte. Durante o período da evacuação, relata-se, somente as estradas de erro da Ucrânia utilizaram 80 mil vagões diariamente, um movimento igual ao verificado em tempos de paz em todo o país.

Chegadas ao seu destino, estas grandes fábricas foram instaladas, em edifícios construídos durante o tempo de paz, em oficinas anteriormente preparadas para recebê-las. A produção foi iniciada dentro de um espaço de tempo incrivelmente curto — muitas vezes antes do edifício estar terminado ou de possuir o seu teto no lugar.

Não somente as máquinas e o equipamento foram transportados. Os trabalhadores e o pessoal técnico também. As famílias dos mesmos os seguiram. Todos os esforços foram feitos no sentido de manter intactas tais instituições ligadas às fábricas como as *crèches* e Jardins de Infância. Todo o pessoal dessas organizações foi enviado, desempenhando também as suas funções durante a viagem, ajudando a restabelecer tudo em ordem uma vez chegado à nova localidade.

O auxílio na organização desta vasta transmigração da indústria foi uma das muitas tarefas à qual os sindicatos soviéticos se dedicaram da maneira a mais devotada.

Os duzentos por cento

Uma das tarefas vitais dos sindicatos consiste em suprir a indústria de material humano capaz de igualar ou ultrapassar os homens que deixaram a banca de trabalho para se dirigirem à frente. Tornou-se evidente que um prolongamento do dia de trabalho era uma necessidade. Conseqüentemente, a restrição, limitando o número das horas de serão para 120 por ano, foi abandonada para se permitir nada mais do que três horas diárias de serão por dia. Igualmente, as férias foram eliminadas durante todo o período da duração da guerra. O abandono, porém, do alto padrão do trabalho soviético foi acompanhado de medidas de proteção e salvaguarda dos salários e da saúde dos operários. Uma hora de serão é paga como hora e meia. Embora as férias houvessem sido abandonadas, as indenizações de férias continuam sendo pagas regularmente. O descanso é concedido quando requerido. Descansos para períodos de parto com todos os vencimentos continuam em vigor. Parturientes, mulheres que alimentam seus filhos e pessoas doentes estão isentas dos serões. Operários de 16 a 18 anos só têm permissão para duas horas de serão. Uma hora é o máximo para rapazes de 14 a 16 horas naquelas indústrias em que lhes é permitido trabalhar.

As exigências acerca de material humano requerem algo mais do que um simples prolongamento de horário de trabalho. Esse prolongamento, juntamente com o treinamento de milhões de novos trabalhadores, torna-se uma coisa essencial.

A iniciativa pelo aumento da produção saiu dos próprios operários. É tarefa dos sindicatos organizar e dirigir esta iniciativa de tal forma que o zelo de todos, no sentido de trabalhar pela libertação do povo, se torne uma coisa mais eficiente, orientada e produtiva. Nos primeiros dias da guerra, a imprensa dos sindicatos publicou pedidos de milhares de operários, cada um dos quais se apresentava como voluntário no sentido de trabalhar em mais alguma tarefa além da que possui normalmente.

Assim nasceu, com a ajuda dos sindicatos, o movimento dos “duzentos por cento” que se espalhou por todo o país.

A necessidade de duplicar o rendimento individual levou à descoberta e ao aperfeiçoamento de mais eficientes métodos de trabalho feitos pelos próprios trabalhadores. A conferência de produção realizada pelas fábricas estabelece um debate a respeito da troca de idéias sobre as experiências efetuadas e assegura a rápida adoção de novos e eficientes métodos. Além disso, *comitês* de produção especiais dos sindicatos são encarregados de prestar particular atenção a cada sugestão e verificar que cada proposta, no sentido de modificações dos métodos e da tecnologia, seja tomada devidamente em consideração e imediatamente posta em prática.

O sucesso do movimento dos “duzentos por cento” está fartamente ilustrado no relatório do presidente da grande fábrica de automóveis “Stálin”, em Moscou. O número dos homens que realizaram suas tarefas a “duzentos por cento” triplicou em dois meses e em mês e meio. Ribíakov, um operador de máquina de estampar, descobriu um dispositivo que aumenta o seu rendimento de quatro vezes. Sanicheva, uma mulher refugiada de uma região ocupada, trabalha com cinco tornos produzindo o dobro com cada um deles. O polidor Plotnikov e o cortador Lukoianov realizaram, cada um, o trabalho de cinco, enquanto que o operador Armliev e o galvanizador Raidukov realizaram, cada um, o trabalho de quatro pessoas.

As realizações destes e de outros trabalhadores nas mesmas condições são discutidas nas conferências sobre a produção e nas reuniões dos grupos realizadas durante as horas de refeição. Competições amigáveis são organizadas entre os trabalhadores e entre os próprios departamentos. Aqueles que dobram a sua norma de produção e que tratam de suas ferramentas e dos seus materiais com carinho especial são condecorados com insígnias vermelhas e cada semana, numa reunião geral da fábrica, uma bandeira vermelha é oferecida ao departamento que realizou maior produção. Retratos dos heróis do trabalho eram colocados nas paredes das fábricas e publicados na imprensa soviética ao lado dos heróis do Exército Vermelho.

Recrutamento de novos trabalhadores

Os sindicatos soviéticos também enfrentaram a tarefa de recrutamento e treinamento de milhões de trabalhadores sem prévia experiência industrial. Atenção especial foi dada, também, ao recrutamento de mulheres para as indústrias. Pela Constituição soviética, as mulheres têm todas as garantias e igualdade de direitos que os homens, sendo os salários das mulheres, em todos os casos, semelhantes aos dos homens na mesma tarefa.

Tal como no caso do movimento dos “duzentos por cento”, a iniciativa referente à substituição dos homens pelas mulheres trabalhadoras saiu do próprio povo. Através de todo o país, as espôsas e as irmãs dos operários mobilizados apresentaram-se como voluntárias para dirigir as

máquinas que os homens foram obrigados a abandonar. Os sindicatos estimularam, dirigiram e organizaram o movimento. Milhares de mulheres apresentaram-se como voluntárias para trabalhar nas fábricas; outras foram recrutadas pelos irmãos e maridos chamados para a luta na frente; outras ainda ofereceram seus serviços depois que os organizadores dos sindicatos as chamaram em casa, explicando-lhes a importância do trabalho a ser realizado.

Mulheres que, apenas alguns meses atrás, eram donas de casa, trabalhavam em serviços domésticos, nas fazendas, nos escritórios, estão, agora, dirigindo máquinas anteriormente manejadas por homens e, com tal sucesso, que muitas vezes ultrapassam o rendimento antigo. Tão rapidamente foram as mulheres absorvidas pela indústria que, em fevereiro deste ano (1942), elas formavam 45 por cento do total da força de trabalho contra 37 por cento em 1940.

Um serviço, sem o qual seria impossível para as donas de casa tomar o seu lugar na indústria, é o sistema universal de *crèches* e Jardins de Infância, adidas a cada grande fábrica e que se encontram também nas vizinhanças das fábricas menores. Organizadas pelos sindicatos sob a supervisão do Comissariado de Saúde e financiadas pelo Governo, elas asseguram às mães, que se encontram trabalhando nas indústrias, que os filhos receberão cuidados ministrados por especialistas, três refeições por dia e a estada, num campo de verão, tudo isso por uma modesta taxa extraída dos seus vencimentos.

Além das mulheres, foram trazidos para a indústria homens de colarinho e gravata, trabalhadores profissionais e jovens com idade insuficiente para o trabalho. Uma idéia do que seja a composição dessa nova força de trabalho é fornecida pelo presidente da fábrica Kaganóvitch, que declara que, dos milhares de novos operários recentemente contratados, três quartas partes se compunham de mulheres e o restante de rapazes com menos de vinte anos.

Treinamento de novos trabalhadores

Os sindicatos representam um papel relevante no treinamento de novos operários recrutados para o exército industrial. O problema não consiste somente em fornecer a esses homens um ensinamento técnico especializado. De igual importância é o treinamento da disciplina, aplicação ao trabalho, responsabilidade pela melhor qualidade e menor desperdício e amor ao acabamento da tarefa. Um programa de treinamento bem sucedido tornou-se mais fácil não somente devido à lealdade dos novos operários e ao seu desejo de aprender cada vez mais, mas em consequência também do seu alto nível cultural. Assim sendo, mais da metade dos novos trabalhadores empregados na fábrica Kaganóvitch são homens que completaram seus estudos em escolas superiores.

A urgência devida à emergência da guerra exigiu o desenvolvimento de novos e improvisados métodos de treinamento. Toda a organização sindical de cada fábrica concentra a maior parte dos seus esforços ao

programa de treinamento. A principal atenção é dedicada à instrução individual na fábrica, junto à própria máquina, acrescida por cursos de períodos curtos quando necessário. Um dos métodos amplamente empregados é o de entregar um aprendiz a um trabalhador na produção, que recebe um abono por cada aprendiz bem sucedido. Este recebe também outro abono, quando realiza com sucesso suas operações. Assim, o trabalhador continua a trabalhar enquanto ensina a outro e o aprendiz começa realizando operações simples desde o primeiro dia em que se encontra no emprego.

Quando uma instrução extra, feita fora de horas, se torna necessária, ela é dada na própria oficina ou nas escolas dos sindicatos, adidas à própria fábrica, por um grupo de instrutores recrutadas entre os mais eficientes trabalhadores nas fábricas, que recebem abonos adicionais por este serviço. Os operários mais antigos em cada departamento assumem a responsabilidade pelo alevantamento do nível técnico dos novos recrutas e, na maioria das fábricas, cada operário mais antigo tem "adido" a si um jovem trabalhador de cujo treinamento e orientação está especialmente encarregado.

Competição, estilo sindicalista

Competição amigável entre os trabalhadores, entre os diversos departamentos e fábricas, sempre esteve em primeiro lugar na indústria soviética. Desde 22 de junho, sob o ímpeto das necessidades de guerra, esses concursos de empreendimentos elevaram-se a níveis bem altos. Quasi todo trabalhador é parte de um acordo para uma competição amigável na qual ele aceita o desafio de aumentar o rendimento quer individualmente, quer como membro de determinado departamento ou fábrica.

Assim, no dia 7 de maio, os trabalhadores da grande fábrica Stálin de aço e ferro, em Kuznetsk, lançaram seu desafio aos demais trabalhadores da indústria metalúrgica.

"No dia 1.º de maio — diz o desafio — nosso grande estrategista Joseph Stálin, ordenou ao Exército Vermelho para que fizesse todo o possível no sentido de tornar o ano de 1942 o ano da derrota das tropas fascistas germânicas e de libertação do solo soviético dos bandidos hitleristas".

Tendo em mira essa finalidade, propomos o início de uma competição entre todos os operários da União Soviética, que trabalham em fornos de explosão, fornos abertos, fieiras, oficinas químicas e de carvão, minas de ferro e manganês, a fim de que seja produzido mais metal do que o estabelecido no Plano e tornar possível a produção de mais armamento, fuzis, metralhadoras, morteiros de trincheira, artilharia, aviões e tanques".

Terminavam propondo que se produzisse 3.000 toneladas de coque, 4.000 de ferro em barras, 6.000 de aço, 5.000 toneladas de metal altamente graduado e 1.000 toneladas de manganês, tudo isso além do Plano estabelecido para o mês de maio. Igualmente, os trabalhadores da Fábrica

de Aviação n. 18 e da Fábrica de Motores n. 26 propuseram um aumento de 5 % da produção, além do estabelecido no Plano para o mês de maio. Outras fábricas aceitaram o desafio propondo-se também alcançar o aumento estipulado por Kuznetsk e pelos trabalhadores das fábricas de aviões. A fim de que todo operário pudesse ser envolvido pelo desafio, cada departamento de cada fábrica desafiou o outro, o mesmo acontecendo de indivíduo para indivíduo. Os progressos verificados foram acompanhados de perto pela imprensa e pelo rádio e, no fim de cada mês, os vencedores comemoravam-nos entre risos e alegrias.

A iniciativa e a energia criadora dos operários soviéticos produziram outros métodos e táticas na batalha da produção. Uma destas é o movimento "Luninite", no qual os operadores de máquinas tomavam cursos fora das horas normais de trabalho para a conservação e reparo das suas máquinas. Outro grupo de operários aprendeu a dirigir máquinas diferentes daquelas que manobravam habitualmente para poder, desta forma, trabalhar numa outra tarefa. Revivendo a tradição dos "Subbótnik", do período da Guerra Civil, muitos operários apresentaram-se como voluntários devotando seus dias livres a tarefas úteis. No dia 3 de agosto, feriado nacional dos trabalhadores em estradas de ferro, as tripulações dos trens, juntamente com suas respectivas famílias, entregaram-se ao reparo das locomotivas, dos carros, reacondicionamento dos leitos das estradas e coleta de metais velhos, doando o salário aos fundos de defesa.

Operários das fábricas de estradas de ferro dispenderam suas horas de trabalho produzindo os hoje famosos "trens de banho", que, com o seu completo equipamento de banho e de higiene, têm prestado tantos serviços aos homens que se encontram na frente.

Conversão da indústria pesada

Os sindicatos representaram papel importante na tarefa de converter a indústria civil em produção de guerra. Os planos de reforma são elaborados em colaboração com os sindicatos, cuja experiência prática é de grande ajuda e cujo trabalho na organização do treinamento de novos técnicos é de valor inestimável. Algorismos precisos sobre a extensão da conversão das fábricas do país de um modo geral não são conhecidos, mas o cálculo de Sir Stafford Cripps de que se aproxima de 100 por cento não pode ser desprezado. Assim sendo, os ordens de consumo de produtos industriais da República da Armênia, no Cáucaso, elevaram-se de 8,3 por cento, em julho, para 48 por cento, em novembro. Nenhum ramo de negócio — grande ou pequeno — deixou de contribuir. Fábricas de bebidas soviéticas usam atualmente suas máquinas na fabricação de *cocktails* para serem lançados contra os tanques nazistas. Cada um dos 140.000 homens que participam na mão de obra e dos artesãos de Leningrado (que estão organizados em cooperativas) acabou participando de qualquer espécie de produção de guerra. Os *slogans*: "Tudo para o *front*" e "Se o exército precisa, nós faremos", foram transformados em realidade.

O milagre da produção, que os trabalhadores soviéticos realizaram sob a orientação do seu Governo e dos seus sindicatos, é atestado pelo

facto de que, desde junho 22, o rendimento dos materiais de guerra elevou-se a alturas nunca vistas anteriormente, sem contar com as perdas para o inimigo de centros de produção contendo aproximadamente um terço das indústrias e a ausência de milhões de operários especialistas, que trocaram as fábricas pelo *front*. Embora as cifras sobre a produção sejam segredo militar, naturalmente, a semi-oficial agência britânica Reuters relata que, em janeiro de 1942, o rendimento foi de 40 por cento sobre o nível de junho de 1940. Outro índice do levantamento do nível da produção pode-se verificar pelo facto de que, na sua declaração do dia 7 de novembro de 1941, Stálin falou da deficiência na produção de tanques, russos comparada com as das fábricas da Europa dominada por Hitler, enquanto, que seis meses depois, o Comissário Assistente da Indústria Pesada anunciou, confiante, que a produção se elevou a um nível capaz de suprir o Exército Vermelho de tanques e completar assim o *slogam* de Stálin referente à vitória.

Atividades de guerra

Tal como em nosso país, as atividades na União Soviética não se limitaram à questão da produção mas sim em cuidar de cada fase do esforço de guerra. O *comité* de cada fábrica é responsabilizado pela defesa anti-aérea da fábrica, dos locais residenciais e de cada instituição ligada a ela. A organização de guardas anti-aéreos e de observadores de telhados, assim como a preparação do material de defesa, está nas mãos do *comité* referido. A guerra encontrou os sindicatos preparados desde que eles trabalharam em íntima colaboração com o *Osssoaviakhim*, a grande organização civil que, durante muitos anos, veio preparando o povo soviético para a emergência de guerra. Cada clube dos sindicatos possuía quartéis especiais e cursos de treinamentos para semelhante trabalho. Depois do dia 22 de junho, os sindicatos organizaram imediatamente cursos de treinamentos para enfermeiras e para socorristas tanto para o serviço civil como militar em grande escala.

Os sindicatos sempre mantiveram contacto íntimo com o Exército Vermelho. Os homens que se acham servindo no exército continuam mantendo a filiação ao sindicato. As fábricas "adotam" certos regimentos, arranjam visitas e divertimentos para os companheiros e os suprem de tipos especiais de equipamentos. Estas atividades têm sido grandemente intensificadas desde a guerra. Os sindicatos tomam sob sua proteção as famílias daqueles que se encontram no *front*. Os *comités* locais visitam as famílias, tomam conhecimento das suas necessidades e as auxiliam por todos os meios possíveis. Os operários das fábricas pertencem à "Guarda Voluntária do Povo" e, quando a guerra se aproxima das suas cidades, eles lutam lado a lado com as tropas do exército regular. Em Moscou, Leningrado, Sebastopol, os operários armados ajudaram fortemente a rechassar o inimigo.

No dia 1.º de outubro, foi estabelecido o treinamento militar geral para todos os homens até 50 anos. Isto implicava num curso de 110 horas

para o manejo de armas, exercícios de recrutas, tiro, estudos de métodos anti-tanques, defesa contra gases, entrancheiramento e estudo do regulamento do Exército Vermelho. Os sindicatos tomaram imediatamente medidas para ajudar a cumprir o programa de treinamento e os campos das fabricas, depois das horas de trabalho, assumiram o aspecto de verdadeiros campos de batalha. Conferências regulares e consultas sobre assuntos militares eram organizadas nos clubes das fábricas e nas sedes dos sindicatos. Jornais dos sindicatos e das oficinas empreenderam campanhas estimulando o programa de treinamento militar e relatando os seus progressos.

Assim sendo, os sindicatos soviéticos, enquanto continuam com as suas funções dos tempos de paz, representam papel importante não somente na produção, mas, também, na mobilização de todo o povo soviético para uma guerra total contra Hitler, que estão conduzindo de maneira tão gloriosa.

Para uma união sindical anglo-americano-soviética

Um único objetivo move os trabalhadores e as trabalhadoras dos três grandes movimentos operários dos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética.

Todos pertencem a instituições democráticas que se acham em nações democráticas, não importando saber qual seja a forma e o método que empregam para expressar o desejo da maioria.

Todos se propuseram a finalidade de limpar o globo terrestre da praga do fascismo para sempre. Todos se dedicaram ao estabelecimento de um mundo no qual o povo de cada país possa viver e trabalhar em liberdade, paz e segurança.

Esta grande tarefa une os trabalhadores desses países com os laços de uma necessidade comum e com o ardente espírito de colaboração.

A União entre os operários de todos os países encontra-se nas mais profundas e nas melhores tradições do operariado norte-americano.

Nas palavras imortais de Abraão Lincoln:

“O mais forte laço de simpatia humana, fora das relações de família, deveria ser aquele que une todos os trabalhadores de todos os povos, idiomas e origens”.

O trabalhismo britânico e o trabalhismo soviético estão forjando, ombro a ombro, as armas que ajudarão a estabelecer um novo mundo.

O operário americano está trabalhando em uníssono com eles, pela vitória e pela paz dos povos, ao lado dos movimentos operários desses dois países.

Marx propôs na Primeira Internacional que ela se dedicasse a formar, em todos os países, o maior número de sindicatos e uniões sindicais, assim como a organizar a solidariedade internacional nas greves.

SEGUNDO CONGRESSO DA CTAL

EXPLICAÇÃO

Publicamos, a seguir, as teses, acordos e resoluções mais importantes do Segundo Congresso Geral da Confederação de Trabalhadores da América Latina, realizado entre os dias 10 e 15 de dezembro de 1944 na cidade de Cali — (Colômbia).

Para facilitar a leitura, estudo e compreensão deste material, é necessário dar a seguinte explicação a respeito de seu conteúdo:

A Primeira Parte compreende o material básico de discussão apresentado pela Presidência da C. T. A. L. ao Congresso.

Nêle, oferece-se, através de profundos estudos estatísticos, uma visão panorâmica completa da América Latina sob todos os aspectos de sua estrutura político-econômica. Trata-se de larga contribuição para os militantes operários e para os estudiosos de nossos países, permitindo conhecer e interpretar o real conteúdo e o verdadeiro programa da C. T. A. L., tão caluniada e vilipendiada pelos nazistas e reacionários de toda a América.

O material-programa foi aprovado por unanimidade.

A Segunda Parte compreende as resoluções elaboradas e adotadas pelo Congresso. Essas resoluções são complementares do material-programa e referem-se à parte mais viva e concreta dos acontecimentos e necessidades atuais, representando a necessária síntese da plataforma geral da C. T. A. L.

Acreditamos que, com esta publicação, cumprimos parte de nosso dever, que é o de popularizar ao máximo os acordos de Cali. Acreditamos ainda oferecer material poucas vezes exibido, fixando quais são os problemas de nossa América e, o que é mais importante, qual a única saída possível para esses problemas.

Somente nos resta fazer um apêlo aos nossos dirigentes sindicais e aos nossos filiados, assim como aos homens de todos os sectores que se interessam pelos problemas sociais, para estudarem com atenção este honrado e profundo esforço de nossa Confederação de Trabalhadores da América Latina, contribuição excepcional à histórica luta emancipadora de nossos povos.

COMISSÃO DE CULTURA E PROPAGANDA DA U. G. T. DO URUGUAI

I. O Atrazo Histórico da América Latina.

1. — O caráter semi-colonial dos países latino-americanos.

Antes de deflagrar a Segunda Guerra Mundial, a estrutura econômica, social e política do mundo achava-se dividida em duas grandes

partes. A primeira, em que prevalecia ainda o sistema capitalista, ocupava as cinco sextas partes da superfície da terra (109,9 milhões de quilômetros quadrados) e abarcava pouco mais das nove décimas partes da população do globo (1.359,7 milhões de habitantes). A segunda, na qual já se havia instaurado o sistema socialista, estendia-se sobre a sexta parte restante (22,6 milhões de quilômetros quadrados) e nela vivia quasi uma décima parte dos habitantes do planeta (164,8 milhões).

O traço característico essencial do mundo capitalista era a divisão dos países que o integravam em duas grandes categorias. De um lado, um pequeno número de países independentes, que ocupavam apenas a sétima parte da superfície terrestre (15,0 milhões de quilômetros quadrados), e menos da terça parte da população (567,2 milhões de habitantes). Do outro lado, uma multidão de países coloniais, semi-coloniais e dependentes, que se estendiam sobre mais de oito décimas partes da superfície do globo (94,9 milhões de quilômetros quadrados), habitadas por quasi sete décimas partes da população (1.292,5 milhões de habitantes).

Essa multidão de países coloniais, semi-coloniais e dependentes achava-se sujeita, em grau diverso, à dominação política e à exploração econômica do pequeno número de países independentes. Comparando a superfície e a população de uns e outros, resulta que as nações imperialistas exerciam sua hegemonia sobre um território quatro vezes maior do que o seu próprio e que, para cada um de seus habitantes, havia dois, correspondentes aos povos subjugados.

Dentro do pequeno número de países independentes existia também uma divisão em duas categorias. Numa, achavam-se cinco grandes potências imperialistas: Grã-Bretanha, Estados Unidos, França, Alemanha e Japão, que ocupavam as sete décimas partes da superfície de todos os países capitalistas (11,02 milhões de quilômetros quadrados) e as seis décimas partes da população (343,1 milhões de habitantes). Na outra categoria, agrupavam-se os países capitalistas médios e pequenos que, embora gozassem de independência política e econômica, desempenhavam necessariamente o papel de satélites das grandes potências imperialistas. Em conjunto, seu território abarcava pouco mais de uma quarta parte (3,98 milhões de quilômetros quadrados) e sua população pouco mais de uma terça parte (224,1 milhões de habitantes).

Por sua vez, dentro da multidão de países coloniais, semi-coloniais e dependentes, podia estabelecer-se, mesmo assim, uma divisão em duas categorias. Na primeira, alinhavam-se as colônias, sem independência política nem econômica, que ocupavam as seis décimas partes da superfície de todos esses países (57,0 milhões de quilômetros quadrados) e abarcavam a metade da população (661,8 milhões de habitantes). Na segunda categoria, encontravam-se os países semi-coloniais e dependentes, com independência política, mas não econômica, que se estendiam sobre as quatro décimas partes restantes (37,9 milhões de quilômetros quadrados) e compreendiam a outra metade de habitantes (630,7 milhões).

Dos países coloniais, as cinco grandes potências imperialistas anteriormente mencionadas dominavam mais das oito décimas partes da su-

perfície (47,4 milhões de quilômetros quadrados) e quasi as nove décimas partes da população (574,2 milhões de habitantes). Por sua parte, os países capitalistas médios e pequenos só controlavam menos de uma sexta parte da extensão territorial (9,6 milhões de quilômetros quadrados) e pouco mais de uma décima parte dos habitantes (87,6 milhões).

Das cinco grandes potências imperialistas, duas delas, a Grã-Bretanha e a França, dominavam quasi a totalidade do território dos países coloniais (46,8 milhões de quilômetros quadrados) e as oito décimas partes da população (431,6 milhões de habitantes). Dessas duas grandes potências imperialistas, somente a Grã-Bretanha controlava as seis décimas partes da superfície (34,9 milhões de quilômetros quadrados) e as sete décimas partes da população (466,5 milhões de habitantes). Das colônias britânicas, só a Índia abarcava a oitava parte da superfície (4,1 milhões de quilômetros quadrados) e compreendia as oito décimas partes da população (382,0 milhões de habitantes).

Dos países semi-coloniais e dependentes, os mais importantes eram a China e as nações que formam mais de 8 décimas partes da superfície desses países (31,8 milhões de quilômetros quadrados) e abarcavam mais das 9 décimas partes da população (579,8 milhões de habitantes). Se a estas duas grandes regiões geográficas e concentrações humanas juntarmos o mais importante dos países coloniais, observaremos que a China, a Índia e a América Latina, reunidas, ocupavam nada menos do que quatro décimas partes da superfície e oito décimas partes da população de todos os países coloniais, semi-coloniais e dependentes.

Em relação à América Latina, sua superfície (20,7 milhões de quilômetros quadrados) representava pouco mais da metade do território dos países semi-coloniais e dependentes; pouco mais da quinta parte do território dos países capitalistas independentes e subjugados e quasi a sexta parte do mundo. No que se refere à sua população (129,8 milhões de habitantes) constituía a quinta parte dos habitantes das nações com independência política, mas não econômica; a décima parte dos habitantes de todos os povos subjugados e pouco mais da vigésima parte da população do mundo capitalista.

Ao contrário, a dos países coloniais, as vinte nações que integram a América Latina gozam, desde princípios do século passado, de independência política. Mas, tal como as demais colônias e os restantes países semi-coloniais e dependentes, carecem de independência econômica. Os países capitalistas em geral, em particular as grandes potências imperialistas e, dentro destas últimas, especialmente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, mantêm submetidas as nações latino-americanas à exploração econômica, como zonas de inversão de seu capital excedente, como fonte de abastecimento de matérias primas e como mercado de seus produtos manufacturados.

A. — *A América Latina como zona de inversão do capital estrangeiro.*

A exploração econômica, que exercem as grandes potências imperialistas sobre os países coloniais, semi-coloniais e dependentes, realiza-se, em primeiro lugar, em consequência dos enormes lucros que obtêm atra-

vés da inversão de seus capitais, ou, seja, sob a forma de empréstimos a entidades públicas e privadas, ou pelo emprégo direto desses capitais em empresas produtivas. A exportação de capital dividiu os países em dois grupos: credores e devedores. Faz mais de uma década, em 1932, um pequeno número de países inversionistas, cuja população ascendia a 515 milhões de habitantes, (ou, seja, 15 % da população mundial), tinha invertidos 39,344 milhões de dólares entre os 85 % restantes, composto de 1.800 milhões de habitantes, à razão de 22 dólares por habitante.

Com relação ao montante dos lucros, seu cálculo aproximado pode basear-se nas rendas provenientes das inversões diretas dos Estados Unidos no exterior durante o ano de 1940. Tais inversões produziram um lucro de 6,4 %, equivalente a 450 milhões de dólares. Supondo o mesmo tipo de lucro para as demais inversões e para os demais países inversionistas, chegar-se-á à conclusão de que o capital invertido no mundo produziu um lucro de mais de 2,500 milhões de dólares, à razão de quase 1 ½ dólares por habitante dos países coloniais, semi-coloniais e dependentes, e de 8 dólares para cada habitante das potências imperialistas.

Dentro desse tipo de exploração econômica, a América Latina ocupa lugar muito importante no mundo para as grandes potências imperialistas. Em 1932, havia invertidos na mesma 10,295 milhões de dólares, que representavam mais da quarta parte do capital total invertido no mundo. Isso quer dizer que os países latino-americanos eram a região mais intensamente explorada pelo imperialismo no planeta, pois tinham invertidos 86 dólares por hectare, ou, seja, quatro vezes mais do que no resto da terra.

Em 1940, as rendas provenientes das inversões diretas dos Estados Unidos, na América Latina, importavam em 162 milhões de dólares, que representavam os 5,8 % do capital invertido nesse ramo. Admitindo-se o mesmo rendimento proveniente das demais inversões nos demais países inversionistas, a operação forneceria um lucro total de cerca de 600 milhões de dólares, isto é, de 5 dólares por habitante latino-americano.

Mas o grau de exploração econômica é muito variável nos diferentes países da América Latina. Se tomarmos como base de comparação a média mundial de 22 dólares de capital invertido por habitante, notaremos que oscila entre São Domingos, onde a inversão equivale à metade (12), até Cuba, onde o capital invertido por habitante é vinte vezes maior que a média mundial (423).

Entre as grandes potências imperialistas, que têm invertido capital na América Latina, duas delas, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, abarcavam em 1932 os 92 % do total das inversões internacionais (9.979 milhões de dólares). Desta soma, quase as seis décimas partes correspondiam aos Estados Unidos (5,429) e as quatro restantes à Grã-Bretanha (4,050). Essa mesma proporção mantinha-se até o ano de 1936, data dos últimos dados, conquanto o montante das inversões de ambas potências houvesse baixado a 8.424 milhões de dólares.

Essa posição dominante dos Estados Unidos na exportação do capital para a América Latina é consequência de longa luta contra a Grã-Bretanha e um dos resultados mais importantes da Primeira Guerra Mundial.

Em 1914, a metade das inversões nos países latino-americanos correspondia à Inglaterra e só pouco mais da quinta parte à América do Norte. Num quarto de século, os Estados Unidos não somente lograram superar à Grã-Bretanha, senão que quasi totalmente a França e a Alemanha, cujo capital invertido representava, naquela época, a sétima e a décima parte, respectivamente.

Na atualidade, o capital invertido pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha na América Latina guarda proporção muito diferente nos diversos países latino-americanos. Na metade deles, predomina o capital norte-americano (São Domingos, Haiti, Cuba, Venezuela, Panamá, Salvador, Bolívia, Nicarágua e Colômbia). Noutras sete nações prevalece o capital britânico (Argentina, Uruguai, Brasil, Honduras, Paraguai, Guatemala e Costa Rica). Nos três países restantes acham-se em equilíbrio (Chile, Peru e Equador).

Sob o ponto de vista geográfico, o capital britânico encontra-se mais concentrado do que o norte-americano. Mais das nove décimas partes daquele estão invertidas somente em sete países (Argentina, Brasil, México, Chile, Uruguai, Peru e Cuba) e nos dois primeiros existem mais das duas terças partes. Por sua vez, o capital norte-americano concentra-se, mas nada mais do que em suas três quartas partes, em seis países (Cuba, Argentina, México, Chile, Venezuela e Colômbia). Neste sentido, Cuba significa para os Estados Unidos o mesmo que a Argentina para a Grã-Bretanha.

B. — *A América Latina como fonte de matérias primas e como mercado de produtos manufacturados.*

A exploração econômica, que exercem as grandes potências imperialistas sobre os países coloniais, semi-coloniais e dependentes, realiza-se, em segundo lugar, através da extração de matérias primas e da colocação, no mercado, de produtos manufacturados. Além das utilidades, que obtêm por sua inversão, o objetivo mais importante da exportação de capital consiste no controle das fontes de matérias primas. Nesse sentido, a maior parte das inversões estrangeiras destina-se ao estabelecimento de empresas agrícolas e mineiras, da mesma forma que às organizações necessárias para o transporte e distribuição de seus produtos.

Com efeito, dos 4.023 milhões de dólares, a que se elevava, em 1940, o capital invertido pelos Estados Unidos na América Latina, 3.020 milhões, as três quartas partes, achavam-se colocados em inversões diretas. Um lustro antes, isto é, em 1935, as seis décimas partes dessa soma estavam invertidas na exploração de matérias primas: mineração (770), petróleo (722), e agricultura (567); uma quinta parte em serviços públicos (593); uma vigésima parte em estradas de ferro (186), e outra parte no comércio (119). Por sua vez, as manufacturas só abarcavam menos da décima parte (258).

Tal como afirmamos anteriormente, essas inversões diretas rendem por si mesmas consideráveis lucros às grandes potências imperialistas, lucros muito mais elevados do que na metrópole. Isso é devido, sobretudo, aos baixos salários que as empresas estrangeiras pagam aos trabalhadores latino-americanos e também aos baixos fretes que pagam nos trans-

portes e aos baixos impostos que lhes concede o Estado. Assim é que os lucros obtidos em 1940 pelo capital norte-americano na América Latina se elevaram a 12,4 % na mineração e fundição, a 8,2 % no petróleo, a 8,1 % nas manufaturas, a 7,1 % na distribuição e a 4,4 % na agricultura.

Mas, além desses rendimentos, existe outro mecanismo através do qual os monopólios comerciais dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha exploram economicamente os países latino-americanos. Esse mecanismo consiste na imposição de preços extraordinariamente baixos às matérias primas que a América Latina produz, facto que aparece com grande evidência na comparação que mais adiante se faz entre os referidos preços e aqueles por que se torna a vender essas matérias primas, já elaboradas, nos próprios mercados latino-americanos. Em 1938, essas duas grandes potências controlavam em conjunto quasi as três quartas partes do valor das exportações da América Latina.

Até essa data, apesar da posição dominante dos Estados Unidos na exportação de capitais, a Grã-Bretanha continuava ocupando o primeiro posto no controle das matérias primas. Comprava à América Latina quasi as quatro décimas partes, enquanto que a da América do Norte só obtinha uma terça parte. Os Estados Unidos controlavam, entretanto, as exportações de nove países latino-americanos: Colômbia, Costa Rica, Cuba, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Salvador. Por sua vez, a Grã-Bretanha estava ainda de posse das exportações de seis países: Argentina, Brasil, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. No Haiti e em São Domingos estavam equilibradas.

A situação era bastante diferente no tocante ao controle do mercado da América Latina para a colocação dos produtos manufacturados das grandes potências imperialistas. Os Estados Unidos vendiam aos países latino-americanos pouco mais da terça parte dos artigos estrangeiros, enquanto que a Grã-Bretanha só controlava a nona parte. A América do Norte dominava nas importações de doze países: Colômbia, Costa Rica, Cuba, São Domingos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Salvador e Venezuela. A Inglaterra somente lhe restava a preponderância em sete países: Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Equador. No Peru, mantinham-se equilibradas.

2. — O atraso e a deformação no desenvolvimento da América Latina.

A exploração econômica, que exercem as grandes potências imperialistas sobre os países coloniais, semi-coloniais e dependentes por intermédio da exportação de capital, da extração de matérias primas e da colocação de artigos manufacturados, produz o atraso e a deformação no desenvolvimento das nações submetidas ao jogo do imperialismo. Toda a estrutura econômica desses países é organizada, não em função das necessidades do consumo de seus próprios povos, mas, sim, das exigências do abastecimento das enormes instalações industriais dessas grandes potências. De acordo com tal finalidade, o capital estrangeiro desenvolve alguns ramos da agricultura, da criação de gado e da mineração; impede o crescimento da indústria em geral, mas, particularmente, da indú-

ústria pesada; canaliza o crédito; regula o comércio e traça as vias de comunicação e os sistemas de transporte.

A América Latina é uma das regiões econômicas do mundo que contam com grande extensão e multiplicidade de recursos naturais. Não obstante, o entrave imposto à sua capacidade de produção pelo capital estrangeiro é o motivo por que, segundo dados correspondentes a 1938, o valor da produção de todos os países latino-americanos (5.068 milhões de dólares) representa apenas 8,1 % do valor da produção mundial (62.575 milhões de dólares). Apesar desse obstáculo, a América Latina ocupa um lugar preeminente em 17 dos 73 artigos principais na produção do mundo, tais como o café (87 %), o antimônio (53 %), a linhaça (17 %), a prata (44 %), o açúcar de cana (41 %), o vanádio (38 %), o cacáu (53 %) e nos minérios de bauxita (32 %), de cobre (22 %), de chumbo (21 %) e estanho (18 %).

A prova mais significativa do atraso em que o imperialismo mantém a América Latina é a de que a produção básica dos países latino-americanos, no ano de 1938, apenas representava os 8,1 % da produção mundial. E, mesmo naqueles ramos cujo desenvolvimento mais procurou o capital estrangeiro, a América Latina ostenta uma proporção insignificante: 8,7 % dos produtos agrícolas, 8,6 % dos artigos alimentícios, 6,9 % das frutas e legumes, 5,7 % dos cereais e do açúcar, 8,4 % das matérias oleaginosas e dos azeites, 8,2 % das fibras têxteis, 9,2 % dos metais, 6,9 % dos minerais não metálicos, 5,2 % dos combustíveis e da eletricidade, e 0,1 % dos produtos florestais.

Mais ainda: dentro do mesmo Continente, se compararmos a América Latina com a América do Norte (Estados Unidos e Canadá), entre os quais existe semelhança sob o ponto de vista da superfície e da população, veremos que a segunda tem uma produção básica três vezes maior do que a primeira. Assim, a América do Norte, comparada com a América Latina, produz o dobro de produtos agrícolas, de artigos alimentícios, de cereais, açúcar, matérias oleaginosas e azeites; o triplo de frutas e legumes, de fibras têxteis, de metais e de minerais não metálicos; cinco vezes mais de matérias primas e de forragens; seis vezes mais de produtos não agrícolas; oito vezes mais de combustíveis e eletricidade e cinquenta vezes mais de produtos florestais.

Não obstante, o capital estrangeiro tem desenvolvido na América Latina a produção de alguns desses artigos básicos até o grau de converter os países em regiões mono-produtoras. Este cunho característico da produção reflete-se claramente nas exportações. Um, dois, três, quatro ou, no máximo, cinco produtos, ocupam as cinco, seis, sete, oito e até as nove décimas partes ou mais do valor das exportações: o petróleo na Venezuela (94 %), o estanho na Bolívia (71 %), a banana no Panamá (70 %) e em Honduras (65 %), o açúcar também em São Domingos (65 %) e o café na Colômbia (64 %).

Por ser a produção de quasi todos esses artigos tão inferior em relação à América do Norte e ocupar uma proporção tão escassa na produção do mundo, a América Latina destinava-os à exportação e não ao consumo interno. Enquanto os Estados Unidos vendiam, em 1937, no exterior,

somente 9 % do total de sua produção, a Venezuela exportava 93 %, a Colômbia 75 %, Cuba, 74 %, Chile 67 %, Peru 49 %, México, 32 %, Uruguai 30 %, Argentina 27 % e Brasil 23 %.

Pelo contrário, o capital estrangeiro tem impedido, implacavelmente, na América Latina, o desenvolvimento da indústria em geral, tanto para evitar que os países latino-americanos cheguem a competir com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha nos mercados internacionais, como para obrigá-los a continuarem comprando seus produtos manufacturados. Em 1937, o valor da produção industrial nos Estados Unidos representava 77 % do valor total da sua produção. Nessa mesma época, a produção industrial ocupava 40 % no Uruguai, 34 % em Cuba, 31 % na Argentina, 25 % no Brasil e Colômbia, 18 % no México, 11 % no Peru e 9 % no Chile.

Mas é a indústria pesada que o capital estrangeiro tem evitado a todo transe que se desenvolva, a fim de impedir que os países latino-americanos construam sua própria maquinária e impulsionem seu desenvolvimento econômico de forma independente das metrópoles imperialistas. E' por isso que, em 1937, quando o valor da produção industrial básica (fundição, trabalhos metalúrgicos, maquinária, veículos e produtos químicos), representava, nos Estados Unidos, 36 por cento do valor total da produção industrial, esta proporção só ascendia a 24 % no Brasil, 22 % no México, 19 % na Argentina, 15 % no Uruguai, 14 % na Venezuela, 6 % em São Domingos, 2 % em Cuba e 1 % na Bolívia.

O caráter mono-produtor, que o capital estrangeiro tem imposto à América Latina, obriga os países latino-americanos a importar uma proporção muito alta de artigos manufacturados do exterior para o consumo nacional. Em 1937, os produtos estrangeiros só representaram 9 % do consumo nacional dos Estados Unidos. No mesmo ano, essa percentagem elevava-se a 82 na Colômbia, 81 na Venezuela, 60 em Cuba, 40 no Peru, 32 no México, 29 no Chile, 28 na Argentina, 27 no Uruguai e 25 no Brasil.

Há, na América Latina, um flagrante contraste entre a composição das exportações em que predominam as matérias primas e a composição das importações em que preponderam os artigos manufacturados, o que se pode verificar na diferença de peso entre umas e outras. No triênio 1936-38, o peso das exportações da Venezuela foi mais de cinquenta vezes maior que o das importações; oito vezes maior na Colômbia; cinco vezes maior em São Domingos; quatro vezes maior no Equador, no México e no Peru; três vezes maior no Chile e Cuba; duas vezes maior na Guatemala e no Paraguai.

Por outro lado, os imensos lucros, que as grandes potências imperialistas obtêm na América Latina, imprimem caráter particular à proporção entre o valor das exportações e o valor das importações. Com o excedente das primeiras sobre as segundas, os países latino-americanos cobrem o *deficit* provocado pela exportação dos lucros do capital estrangeiro invertido em seu território. Assim nivelam, com o saldo positivo de sua balança comercial, o saldo negativo de sua balança de capitais. Justamente o contrário ocorre com as nações inversionistas de capital, nas quais em regra geral, as importações superam as exportações, de

modo que o *deficit* de sua balança comercial é compensado pelo montante da renda que recebem como juro do capital invertido no estrangeiro.

No ano de 1938, as importações representaram 65 % sobre o valor total do comércio exterior da Grã-Bretanha e 60 % sobre o da França. Contrariamente, a proporção das exportações ascendia, na América Latina, a 50 % e a mais de 300 milhões de dólares o saldo positivo da sua balança comercial. Os países latino-americanos, em que as exportações excediam às importações, dentro do valor total do comércio exterior, eram: a Venezuela (74 %), o México (63 %), o Chile (58 %), Cuba, Bolívia, São Domingos, Peru e Uruguai (57 %), Salvador (55 %), Nicarágua (54 %), Colômbia e Equador (53 %).

Finalmente, para conservar o monopólio das matérias primas e do mercado de produtos manufacturados na América Latina, o capital estrangeiro mantém isolados entre si, sob o ponto de vista comercial, os países latino-americanos. No ano de 1937, o valor do comércio exterior entre essas nações representou somente 7 % do total. Esta cifra era quasi a quinta parte do valor do comércio exterior da América Latina com os Estados Unidos e a nona parte do comércio exterior da América Latina com os demais países. Essa desproporção resulta ainda maior se levarmos em conta que, nesse mesmo ano, enquanto o comércio exterior da América Latina com os Estados Unidos representava 33 %, isto é, a terça parte, o comércio dos Estados Unidos com a América Latina nada mais representava do que 12 %, ou, seja, a oitava parte.

Uma breve referência aos transportes e comunicações completa o quadro do atraso e da deformação do desenvolvimento da América Latina. Uns e outras têm sido organizados e traçados pelo capital estrangeiro para facilitar a extração de matérias primas e a colocação de produtos manufacturados. Pode-se dizer, em termos gerais, que os países latino-americanos se encontram melhor ligados com suas metrópoles imperialistas do que entre si ou dentro de si. Isto explica, por exemplo, por que, em comparação com os Estados Unidos, toda a América Latina contava, no ano de 1940, com uma rede ferroviária quasi quatro vezes menor, com uma rede telefônica vinte vezes menor, com uma rede telegráfica quasi cinco vezes menor, com um número quasi três vezes menor de automóveis e com uma cifra nove vezes menor de aparelhos rádio-receptores.

3. — A sobrevivência do sistema escravista e feudal na América Latina.

O atraso e a deformação que sofre, hoje, o desenvolvimento da América Latina devem-se fundamentalmente à exploração imperialista. Mas o atraso histórico dos países latino-americanos não data, evidentemente, da época do imperialismo, que se inicia com o século atual: resulta, em sua origem mais remota, da própria gênese das condições em que se encontraram os primeiros habitantes dessa região geográfica e pode atribuir-se a dois grandes factores que aparecem sucessivamente na evolução histórica desses povos. O primeiro é a desigualdade dos recursos naturais existentes entre a América e o Velho Mundo. O segundo é o sistema

escravista e feudal que implantou o Império Espanhol em suas colônias americanas.

Quando sobrevieram o descobrimento e a conquista das Índias Ocidentais, já os povos aborígenes da América se encontravam em estado de enorme atraso histórico relativamente aos países europeus dos fins do século XV e princípios do XVI. Havia entre eles a diferença de uns vinte e cinco séculos, pois, enquanto os espanhóis dessa época se achavam no início do período de transição do feudalismo para o capitalismo, sob o regime político da monarquia absoluta, os indígenas americanos apenas atravessavam o estado médio da barbarie. A causa principal dessa inferioridade de desenvolvimento era a desigualdade dos recursos naturais da América comparativamente aos do Velho Mundo. O novo Continente não contava sinão com um animal doméstico, a lhama, e com um cereal, o milho.

A denominação espanhola não superou essa desigualdade dos recursos naturais, porque organizou a estrutura econômica da América Espanhola na base da exploração dos metais preciosos. Para impedir a competição das colônias com a metrópole, a agricultura manteve-se num nível semelhante ao período pre-espânico, com o fim de que rendesse apenas o necessário para permitir a subsistência da população. Com o mesmo objetivo, procurou-se tornar impossível o desenvolvimento industrial. O comércio com os demais países da Europa e Ásia foi proibido e rigorosamente limitado o contacto mercantil entre as próprias colônias. E' dessa época que data o caráter monoprodutor dos países latino-americanos e o facto da natureza de sua produção e da maior parte de seu volume se destinarem à exportação.

A organização da estrutura econômica da América Espanhola, com relação à exploração dos metais preciosos, determinou o caráter do sistema de produção a que foi submetida a população aborígine. A terra foi distribuída em grandes extensões entre os conquistadores e colonizadores e a cada latifúndio foi atribuído um número determinado de habitantes obrigados a trabalhar nas minas e na agricultura, na qualidade de colonos ou de parceiros. Teoricamente, aqueles vendiam sua força de trabalho em troca de um salário e estes tinham o direito de explorar a terra em troca de uma parte da colheita. Mas, na prática, não eram sinão escravos e servos disfarçados, cuja vida e liberdade estavam à mercê dos senhores das fazendas.

O movimento de independência, que conquistou a autonomia política para as colônias da Espanha na América, não destruiu o sistema escravista e feudal implantado pela dominação espanhola, mas, sim, o consolidou, porque esse movimento foi iniciado nalguns países latino-americanos e consumado, em quasi todos, pelos latifundiários crioulos. No curso do século XIX, também não se pôde lograr outra modificação a não ser a transferência dos grandes latifúndios de que se havia apoderado o clero para as mãos dos grandes proprietários territoriais leigos. Mas, desde princípios do século passado, grande parte das terras e a quasi totalidade das minas começaram a ficar sob o controle do capital estrangeiro.

Dessa maneira, ao iniciar-se o século XX, as grandes potências imperialistas encontraram no sistema escravista e feudal, sobrevivente na América Latina, uma estrutura econômica que parecia organizada de conformidade com seus interesses. O latifúndio garantia-lhes uma exploração muito barata das fontes de matérias primas; uma dificuldade permanente contra toda pretensão de desenvolvimento da indústria nativa e, sobretudo, um regime político fundado na ditadura pessoal, que oferecia plena segurança ao capital invertido em terras, minas, fábricas e transportes.

Essa coincidência de interesses entre o imperialismo e o latifundismo na América Latina é a causa de predominar ainda hoje o sistema escravista e feudal na maior parte dos países latino-americanos. A prova disso é que a proporção de camponeses sem terras eleva-se atualmente a 94 % no Paraguai, a 93 % no Salvador, a 92 % na Colômbia, a 86 % no Peru, a 80 % na Guatemala, a 79 % no Uruguai, a 76 % no Equador, a 74 % na Argentina, a 72 % na Venezuela, a 71 % no Chile, a 70 % em Nicarágua e em São Domingos.

4. — O nível de vida da população da América Latina.

O atraso histórico da América Latina, proveniente da exploração imperialista e da sobrevivência do sistema escravista e feudal, é a causa de que as grandes massas da população dos países latino-americanos se encontrem numa situação verdadeiramente espantosa de miséria e ignorância. Uma primeira idéia dessas condições tão deploráveis é-nos dada pelo cálculo da riqueza média por habitante que, em 1929, se elevava a 690 dólares, cifra que deveria ser bastante menor porque incluía a riqueza do Canadá. Mas, mesmo assim, resultava ser doze vezes menor do que a dos Estados Unidos (5.122 dólares) e cinco vezes menor do que a da Grã-Bretanha (2.014 dólares).

E' claro que a uma riqueza nacional tão exígua tinha que corresponder uma renda nacional igualmente baixa e um consumo nacional proporcionalmente escasso. Em 1937, o consumo médio anual por habitante nos Estados Unidos foi de 285 dólares. Comparado com esta cifra, observa-se que o consumo foi duas vezes menor na Argentina (132), quatro vezes menor no Uruguai (71), cinco vezes menor no Chile (61), seis vezes menor em Cuba (44), oito vezes menor no Brasil (33), dez vezes menor no México (28), quatorze vezes menor no Perú (13) e vinte e duas vezes menor na Colômbia (11).

O nível insignificante do consumo médio por habitante na América Latina é uma consequência dessa situação. Faltam dados para medir o poder de compra das diferentes camadas sociais, especialmente das massas camponesas que constituem a maioria dos habitantes dos países latino-americanos. Uma visão parcial deste fenômeno obtém-se através dos resultados que fornece um estudo realizado sobre a capacidade aquisitiva do salário de uma hora de trabalho correspondente ao ano de 1939 em 36 artigos de consumo e em 21 ofícios. Esse exame demonstra que o poder de compra nos Estados Unidos equivale à soma de nove países latino-

americanos: Argentina, Uruguai, Cuba, Colômbia, México, Costa Rica, Bolívia, Chile e Equador.

O mesmo estudo deixa perfeitamente claro que a baixa capacidade aquisitiva da classe operária da América Latina não se limita, como se poderia crer à primeira vista, àqueles artigos de consumo que os países latino-americanos tem que importar porque não os produzem em absoluto ou os produzem em quantidade inferior a suas necessidades. Pelo contrário, estende-se também aos produtos típicos característicos de cada país. Isso é explicado pelo facto, já anteriormente exposto, de que a América Latina não produz para o mercado interno sinão para abastecer os estabelecimentos industriais das grandes potências imperialistas.

O exemplo seguinte demonstra que, efetivamente, não basta que um país produza determinado artigo em quantidade igual ou superior a seu consumo interno, para que o preço dêste artigo seja mais baixo que os preços dos artigos cuja produção seja inferior ao consumo. Para que isso ocorresse, seria necessário que sua produção se destinasse realmente ao consumo interno. Mas quando, independentemente do volume da produção de um artigo, se exporta uma quantidade superior às necessidades do consumo interno, o preço dêsse produto tenderá a ser mais baixo enquanto fôr maior sua escassez no mercado interno do país de origem.

Tal é o caso do café, de cuja produção mundial os 87 % corresponderam, em 1938, à América Latina, que produziu 19,9 dos 22,7 milhões de quintais. Dêsses 19,9 milhões corresponderam: 15,5 ao Brasil, 2,7 à Colômbia, 0,6 à Venezuela, 0,6 à Guatemala, 0,5 ao Salvador, 0,4 ao México, 0,3 à Cuba, 0,3 a São Domingos, 0,3 ao Haiti e 0,3 à Costa Rica. Mas a parte da produção de café dêsses países, que se destinou à exportação, foi tão grande, que representou, nêsse mesmo ano, dentro do valor total das exportações, 84 % em Salvador, 64 % na Colômbia, 56 % em Guatemala, 51 % em Costa Rica, 51 % no Haiti e 40 % no Brasil.

Pelo contrário, em igual época, os Estados Unidos importaram café no valor de 188 milhões de dólares, o que representa 10 % do valor total de suas importações. Dêsse modo, um operário norte-americano teria podido comprar, com o salário médio de uma hora de trabalho, 2,607 kgs de café. Uma quantidade equivalente só teria podido adquiri-la, em conjunto, um trabalhador de Costa Rica e outro da Argentina. Da mesma forma, para comprar essa quantidade teriam que somar o salário correspondente a uma hora de trabalho os operários de sete países latino-americanos: Colômbia, México, Brasil, Equador, Venezuela, Guatemala e São Domingos.

A miséria, em que vivem as grandes massas da população da América Latina, é a causa, simultaneamente, da insalubridade e da ignorância. Nos Estados Unidos, morrem anualmente 11 de cada 1.000 habitantes. Nos países latino-americanos, êsse coeficiente eleva-se a 23 no Chile e no México, a 21 em Guatemala, a 19 na Venezuela e no Peru, a 18 em Salvador, Costa Rica, Paraguai, Brasil e Colômbia, e a 17 em Cuba. Morrem também todos os anos, 48 de cada 1.000 meninos norte-americanos. Na América Latina, a mortalidade infantil alcança a cifra de 163 na Colômbia, 156 no Equador, 145 no Brasil, 140 em Costa Rica,

132 na Venezuela, 122 no México, 119 no Paraguai, 116 em Salvador, 114 na Bolívia, 113 na Guatemala e 104 no Peru.

Quanto ao nível de cultura, basta fazer notar que, apesar de contar com um volume de população semelhante, na América Latina não existe sequer a metade do número de escolas primárias que funcionam nos Estados Unidos. Nada menos da metade da população em idade escolar dos países latino-americanos carece da oportunidade de receber as noções elementares da cultura. Por isso é que, enquanto nos Estados Unidos não há mais do que 4 analfabetos por cada 100 habitantes, há 12 na Argentina, 20 no Uruguai, 24 no Chile, 32 em Costa Rica, 45 no México, 50 na Colômbia, 55 em Salvador, 60 em Cuba, 60 em São Domingos, 70 no Brasil, 70 em Nicarágua, 70 no Peru, 73 no Equador, 75 no Haiti, 75 na Guatemala e 80 na Bolívia.

Essa situação, no que se refere ao ensino primário, agrava-se mais ainda quanto ao ensino secundário e à educação superior. E' tão escasso o número de alunos que conclue o curso primário em tôda a América Latina, que, nesta, existem quatro vêzes menos escolas secundárias do que no Canadá e vinte vêzes menos universidades do que nos Estados Unidos. Mas, além disso, enquanto na América saxônica a instrução secundária e a educação superior se encontram orientadas, desde há muito, no sentido da preparação para atividades que são úteis para o desenvolvimento da técnica e da ciência, nos países latino-americanos perdura ainda a tradição colonial que outorga preferência às profissões liberais.

A insuficiência, em quantidade e qualidade, dos serviços educativos na América Latina, não é sinão um reflexo da escassez dos recursos econômicos que os governos podem destinar a êsse sector da administração pública. Por sua vez, essa pobreza, no sector educacional, é a mesma que existe em todos os demais ramos e tem sua origem no baixo nível das receitas (da renda e da riqueza nacionais) em consequência da exploração imperialista e da sobrevivência do sistema escravista e feudal. Em 1939, a soma das receitas orçamentárias nacionais de todos os países latino-americanos montou a menos da quinta parte dos Estados Unidos. Nesse ano, enquanto o Poder Público, na América Latina, recebeu impostos no valor de 1.134 milhões de dólares, o capital estrangeiro percebeu lucros no valor de 600 milhões de dólares, isto é, de mais da metade.

II. Bases gerais para o novo programa do progresso da América Latina.

Primeira — Na esfera da política internacional, a Confederação de Trabalhadores da América Latina lutará por que as relações dos países latino-americanos com as demais nações do mundo sejam regidas permanentemente pelos seguintes princípios:

1 — Amizade e solidariedade com todos os povos da terra.

2 — Defesa do regime democrático como sistema universal de governo e luta contra toda tentativa de estabelecimento, de subsistência ou de restauração do regime fascista, sob qualquer de suas formas ou modalidades.

3 — Condenação de toda política de agressão e apoio da América Latina a um sistema internacional de segurança coletiva, que garanta o respeito à soberania das nações.

4 — Apoio à luta pela independência política e econômica de todos os países coloniais, semi-coloniais e dependentes.

5 — Cooperação mais estreita e fraternal entre todos os povos da América Latina para o cumprimento de seu comum ideal histórico de libertação nacional.

6 — Apoio mais decidido à Política da Boa Vizinhança, tornando possível a crescente amizade e a cooperação econômica entre os povos da América Latina e o povo dos Estados Unidos, em benefício recíproco, e combate à política imperialista sob qualquer de suas manifestações.

7 — Cumprimento fiel dos princípios e dos objetivos contidos na Carta do Atlântico e nos acordos da Conferência de Teerã.

Segunda — No campo da política nacional, as centrais operárias nacionais, que formam a Confederação de Trabalhadores da América Latina, lutarão por que o esforço dos governos e dos povos se oriente, em cada país, durante a etapa do pós guerra, no sentido da realização dos seguintes objetivos:

1 — Plena autonomia econômica e política na nação.

2 — Desenvolvimento econômico do país.

3 — Elevação das condições materiais e culturais em que vivem as grandes massas do povo.

4 — Respeito fiel à vontade popular para o eficaz funcionamento das instituições democráticas.

Terceira — A fim de conseguir a plena autonomia econômica e política das nações latino-americanas é preciso transformar a natureza das relações econômicas existentes na América Latina e que a conservam como um conjunto de países dependentes dos grandes monopólios internacionais, na categoria de zonas de inversão do capital estrangeiro, de regiões produtoras de matérias primas para o abastecimento das grandes instalações fabris das potências imperialistas e de mercados para os artigos manufaturados no exterior. Esta transformação poderá ser conseguida:

1 — Condicionando as inversões estrangeiras, mediante a fixação:

A — Da classe de atividades a que podem dedicar-se sem perigo de que se apoderem do controle das esferas fundamentais das economias nacionais.

B — Da proporção em que devem figurar nos empreendimentos lícitos relativamente ao capital nacional, a fim de impedir o deslocamento deste para atividades não reprodutivas.

C — De sua canalização precisamente no sentido da satisfação das necessidades econômicas mais urgentes do país.

D — Da reinversão de seus lucros na conservação, ampliação e aperfeiçoamento das empresas.

E — Dos contratos coletivos de trabalho, que garantam o pagamento equitativo de salário e pensões aos operários.

F — Dos fretes que devem pagar pelo transporte de seus produtos, principalmente através do sistema ferroviário.

G — Dos impostos e tarifas que devem pagar ao Estado como contribuição à manutenção dos serviços públicos.

H — Do limite dos recursos naturais que podem explorar para não lesar as reservas nacionais.

I — Da caducidade das concessões outorgadas ao capital estrangeiro para a exploração de recursos naturais do país, pela falta de qualquer das condições estabelecidas na concessão, que deverão conter invariavelmente as permissões dessa natureza.

J — Da quantidade de produtos e serviços que devem destinar obrigatoriamente ao consumo do país e dos preços por que devem vendê-los.

2 — Condicionando as transações mercantis, mediante a fixação:

A — Da natureza, quantidade e preços dos artigos de importação exigidos pelo programa de desenvolvimento econômico da América Latina.

B — Da natureza, quantidade e preços dos artigos de exportação que venham a ser realmente excedentes depois de satisfazer os consumos nacionais.

3 — Fixando os tipos de câmbio das moedas nacionais com as divisas estrangeiras, de forma a que resulte um benefício bilateral equivalente na balança mercantil e na balança de capitais.

Quarta — Não obstante, não se pode confiar a consecução da plena autonomia econômica e política dos países latino-americanos nem exclusiva nem preferentemente à transformação das relações econômicas internacionais da América Latina, que dependem em grande parte da política exterior das grandes potências imperialistas. É necessário fundá-la no próprio desenvolvimento econômico desses países, o que se poderá conseguir mediante:

1 — Introdução de reformas na técnica da agricultura, consistente:

A — No fracionamento dos latifúndios existentes.

B — Na distribuição de terras aos camponeses que carecem delas.

C — Na direção científica da agricultura e da criação de gados nacionais, para dedicar as terras aos cultivos e à produção mais adequada e para evitar a dependência do estrangeiro relativamente aos produtos fundamentais da alimentação e do vestuário do povo.

D — Na intensificação das obras de saneamento.

E — Na refertilização química do solo.

F — Na introdução de recursos mecânicos.

G — Na abertura de novas zonas de cultivo.

H — Na substituição de culturas de escasso valor de uso e de troca.

I — No ensino da técnica agrícola moderna.

J — Na organização dos produtores rurais e do mercado dos produtos agrícolas, para impedir os monopólios comerciais e todas as formas de exploração resultantes da existência de intermediários desnecessários ou caros, e estabelecendo um sistema de impostos, subsídios e estímulos que beneficiem aos agricultores e tornem possível o desenvolvimento das economias nacionais.

2 — A reforma técnica da indústria, consistente:

A — Na ampliação da indústria elétrica.

B — Na ampliação da indústria siderúrgica.

- C — Na ampliação da indústria química.
- D — Na ampliação da indústria produtora de bens de inversão.
- E — Na ampliação da indústria produtora de bens de consumo.
- F — Na modernização dos centros industriais já estabelecidos.
- 3 — A transformação do sistema de transportes e comunicações consistente:

- A — Na conservação e ampliação do sistema ferroviário.
- B — Na extensão da rede rodoviária.
- C — Na formação de uma marinha mercante.
- D — Na formação de uma aviação mercante.

- 4 — A reforma do sistema de crédito consistente:

- A — Na restrição de atividades usurárias.
- B — Na canalização do crédito no sentido da realização do programa do desenvolvimento nacional.

C — Na criação do crédito popular barato, de preferência com garantia coletiva, para a proteção das atividades produtivas dos sectores mais pobres do país.

Quinta — Mas, por sua vez, o desenvolvimento econômico do país, que é o meio essencial para conseguir a plena autonomia econômica e política da nação, não deve realizar-se à custa do empobrecimento da grande maioria dos habitantes e em benefício de alguns indivíduos. Ao contrário, deve ter como objetivo a elevação das condições materiais e culturais das grandes massas do povo. Com efeito, não basta que o programa econômico geral traga consigo uma abundância cada vez maior dos artigos de consumo e dos serviços educativos, é indispensável também que toda a população possa adquiri-los e se completem com outras medidas importantes. Isso só poderá ser conseguido, observadas as seguintes condições:

- 1 — Controlando o nível dos preços mediante:

- A — A eliminação dos especuladores.
- B — A intervenção do Estado na distribuição.

- 2 — Aumentando o poder aquisitivo individual mediante:

- A — Pagamento de salários justos aos camponeses.
- B — Pagamento de salários melhores aos trabalhadores, aos empregados e aos militares.

- 3 — Estabelecendo o seguro social.

- 4 — Estabelecendo ou consolidando e aperfeiçoando a legislação protetora dos trabalhadores, mediante:

- A — A elaboração ou a revisão da legislação relativa ao trabalho.
- B — A elaboração de estatutos que garantam e melhorem a situação dos trabalhadores ao serviço do Estado.

- 5 — Melhorando os serviços sanitários e de assistência social, mediante:

A — Campanha sistemática contra as epidemias e as enfermidades endêmicas.

B — Campanha intensiva contra as enfermidades tropicais.

C — Saneamento das regiões tropicais, simultâneo com a abertura de novas zonas de cultura.

D — Estabelecimento ou ampliação a todo o país do serviço gratuito de almoços escolares.

E — Estabelecimento de restaurantes populares em todas as cidades.

F — Criação de casas de descanso para meninos e para trabalhadores nas quais possam passar suas férias.

G — Formação e execução de um vasto plano para a construção de habitações populares higiênicas.

H — Organização de um programa para a realização, no menor prazo possível, das obras públicas essenciais nas cidades de segunda ou de menor importância tais como a canalização de água potável, obras de drenamento e construção de hospitais, mercados e açougues.

I — Elaboração de uma lei nacional de proteção à infância.

6 — Incorporando os núcleos indígenas à vida econômica nacional, mediante:

A — Dotação de terra suficiente para cada comunidade indígena.

B — Reparação e direção técnica das culturas em relação aos planos nacionais de desenvolvimento agrícola.

C — Organização da produção e da venda dos objetos de arte popular, para seu melhor rendimento econômico.

D — Criação de indústrias novas, pequenas ou grandes, de acordo com as características materiais e sociais do meio e a situação geográfica da comunidade indígena.

E — Emprego da língua nativa até o terceiro ano do ensino primário, sem prejuízo da aprendizagem do espanhol.

F — Estudo científico dos problemas fundamentais dos diversos núcleos indígenas de cada país com o propósito de incorporar todos eles à vida material, política e cultural da nação.

7 — Aumentando as oportunidades educativas, mediante:

A — Alfabetização das massas iletradas.

B — Multiplicação das escolas primárias.

C — Multiplicação das escolas secundárias.

D — Multiplicação das escolas técnicas, de acordo com o programa de desenvolvimento econômico de cada país.

8 — Preparando a juventude e garantindo-lhe trabalho, mediante:

A — Estabelecimento ou cumprimento de condições jurídicas especiais relativamente ao trabalho dos jovens.

B — Reforma da escola secundária com o fim de que os jovens recebam nela a preparação adequada para ingressar nos estabelecimentos de educação técnica, bem como nos cursos universitários.

C — Organização, por parte do Estado, de atividades que devem encomendar-se preferentemente aos jovens dos diversos sectores e classes sociais, tais como a conservação do solo, o reforestamento, a execução das pequenas obras materiais dos povos, as tarefas de saneamento, a construção e a organização de centros desportivos, de parques de descanso e recreio, de habitações populares, a reorganização do cadastro, o arranjo dos arquivos históricos, a organização de museus populares de história e de assuntos econômicos, a multiplicação de bibliotecas circulantes, a formação de grupos de teatro ambulante, a organização de brigadas de

propaganda contra os vícios e que ensinem formas melhor de viver aos sectores mais atrasados.

9 — Ajudando aos elementos da classe média menos organizados, mediante:

A — Elaboração de uma lei que proteja o trabalho dos artesãos, o trabalho a domicílio e o trabalho familiar e evite sua exploração por prestamistas ou açambarcadores.

B — Elaboração de uma lei que proteja e estimule o desenvolvimento da pequena indústria, sem que esta se constitua em obstáculo para a grande indústria ou para o melhoramento do nível de vida da classe operária.

C — Elaboração de regulamentos que protejam e organizem aos pequenos comerciantes para que estes possam cumprir uma verdadeira função social em benefício do povo.

D — Elaboração de leis para proteger o exercício das profissões liberais, estimulando o desenvolvimento das carreiras profissionais reclamadas pelo progresso econômico e para fazer do exercício profissional em geral não somente um patrimônio razoavelmente retribuído, mas também um serviço social em benefício de todo o povo.

RESOLUÇÕES

Sobre assuntos políticos

(Essas resoluções são adicionais aos números 1.º e 2.º contidos no programa da C.T.A.L.)

Sobre manutenção e aperfeiçoamento dos regimes democráticos

Os países da América Latina, de estrutura semi-colonial, com elevadas sobrevivências semi-feudais e escravistas em sua economia, encontram-se ante o imperativo ineludível de superar esses vícios, de consolidar sua democracia, desenvolver sua industrialização e elevar o nível de vida de suas massas, tornando possível, assim, o seu ulterior desenvolvimento.

Por isso, a América Latina não deve visar atualmente a realização do regime socialista, a libertação definitiva das massas oprimidas, mas unicamente o estabelecimento de um regime democrático o mais amplo possível, que permita obter essas finalidades.

Numerosos perigos e ameaças pairam sobre nosso continente, tentando deter esse processo. O fascismo, derrotado militarmente na Europa, pretende sobreviver na América, tendo conseguido estabelecer na Argentina uma cabeça de ponte para sua penetração, visando avançar em outros países, produzindo choques violentos como já tem ocorrido na Colômbia e na Bolívia, e como ameaçam produzir-se noutras partes. Nesta luta, o fascismo lança mão das mais variadas palavras de ordem e embustes para alcançar seu objetivo: "Luta anti-comunista", utilização do factor religioso, discriminação racial, etc., utilizando aos elementos mais reacionários de cada país.

Por outro lado, as velhas forças imperialistas crêem que, ao terminar esta guerra de libertação, deve continuar intacta sua dominação sobre a América Latina e alimentam uma luta implacável contra a política de Boa Vizinhança.

Finalmente, uma perigosa tendência demagógica está se manifestando no movimento popular e operário, provocando desvios "esquerdistas" que, consciente ou inconscientemente, colaboram com essas forças regressivas.

Enfrentando-se os trabalhadores da América Latina com esses múltiplos problemas comuns, de índole política, social e econômica, e sendo eles a força fundamental de progresso e transformação no Continente, é necessário apontar a posição geral que devem adotar ante os mesmos.

Em face dessas circunstâncias, o II Congresso Geral da C.T.A.L., resolve:

Os trabalhadores da América Latina devem continuar lutando firmemente pelo robustecimento e aplicação do regime democrático em cada um de seus países. A C.T.A.L., portanto, e suas seções declaram:

a) Que apoiam os governos democráticos da América e que os defenderão por todos os meios a seu alcance dos ataques que contra eles dirijam as forças reacionárias nacionais e internacionais.

b) Que sustentarão uma luta permanente visando o respeito às liberdades democráticas na América, o seu restabelecimento onde essas liberdades tenham sido sufocadas, sua ampliação em toda parte e a eliminação dos regimes ditatoriais.

c) Que apoiarão todas as medidas democráticas que adotem seus governos, ajudando assim a formação de um ambiente geral de liberdade no Continente.

d) Que lutarão pela democratização das Constituições americanas e pela aplicação efetiva delas, e, de maneira especial, por que, nas mencionadas Constituições, seja incluído o respeito mais amplo aos direitos dos trabalhadores, sua liberdade de organização, imprensa, greve, etc., o direito de cooperação internacional do movimento operário e a legalidade dos partidos políticos democráticos.

e) Velar, em cada um de seus países, pela mais estrita honradez administrativa e pelo eficiente emprêgo dos fundos do Estado para os fins a que são destinados, combatendo a corrupção moral e administrativa dos funcionários públicos cuja conduta é a negação da própria democracia.

2 — Os trabalhadores da América Latina combaterão incansavelmente todos os agrupamentos e tendências que, direta ou indiretamente, apoiem o fascismo e ataquem o regime democrático dos países da América, visando sua destruição.

Conseqüentemente, a C.T.A.L. e suas seções declaram mais:

a) Que lutarão contra a quinta coluna fascista infiltrada no Continente e contra sua obra de sabotagem e desorientação ideológica.

b) Que o movimento organizado dos trabalhadores deve fazer parte deste movimento de unidade nacional progressista e democrático.

c) Que, não sendo o objetivo histórico imediato na América a implantação do socialismo sinão o de consolidar o regime democrático e de alcançar o desenvolvimento de nossa economia e sua industrialização, ajustarão suas lutas e reivindicações a esta situação, sem radicalismos prejudiciais, procurando a obtenção pacífica de suas aspirações, recorrendo à greve ou a qualquer outro procedimento violento somente em casos extremos, quando a incompreensão patronal assim o impuser.

d) Que, rechassando toda ação econômica ou política das forças imperialistas, que mantêm o atraso de nossos países e a existência entre nós de condições de vida difíceis e até miseráveis, é possível uma compreensão e ajuda mútua, na ordem econômica, social e cultural entre nossos países e os Estados Unidos da América do Norte, dos quais derivarão benefícios comuns, e que procurarão robustecer a solidariedade continental de acordo com os princípios da Boa Vizinhaça.

e) Que, dentro da mais ampla solidariedade continental americana, lutarão por vínculos mais estreitos entre os países latino-americanos, cuja análoga situação os põe diante de problemas comuns, estabelecendo relações econômicas e naturais cada vez mais intensas entre eles como meio de colaborar no progresso comum.

f) Que exercerão constantemente sua ação em face de seus respectivos governos a fim de alcançar a aplicação destes princípios.

A C.T.A.L. ANTE A RELIGIÃO, AS IGREJAS, OS CATÓLICOS E O SACERDÓCIO

1 — A C.T.A.L. não é uma organização com fins religiosos ou anti-religiosos.

2 — A crença religiosa é assunto da consciência individual.

3 — A C.T.A.L. respeita todas as religiões e a todos os crentes.

4 — Os católicos constituem um sector importante dos sindicatos filiados à C.T.A.L. Esta é uma frente sindical internacional na qual cabem todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua crença religiosa ou de sua opinião pessoal acerca da religião.

6 — A Igreja Católica representa, na América Latina, grandes setores de crentes. Como Associação desses crentes, a C.T.A.L. tem respeitado, respeita e respeitará a Igreja Católica.

7 — O sacerdócio, como o conjunto de sacerdotes encarregados do culto religioso, tem merecido, merece e merecerá o respeito da C.T.A.L.

8 — A C.T.A.L. considera que não há incompatibilidade entre a crença religiosa e a luta pelo progresso individual e coletivo. Considera, também, que as Igrejas, sem exceção de nenhuma delas, devem cumprir os fins para que foram criadas, que são fins espirituais e não políticos, uma vez que estes correspondem aos cidadãos de cada país, aos Partidos Políticos e ao Estado.

9 — A C.T.A.L. desejaria sinceramente a cooperação da Igreja, e em particular da Igreja Católica, não só com o movimento operário organizado de cada país, como também com todos os sectores sociais para

tornar possível a unidade nacional que deve dirigir a luta contra a sobrevivência do regime feudal e escravista do povo e a revolução industrial na América Latina e, por conseguinte, a elevação das condições econômicas do povo, e futuramente, a libertação do Continente.

10 — A C.T.A.L. considera que a conduta anti-democrática e reacionária de alguns sacerdotes católicos nos países da América Latina não deve ser atribuída ao conjunto do Clero. Desta forma, combaterá essa conduta e não permitirá que os referidos sacerdotes interfiram no desenvolvimento do movimento operário ou que pretendam fazer com que o povo se mantenha na miséria e na ignorância, ou que retroceda a etapas históricas já condenadas como indignas da humanidade.

SÓBRE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(Resoluções em aditamento aos pontos 3.º e 4.º contidos no programa da C.T.A.L.)

INVERSÃO DE CAPITAIS

O Segundo Congresso Geral da Confederação de Trabalhadores da América Latina:

Considerando que uma industrialização efetiva da América Latina não se pode levar a cabo sem o auxílio do capital estrangeiro, uma vez que em sua presente etapa pre-industrial os países latino-americanos, com raras exceções, não têm podido acumular suficiente capital doméstico para fazer frente às exigências financeiras de um amplo programa de fomento industrial;

Considerando que o capital doméstico não é suficientemente utilizado na expansão da produção industrial nativa, ou que, em muitos casos, sua utilização para este objetivo é frustrada ou completamente proibida pelo capital monopolista estrangeiro;

Considerando que existe, na América Latina, uma forte tendência para manter imobilizadas as reservas domésticas (empregadas em dólares ou invertidas em bens de raiz não reprodutivos e mal administrados ou em valores hipotecários) pondo-as à margem da corrente de fomento industrial;

Considerando que, com muito raras exceções, o capital monopolista estrangeiro invertido em nossos países tem sido e continua sendo implacavelmente contrário à nossa industrialização, tendo extraído a maior parte dos benefícios obtidos na produção de matéria prima;

Resolve:

Declarar que:

a) a industrialização e desenvolvimento econômico geral da América Latina não pode ser abandonado à iniciativa descontrolada do capital

privado, seja doméstico ou estrangeiro, tendo como único objetivo o lucro privado;

b) no que se refere ao capital estrangeiro, isto abriria a porta outra vez, no período do após-guerra, ao imperialismo econômico e financeiro na América Latina;

c) a inversão dos capitais estrangeiros e doméstico na América Latina deve ser condicionado aos princípios defendidos nas bases gerais para o novo programa de progresso da América Latina incluídas no informe "Presente e Futuro da América Latina" apresentado a este Congresso pela C.T.A.L.;

d) isso requer a criação de organismos de fomento estatais, de caráter nacional, continental e internacional, com capitais domésticos ou estrangeiros, públicos e mixtos, encarregados da planificação e execução de programas de desenvolvimento econômico nos diversos países;

e) no caso de organismos de caráter continental ou internacional, grande parte da iniciativa e do controle financeiro e administrativo do referido programa deverá residir nos países em que se verificarem essas inversões;

f) de acordo com o exposto anteriormente, o capital estrangeiro é necessário e será bem recebido na América Latina sempre que for invertido com o propósito de aumentar a industrialização de nossos países, aumentar a capacidade aquisitiva de nossos povos e intensificar o comércio inter-latino-americano e internacional.

SÔBRE INDUSTRIALIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

O Segundo Congresso Geral da Confederação de Trabalhadores da América Latina:

Considerando que a industrialização dos países da América Latina, constitui a chave para poder:

a) libertá-los de sua condição semi-feudal e semi-colonial;

b) elevar o *standard* de vida e aumentar o poder aquisitivo de seus povos; e,

c) aumentar seu comércio, tanto de importação como de exportação; Considerando que os mercados estáveis da moderna indústria se acham não em regiões semi-coloniais produtoras de matérias primas mas sim em regiões de alta industrialização com um elevado *standard* de vida e poder aquisitivo;

Considerando que os países da América Latina serão melhores vizinhos na medida em que se lhes ajude a libertar-se de sua condição semi-feudal e de sua sujeição ao capital estrangeiro, monopolista, extrativo e não reinvertível, inibidor da produção e do comércio;

Resolve:

a) condenar como errônea, anti-científica e anti-social a doutrina de certos sectores da indústria e do capital inversionista norte-americano e

inglês de que a industrialização da América Latina representaria um perigo para seus mercados ou para suas inversões de fomento industrial nos países latino-americanos;

b) declarar que a oposição do capital monopolista estrangeiro à referida industrialização é contrária, não somente aos interesses econômicos e sociais dos povos da América Latina, como também aos interesses da indústria, do capital inversionista de fomento e da massa trabalhadora dos Estados Unidos da América e Inglaterra.

SÔBRE O DESEMPREGO NO APÓS-GUERRA

O Segundo Congresso Geral da Confederação de Trabalhadores da América Latina:

Considerando, que a rápida reconstrução econômica da América Latina no período de após-guerra está dependendo intimamente da capacidade que demonstrem os Estados Unidos da América e Grã-Bretanha para manter seu presente programa de ocupação de todos os homens úteis e para criar uma economia de abundância em seus próprios países;

Resolve:

a) dirigir um voto de estímulo à massa operária organizada dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha por seus incessantes esforços para assegurar a realização dessas condições e para obter uma representação direta nos organismos já existentes ou a criar-se, encarregados de seu planejamento;

b) dirigir um voto de estímulo ao Presidente Roosevelt por seu recente anunciado programa de assegurar sessenta milhões de empregos para a massa trabalhadora dos Estados Unidos no período de após-guerra.

SÔBRE REORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DE APÓS-GUERRA

O Segundo Congresso Geral da Confederação de Trabalhadores da América Latina:

Considerando que os transtornos internacionais durante os últimos 25 anos, incluindo a presente guerra, tem sido causados essencialmente pela incapacidade das grandes potências capitalistas e industriais de garantir uma expansão incessante da produção e do consumo;

Considerando que uma reimplantação no após-guerra de medidas negativas de pseudo estabilização como as adotadas no passado (restrição do comércio internacional por meio de tarifas, troca e bloqueio de divisas por parte dos governos e restrição ou destruição da produção por parte de empresas privadas e governos com o propósito de obter preços elevados) conduziria inevitavelmente a uma nova crise internacional;

Considerando que a reconstrução econômica do mundo baseada em um programa de economia de abundância não pode ser levada a cabo automaticamente mediante acordos negativos ou passivos entre nacionais;

Considerando que uma simples eliminação dos obstáculos acima mencionados não bastaria para assegurar semelhante reconstrução;

Resolve:

Declarar que existe uma necessidade imperiosa de criar organismos dinâmicos nacionais, inter-americanos e internacionais encarregados de coordenar e controlar a produção, o intercâmbio e o consumo ilimitado dos enormes potenciais econômicos do Continente e do mundo.

Declarar que, para que isso possa ser realmente efetivo, as organizações representativas dos trabalhadores do continente e do mundo terão que fazer parte diretamente dos referidos organismos estatais ou interestatais.

SÓBRE ASSUNTOS SOCIAIS

(Resoluções em aditamento ao 5.º ponto contido no programa da C.T.A.L.)

INFORME DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

A Comissão de Assuntos Sociais chegou a um acôrdo, por unanimidade de seus membros, no sentido de aprovar os *consideranda* e proposições contidas na Quinta Resolução do Trabalho da Presidência da C.T.A.L., intitulado: "Presente e futuro da América Latina" e, por sua vez, submeter à consideração da Assembléia plenária do Congresso os seguintes projetos de resolução que se referem a matérias que a Comissão estimou conveniente destacar a fim de que as Centrais Nacionais, componentes da C.T.A.L. concentrem seu trabalho para obter soluções rápidas no interesse do povo e da classe operária de seus respectivos países.

EXTENSÃO DOS DIREITOS DA LEGISLAÇÃO SOCIAL AOS TRABALHADORES DO CAMPO

1 — Constitue uma irritante injustiça o facto de que os trabalhadores do campo, e, especialmente, os assalariados agrícolas, se encontrem à margem dos benefícios estipulados pelas leis sociais. Muito embora a maioria dos governos dos países da América Latina sejam membros do Bureau Internacional de Trabalho, e signatários de seus acordos e resoluções, estes não são aplicados em benefício das grandes massas agrícolas, que constituem a maioria de nossos povos.

2 — E' necessário fomentar, em todos seus aspectos, a produção agro-pecuária que é indispensável desenvolver hoje, mais do que nunca, sendo para isso imprescindível o concurso dos trabalhadores rurais, o que será possível obter em forma mais eficiente se se lhes garantir o pleno gozo de seus direitos.

3 — O Congresso resolve reclamar a inclusão dos trabalhadores do campo nos benefícios das leis sociais, principalmente no que se refere ao direito de organização sindical; liberdade de reunião e de petições; jornada de trabalho, salários vitais e inamovibilidade; crédito barato, limitação dos preços dos arrendamentos de terra, garantia de permanência do camponês na terra, sementes, instrumentos agrícolas e maquinárias úteis à intensificação dos cultivos.

4 — O Congresso pronuncia-se a favor de que, em todos os países latino-americanos onde prevaleça o regime latifundista, se estabeleçam leis agrárias que concedam ao camponês o direito de possuir terras laboráveis livres da exploração dos grandes proprietários territoriais.

SÓBRE ESPECULAÇÕES

1 — Que as condições de vida das massas laboriosas da maioria dos povos da América Latina têm sido agravadas devido à situação anormal criada pela guerra e a especulação que, com os artigos de alimentação, de vestuário, habitação e em geral com todos os artigos de primeira necessidade, realizam os trustes, os açambarcadores, grandes comerciantes e intermediários, provocando dessa forma um aumento artificial do custo da vida, que obedece, fundamentalmente, a um plano premeditado e conscientemente dirigido pelos sectores mais reacionários de cada país, com o que se procura desprestigiar os regimes democráticos, fomentando o mal-estar das massas, a fim de que seja possível à reação alcançar o poder por meio de golpes de Estado. A este respeito já existem antecedentes e têm sofrido suas conseqüências diversos povos do continente.

Está comprovado que onde se tem organizado a luta contra a especulação, obtendo-se a intervenção do Estado por meio de organismos especiais em que haja participação direta dos consumidores, tem-se conseguido conter em muito a alta dos preços. Por conseguinte, é necessário obter, pela ação de cada uma das secções nacionais da C.T.A.L., que sejam postas em prática as medidas seguintes:

a) organização de Comitês que lutem pela redução dos preços das subsistências e contra a especulação, dando-lhes a máxima amplitude a fim de que neles participem as organizações operárias e os consumidores;

b) interessar os respectivos governos na constituição de organismos com suficiente autoridade, nos quais tenham participação direta os trabalhadores e consumidores em geral, com o fim de reprimir enérgicamente a especulação e, por seu lado, fazer estudos que permitam uma justa e equitativa distribuição dos produtos de consumo, fixando-se os preços de acôrdo com o valor real do custo de produção, limitando os lucros

aos justos direitos do comércio e sobretudo eliminando os intermediários desnecessários;

c) constituição de organismos de distribuição que evitem qualquer intervenção que encareça desnecessariamente os produtos, principalmente os artigos de primeira necessidade;

d) para tornar eficazes as medidas que são recomendadas, é necessário que o Estado e os organismos competentes se apoiem na ação das organizações de trabalhadores e nas massas populares, e que estas assegurem o cumprimento das medidas oficiais que se adotem neste sentido;

e) controle estrito das exportações e importações dos artigos indispensáveis de consumo, a fim de impedir a escassez e assegurar um abastecimento regular;

f) todas estas medidas devem ser acompanhadas de um sistemático plano de produção agrícola e industrial em que sejam visados tanto o aumento e intensificação como a diversificação da mesma.

SÔBRE SEGURO SOCIAL

Tendo em vista que, em vários países da América Latina, não existem leis de seguro social, e em outros, embora existam, não se aplicam de modo geral, o Segundo Congresso da C.T.A.L., recomenda:

1 — Lutar pelo estabelecimento do Seguro Social Obrigatório em todos os países da América Latina a fim de proteger de modo efetivo a todos os assalariados e a suas famílias contra os riscos de enfermidade, invalidez, velhice, desemprego, acidente de trabalho, enfermidades profissionais e morte, sobre a base da Constituição do Estado, dos empresários e dos trabalhadores em forma proporcional.

2 — Lutar por que a direção e administração dos organismos do Seguro Social sejam integrados paritariamente por operários e patrões com a fiscalização do Estado.

3 — Lutar por que os organismos de seguro social existentes e os que se criem no futuro realizem uma política inversionista orientada no sentido de cumprir a função social para que foram criados, permitindo especialmente a construção de hospitais, casas de saúde e assistência médica para os segurados.

SÔBRE APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIAL

O Segundo Congresso Geral da Confederação de Trabalhadores da América Latina considera imprescindível reclamar que sejam estabelecidas as normas convenientes a fim de garantir o cumprimento da legislação social em todos os países do nosso continente.

Não importa que existam as leis sociais mais avançadas e progressistas se estas não se aplicam estritamente, se o Estado, através de seus órgãos competentes, não garante seu cumprimento cabal e facilita a ação

das organizações sindicais, para conseguir a realização efetiva de todas as medidas de caráter legal que amparem os direitos sociais dos trabalhadores.

Torna-se necessário que todas as centrais sindicais exijam de seus respectivos governos a promulgação das disposições necessárias para assegurar a fiscalização e a inspeção nas empresas, para conseguir que as organizações sindicais intervenham, como parte afetada e interessada, na aplicação da Legislação Social, e se criem organismos independentes da administração da justiça geral destinados exclusivamente à vigilância e aplicação das leis de caráter social que protegem os trabalhadores, estabelecendo sanções severas para seus infratores.

Atenção especial deve ser prestada pelas organizações operárias e pelo Estado ao cumprimento das leis sociais naqueles sectores do trabalho onde não existe a organização operária, impedindo o desnível que se produz atualmente entre as indústrias organizadas e aquelas que ainda não o estão, colocando as segundas em uma situação de privilégio em detrimento dos direitos dos trabalhadores, aos quais não chegam ainda os benefícios das leis sociais, que devem proteger e amparar a todos igualmente.

SÔBRE CULTURA POPULAR

Tendo em vista que a percentagem de analfabetos entre a população trabalhadora da América Latina é muito alta e que o nível de cultura em geral é consideravelmente baixo, o Segundo Congresso da C.T.A.L., resolve:

1 — Que as massas trabalhadoras da América Latina façam pressão de forma adequada junto a seus respectivos governos a fim de incrementar de maneira efetiva a cultura, proporcionando aos mestres uma remuneração justa capaz de permitir-lhes cumprir a contento sua missão; e procurem intensificar as construções escolares infantis e difundir o ensino entre adultos por conta do Estado.

2 — Que do mesmo modo se intensifique o ensino superior, isento de qualquer imposto, tornando-o acessível aos trabalhadores; e, como medida correlata, lutar por que seja abolido todo imposto existente sobre a importação de literatura em geral e sobre os objetivos escolares.

3 — Em vista da carência de meios econômicos por parte das classes pobres, devemos-nos empenhar por que a população escolar seja protegida pelo Estado, facilitando-lhe roupa, alimento e artigos escolares, tanto nas cidades como no campo, estabelecendo a obrigação dos patrões, nos centros rurais, de contribuir para a manutenção da infância camponesa. Só assim se tornaria efetivo o princípio estabelecido nas Constituições da maioria de nossos países de que a educação primária é gratuita e obrigatória.

SÔBRE ASSUNTOS ORGÂNICOS

SÔBRE SINDICATOS INDUSTRIAIS INTERNACIONAIS

O Segundo Congresso Geral da Confederação de Trabalhadores da América Latina, resolve:

Com o objetivo de facilitar a formação dos Sindicatos Industriais Internacionais nos países da América Latina ou em todos os países do Hemisfério Ocidental, as Centrais Nacionais, os membros da C.T.A.L., deverão apresentar ao Comitê Central da Confederação seus diversos pontos de vista acerca da possibilidade da criação dos Sindicatos Industriais Internacionais.

A Direção da C.T.A.L. estudará as informações e sugestões, sugerindo as medidas oportunas com o objetivo de convocar as reuniões preparatórias para a organização ulterior dos Sindicatos Industriais Internacionais. Nenhum destes Sindicatos poderá criar-se fora destas normas, mesmo que se trate de Sindicatos cujos componentes sejam membros da C.T.A.L., quer se trate de Sindicatos Internacionais que não tenham membros da C.T.A.L., quer de outros pertencentes aos agrupamentos dos Estados Unidos da América do Norte ou do Canadá. Neste caso caberá à direção da C.T.A.L. realizar as gestões necessárias junto às centrais não latino-americanas e, de acôrdo com elas, convocar, no momento oportuno as reuniões preliminares já mencionadas. A respeito da criação de organismos Internacionais de Trabalhadores com pessoas estranhas às agrupações da C.T.A.L., mas que tenham relações com a Confederação, nenhum acôrdo poderá ser feito pelas centrais e agrupamentos filiados à C.T.A.L., sem que esta, por intermédio de sua direção, estabeleça as bases para a ajuda a essa classe de organismos. A respeito dos agrupamentos internacionais com membros da C.T.A.L., e com trabalhadores que não pertençam a ela, observar-se-á exatamente o mesmo procedimento, de tal maneira que em todos os casos seja o Comitê Central da C.T.A.L. por intermédio de seu Presidente, que autorize os trabalhos prévios ou as reuniões preliminares para a constituição dessa classe de organismo. Tratando-se da filiação dos Sindicatos Industriais pertencentes às centrais nacionais filiadas à C.T.A.L., aos sindicatos ou Federações Industriais Internacionais, como as que pertenceram à Federação Sindical Internacional, a Direção da C.T.A.L. fica investida de poderes para estudar cada caso e para propor a forma de filiação assim como as condições da mesma.

O Congresso, além disso, insiste junto ao Comitê Central da C.T.A.L. para que dê cumprimento aos acordos do México e Havana a fim de promover nos meios industriais que sejam considerados convenientes conferências de caráter continental com o fim de estudar os problemas comuns desses trabalhadores.

SÔBRE A JUVENTUDE TRABALHADORA

Considerando: a importância que tiveram as resoluções tomadas sobre a juventude trabalhadora na IV Reunião da C.T.A.L., em Montevideo; tendo-se verificado que as Centrais que contam em seu seio com ativistas da juventude operária, estão formando com eles futuros grandes quadros dirigentes de sua classe, e de seu povo, demonstrando assim que têm compreendido o extraordinário papel que a juventude operária desempenha na luta contra o nazismo e na solução dos problemas do após-guerra;

Resolve:

1 — Mandar publicar entre as resoluções do Segundo Congresso, a Resolução da reunião de Montevideo, referente à juventude trabalhadora.

Recomenda-se às Centrais Sindicais Nacionais, que cooperem para que a juventude operária participe com todo vigor no movimento geral da juventude fazendo suas as resoluções das Conferências da Juventude realizadas no México e Montevideo, porquanto representam o interesse comum de toda a juventude da América.

Marx precisou o papel político dos sindicatos, nos seguintes termos: "Além dos fins perseguidos primitivamente, os sindicatos devem aprender a ser o centro da ação consciente da classe operária, para facilitar sua emancipação completa. Devem sustentar todo movimento social e político que tenda para esse fim".

"Deixar de atuar no seio dos sindicatos reacionários, significa abandonar as massas insuficientemente desenvolvidas ou atrasadas à influência dos líderes reacionários, dos agentes da burguesia, dos operários aristocratas, dos "operários aburguesados" (sobre este ponto, ver a carta de 1852, de Engels a Marx, acerca dos trabalhadores ingleses)". (Lénin — *A Doença Infantil do "Esquerdismo" no Comunismo*, página 50, Vitória, 1946.)

Marx assinalou as grandes linhas da evolução sindical, afirmando: "Os sindicatos, embora inconscientemente, se têm convertido em focos de organização da classe operária, da mesma forma que as municipalidades e as comunas medievais o foram da burguesia. Se os sindicatos se tornaram indispensáveis para a guerrilha diária entre o capital e o trabalho, são, todavia, muito mais importantes como organizações que favorecem a dissolução do regime salarizado".

Resoluções do Congresso da Federação Sindical Mundial, realizado entre 25 de setembro e 8 de outubro de 1945, em Paris

RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO DA FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL, LEVADAS EM CONSIDERAÇÃO PELA ASSEMBLÉIA PLENÁRIA DO CONGRESSO E SUBMETIDAS AO BUREAU EXECUTIVO

PRIMEIRA RESOLUÇÃO

O Congresso Sindical Mundial reafirma a decisão da Conferência de Londres, que consistia em pedir aos governos aliados reconsiderassem as relações diplomáticas e outras com a Espanha de Franco. Insiste também, junto a todos os governos democráticos, para que considerem a questão da ruptura de todas as relações com o governo de Franco e pede às Centrais Sindicais Nacionais que procedam às necessárias *démarches* junto aos respectivos governos, com idêntico propósito.

O Congresso apoia a aspiração do povo espanhol de ter um governo democrático livremente eleito, entregando assim à Espanha o exercício da sua plena soberania popular.

Havendo considerado atentamente a solicitação feita pela delegação da América Latina, que sugere o reconhecimento do governo republicano espanhol estabelecido no México, o Congresso pede ao Comité Executivo que examine esse requerimento com atenção toda especial, porquanto o governo espanhol do México foi eleito de conformidade com a Constituição das Córtes.

O Congresso pede ao Comité Executivo que faça junto ao general Franco as *démarches* necessárias para que seja anulada a sentença de morte contra os patriotas republicanos espanhóis Alvarez e Zapirain e para que sejam imediatamente libertados.

A fim de pôr em execução os princípios contidos nesta resolução, o Congresso pede ao Comité Executivo que considere urgente a questão e tome as medidas adequadas para amparar o povo espanhol na sua luta em prol da libertação completa.

SEGUNDA RESOLUÇÃO

O Primeiro Congresso da Federação Sindical Mundial decide:

1.º, reafirmar a condenação do regime fascista, proclamada pela primeira sessão da Conferência Operária Mundial, realizada em Londres em fevereiro último;

2.º, reclamar, pela voz das organizações nacionais filiadas, que todos os governos democráticos do mundo rompam relações com o governo fascista argentino;

3.º, mobilizar, através das organizações filiadas, todos os povos para uma ação de solidariedade em favor do povo argentino, na sua luta contra o governo que o oprime atualmente;

4.º, pedir a todas as organizações que constituem a Federação Sindical Mundial que recorram, na medida do possível, aos meios práticos de que dispõem a fim de destruir o regime de Farrel-Peron e a fim de que o povo argentino recobre o exercício da sua soberania assim como de suas liberdades.

O Congresso recebeu comunicação de que dois membros da delegação iraniana, eleita pelos sindicatos do Irã para assistir ao Congresso, foram detidos pelo governo iraniano com o propósito de impedir-lhes a participação neste Congresso.

Também o governo grego recusou aos delegados dos sindicatos gregos permissão para participar do Congresso.

Essas ações são uma negação total do direito dos trabalhadores de exercerem suas liberdades fundamentais e se assemelham aos atos das derrotadas forças fascistas.

Em conseqüência, a Comissão recomenda que o Comité Executivo envie imediatamente telegramas aos governos do Irã e da Grécia, protestando contra sua ação ao impedir que os delegados dos trabalhadores tomem parte no Congresso Sindical Mundial.

QUARTA RESOLUÇÃO

Direito dos povos de se autogovernarem

A vitória obtida sobre as potências fascistas fundou-se ao mesmo tempo no poderio militar das Nações Unidas e na luta ativa dos povos que procuravam garantir o gozo das suas liberdades fundamentais, o direito de se autogovernarem e à independência nacional.

A vitória certamente seria incompleta se agora se negasse aos povos das colônias e dos territórios de todas as nações o pleno gozo de seu direito hereditário de disporem de si próprios e à independência nacional.

Os recentes acontecimentos da Indochina e na Indonésia, no Extremo Oriente, onde o recurso das forças armadas foi utilizado para combater os indígenas, estão em contradição direta com os princípios das Nações Unidas.

Ademais, a Comissão deplora e condena a ação de certos governos como o da Grécia, — segundo se declara — que opõem obstáculo a que os trabalhadores exerçam seus direitos de se organizarem em sindicatos livres.

Em conseqüência, a Comissão recomenda:

Divulgação Marxista, n.º 7 — Rio, 1-10-1946

1.º, que o Comité Executivo tome em consideração a nomeação de uma Comissão encarregada de fazer um inquérito sobre a situação na Grécia, no propósito de se esforçar por assegurar aos trabalhadores desse país o pleno gozo do direito de se organizarem em uniões, como o preferirem;

2.º, que o Comité Executivo promova imediatamente, junto às Nações Unidas e suas organizações, as *démarches* necessárias para conseguir que em todo o mundo os povos gozem dos seus direitos de dispôr de si próprios e de realizar sua independência nacional.

QUINTA RESOLUÇÃO

Uma das armas preferidas pelo nazi-fascismo, que dela se serviu como meio de opressão dos povos e como instrumento da sua tentativa de domínio mundial, foi a *discriminação* e a *perseguição* raciais, colocando uns indivíduos em condições melhores que outros, por causa de pretensas superioridades étnicas.

Tais processos foram e continuam sendo utilizados pelos sectores mais reacionários de numerosos países, estabelecendo assim desigualdades contrárias ao espírito democrático pelo qual lutaram todos os povos da terra e pelo qual os homens de todas as raças e de todas as cores regaram com seu sangue os campos de batalha.

Numerosos casos confirmam a atitude desses grupos reacionários que, por meio duma propaganda intensa e hábil, chegam a infiltrar em certos sectores populares sentimentos contrários aos ideais da justiça e da liberdade.

A propaganda e a ação anti-semita persistem até mesmo nos países que acabam de ser libertados da opressão nazi; a discriminação contra as raças de cor está muito arraigada em certos lugares, como acontece com os negros em determinados Estados dos Estados Unidos e nos territórios submetidos ao controle norte-americano como na zona do Canal do Panamá onde a discriminação atinge em geral todos os sul-americanos; regime análogo se estabeleceu em várias colônias das grandes potências, onde as populações indígenas vivem submetidas a tratamento especial. Da mesma forma, nos países semicoloniais da América Latina as populações indígenas sofrem idênticas discriminações e são submetidas a terríveis regimes de opressão, pelas condições semi-feudais que nelas reinam; as restrições contra a imigração dos chineses, indianos e árabes subsistem ainda em vários países.

Essa situação influencia as condições de trabalho e de vida das populações discriminadas: salários diferentes por causa da cor ou da origem; reduzida proteção social; limite das zonas habitáveis; incapacidade de exercício de certas funções, principalmente das funções públicas; limite das possibilidades de instrução.

Por vezes essas tendências perniciosas encontram expressão no movimento operário e em certos países é proibido aos homens de cor e aos nativos fazerem parte dos sindicatos, gozarem da proteção dos contratos

coletivos, ocuparem postos de responsabilidade ou serem qualificados no trabalho.

A existência dessas condições põe em perigo a solidariedade democrática e mantém o veneno ideológico nazi-fascista, do que se prevalecerão as forças retardatárias e que não foram ainda destruídas para restabelecer situações como as que verificamos durante a guerra que vem de terminar.

Enquanto existirem essas diferenças, que atentam contra a dignidade humana e enquanto um regime democrático não dirigir as relações entre os povos, na ordem nacional e internacional, a ameaça fascista pesará sempre sobre o mundo e não será possível considerar com confiança o futuro da humanidade.

Os trabalhadores do mundo devem lutar contra todos os restos de barbárie e é por isso que o Primeiro Congresso da Federação Sindical Mundial decidiu lutar infatigavelmente, nos âmbitos nacional e internacional, contra toda e qualquer discriminação por causa de raça, de cor ou de situação social, fora e dentro do movimento operário, e agrupar para essa luta todas as forças progressistas e democráticas.

SEXTA RESOLUÇÃO

Vistas as considerações desenvolvidas no informe da C.T.A.L., o Primeiro Congresso da Federação Sindical Mundial resolve:

1.º, promover sob controle democrático a industrialização e o progresso técnico agrícola de todos os países atrasados, com o fito de livrá-los da sua dependência atual e de elevar as condições de vida da sua população;

2.º, zelar para que este programa não seja utilizado em benefício dos monopólios autóctones ou estrangeiros, que lesariam os legítimos interesses nacionais e sociais desses países;

3.º, secundar a assistência que puder ser proporcionada a esses países pelos recursos da técnica e do capital dos países adiantados, por meio de créditos a longo prazo e outros, sem permitir aos segundos que se imiscuem nos negócios internos dos países pobres ou que os submetam à ingerência dos trustes e cartéis internacionais;

4.º, garantir a coordenação internacional dessas intervenções com o fito de lograr uma evolução harmoniosa de todos os povos;

5.º, mobilizar todos os povos para essa realização, não só nos países atrasados como também nos adiantados, cujos verdadeiros interesses coincidem com os dos primeiros.

SÉTIMA RESOLUÇÃO

Pela Confederação dos Trabalhadores da América Latina foi proposta uma resolução referente às medidas peculiares a adotar para

controlar e eliminar os monopólios e trustes. E' a seguinte a recomendação:

Não pode haver a menor dúvida de que os monopólios e trustes internacionais foram o núcleo da reação e os mais poderosos esteios do fascismo. A Comissão recomenda que o Comité Executivo e os órgãos de execução da Federação Mundial estudem cuidadosamente as proposições da C.T.A.L. a fim de que sejam tomadas nos diferentes países medidas eficazes para suprimir o controle atualmente exercido pelos monopólios e os trustes internacionais, à custa do povo trabalhador.

OITAVA RESOLUÇÃO

A Conferência verifica com prazer que os países asiáticos estão conhecendo rápido progresso, do ponto de vista da tecnologia.

Todavia, a Conferência não acha que as condições sociais desses países estejam em proporção com as exigências materiais e espirituais do povo e especialmente dos trabalhadores.

Em consequência, a Conferência crê necessária a reunião de uma Conferência de Sindicatos Asiáticos, com o objetivo de estudar condições que satisfaçam as necessidades dos trabalhadores, à luz do progresso tecnológico observado.

O Congresso é de opinião que seja a Índia o teatro dessa Conferência.

NONA RESOLUÇÃO

A Comissão do Regimento recomenda que o Comité Executivo da Nova Internacional leve em consideração a nomeação duma comissão de inquérito das condições políticas e econômicas dos países coloniais e semi-coloniais e faça recomendações aos governos interessados, na base dos dados que forem recebidos.

DÉCIMA RESOLUÇÃO

Neste momento histórico em que o mundo do trabalho reunido em assembléia constituiu a Federação Sindical Mundial, que se elevará como sólido monumento das aspirações das classes laboriosas em prol da liberdade e da democracia.

A Comissão deseja exprimir a sincera admiração dos povos do mundo inteiro pelas grandiosas realizações do falecido Presidente Franklin D. Roosevelt na sua luta titânica contra o nazismo e as forças fascistas e para forjar a unidade das Nações Unidas, tendo por objetivo um paz durável e próspera. z

A Comissão exprime outrossim a profunda dor que lhe provocou a morte prematura do Presidente Franklin D. Roosevelt, no momento em que os seus serviços pelo bem-estar da humanidade eram de tal modo necessários.

O mundo do trabalho pede aos chefes das Nações Unidas que respeitem fielmente os nobres objetivos do Presidente Franklin D. Roosevelt, a fim de perpetuar a unidade das Nações Unidas, que é a única garantia para os povos do mundo inteiro de gozarem sua legítima herança de liberdade, paz e prosperidade.

DÉCIMA PRIMEIRA RESOLUÇÃO

Várias centenas de telegramas foram recebidos de tôdas as partes do mundo e da tripulação de vapores em viagem. Muitos trazem as saudações fraternas de diferentes organizações. Outros sugerem certas medidas a serem tomadas pelo Congresso.

A Comissão recomenda que esses telegramas sejam acrescentados ao informe e submetidos ao Comité Executivo a fim de que esse decida da ação a tomar.

RESOLUÇÃO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1 — A Federação Sindical Mundial foi constituída no dia seguinte à grande vitória conquistada pelos povos que readquiriram sua liberdade, após uma longa luta contra os fascismos alemão e japonês.

2 — Seu primeiro congresso, que se reuniu em Paris, realizou a missão capital que os movimentos sindicais do mundo inteiro se haviam imposto enquanto a guerra ainda lavrava. O objetivo fixado pela Conferência Sindical Mundial, realizada em Londres há nove meses, foi alcançado. Hoje os movimentos operários de tôdas as nações livres estão unidos numa federação mundial que fala com autoridade em nome da classe operária do mundo inteiro.

3 — Assim, os trabalhadores das Nações Unidas, depois de terem prestado imensa contribuição à vitória, uniram suas forças numa única e poderosa organização para trabalhar em conjunto pela paz e pela reconstrução.

4 — O Congresso considera que uma das tarefas essenciais consiste em obter para a classe operária uma representação total e efetiva na elaboração da paz, e participação responsável na obra de reconstrução internacional.

5. — O mundo do trabalho reivindica os seus direitos, não apenas por causa da sua imensa contribuição pela vitória, porém ainda por estar profundamente convencido de que a cooperação das grandes massas populares, tais como as representadas na Federação Sindical, é condição essencial duma paz durável.

6. — O Congresso acolhe com satisfação e aprova a obra da Conferência de São Francisco, que criou a organização das Nações Unidas, cuja missão é “manter a paz e a segurança internacionais... suprimir os atos de agressão... encorajar a cooperação internacional pela solução dos problemas de ordem econômica, cultural, social e humanitária”.

7. — Todavia o Congresso eleva sua voz num enérgico protesto contra a recusa, pela Conferência de São Francisco, de admitir o movimento sindical nas suas deliberações.

8. — O Congresso Mundial repete em termos claros e enérgicos que reivindica o direito de ser representado efetivamente no seio da Organização de Segurança Internacional e nos organismos que têm por tarefa a elaboração da paz e da reconstrução.

9. — O Congresso declara que, como representante do mundo do trabalho, tem o direito inalterável de participar da atividade da Organização das Nações Unidas. Encarrega outrossim o Comité Executivo de tomar tôdas as medidas necessárias para garantir a participação da F. S. M. nos trabalhos do Conselho Econômico e Social, a título consultivo, de conformidade com o artigo 17 do Capítulo 9.º da Carta da Organização das Nações Unidas.

10. — A seguir, encarrega o Comité Executivo de prosseguir nos seus esforços para atender às reivindicações formuladas pela Conferência de Londres, que reclamavam a representação na assembléia geral a título consultivo e a representação integral, com direito de voto, no Conselho Econômico e Social.

11. — O Congresso recomenda outrossim às organizações suas filiadas que façam todo o possível para que as delegações formadas pelos seus respectivos governos para tomarem assento no seio da Organização das Nações Unidas incluam representantes do mundo do trabalho organizado.

12. — O Congresso declara que a luta pela extirpação rápida e total das raízes do fascismo constitui uma das tarefas essenciais da F. S. M. e dos movimentos sindicais de todos os países. Reconhecemos que as forças da reação se opõem à destruição completa dos potenciais de guerra alemão e japonês, e à extirpação do fascismo. O mundo do trabalho deve tomar as medidas necessárias para garantir a eliminação dessas forças.

13. — Nossa Conferência de Londres elaborou minucioso programa de tratamento para a Alemanha e para o Japão, impedindo-os de perturbar no futuro a paz do mundo. Naquela Conferência formulamos as medidas a tomar com o fito de liquidar a base militar e industrial dos potenciais de guerra alemão e japonês, de julgar rapidamente todos os criminosos de guerra, de dissolver tôdas as organizações fascistas e de eliminar dos postos influentes todos os adeptos dos militarismos nazi e japonês.

14. — Os acordos de Potsdam, no que concerne a Alemanha, e a política definida pelas Nações Unidas, no que concerne ao Japão, correspondem inteiramente ao programa da Conferência de Londres.

15. — Só a realização total dessas decisões é capaz de garantir que a paz e a liberdade do mundo não sejam mais ameaçadas por êsses povos. O Congresso declara que o mundo do trabalho deve zelar para que essas decisões sejam postas em prática sem hesitação nem debilidades.

16. — O Congresso está convencido de que só entre os trabalhadores da Alemanha e do Japão se encontrará a base para formar governos democráticos que possam ser aceites no seio da comunidade das nações livres.

17. — O Movimento Operário Mundial, representado por êste Congresso, possui a experiência e a aparelhagem necessárias para ajudar os trabalhadores da Alemanha e do Japão a formarem um govêrno livre e democrático, purgado de todos os elementos fascistas e antidemocráticos.

18. — Para assegurar a participação completa e efetiva do mundo do trabalho nas tarefas vitais que consistem em traçar e realizar a política a seguir em tôdas as outras fases da reconstrução de após-guerra, o Congresso encarrega o Comité Executivo:

a) De dar solução efetiva à nomeação das comissões encarregadas de ir ao Japão e a tôdas as zonas ocupadas da Alemanha para fazer um inquérito completo sôbre as condições econômicas e sociais, sôbre os progressos realizados na liquidação do fascismo e na possibilidade de reconstrução de movimentos sindicais livres e democráticos;

b) De providenciar para que a F. S. M. seja representada em caráter consultivo na Comissão de Contrôle aliado na Alemanha e junto às autoridades de ocupação do Japão;

c) De permitir à F. S. M. que exprima completa e efetivamente suas opiniões sôbre os tratados de paz que estão sendo ou vão ser discutidos no momento;

d) De tomar tôdas as medidas necessárias para assegurar a representação da F. S. M. em tôdas as outras instituições e comissões internacionais que possam ser constituídas ulteriormente, para tratar dos problemas da paz e da reconstrução.

19. — Foi a solidariedade dos povos nas Nações Unidas, manifestada na luta contra o inimigo comum, que assegurou a vitória nos campos de batalha. A cooperação contínua e as relações amistosas entre os povos das Nações Unidas, assim como a unidade indestrutível de seus governos constituem a única garantia de uma paz durável e estável. Êste Congresso mundial se impõe a missão de preservar e reforçar essa unidade. O trabalho que realizamos em Paris estabelecendo uma poderosa organização dos trabalhadores do mundo inteiro nos dá a certeza de que êsse grande objetivo será alcançado.

RESOLUÇÃO SÔBRE OS INFORMES DA ATIVIDADE DOS CENTROS SINDICAIS NACIONAIS PARA A APLICAÇÃO DAS DECISÕES DA CONFERÊNCIA DE LONDRES

1. — Pelos esforços combinados dos povos das Nações Unidas, e sobretudo pelos sacrifícios consentidos pelos trabalhadores organizados no seio

dêsses povos, uma vitória decisiva foi alcançada sobre os piores inimigos da liberdade e da democracia. E uma conspiração mortal para submeter o gênero humano foi totalmente derrotada.

2. — Os trabalhadores organizados prestaram imensa contribuição a essa obra histórica, utilizando, durante toda a guerra, o máximo de suas forças. Na mobilização dos recursos industriais das Nações Unidas, para obter a vitória final, o papel principal foi desempenhado pelos sindicatos da América, da U.R.S.S., da França, da China, do Império Britânico e dos outros países democráticos.

3. — Nos países ocupados, sob dominação fascista, os trabalhadores também se bateram sem esmorecimento e contribuíram para a vitória dos povos livres sobre a opressão.

4. — Nosso Congresso Mundial tem perfeita consciência da necessidade de aprofundar a estreita colaboração e a amizade dessas nações e de garantir a aliança firme e inabalável dos seus governos, forjando e mantendo uma paz justa e durável.

5. — O Congresso Mundial afirma sua convicção de que a eliminação rápida e eficaz das conseqüências desastrosas da guerra e a solução prática dos problemas econômicos e sociais que a guerra originou não podem ser obtidas senão por uma cooperação ainda mais estreita e pela compreensão recíproca das Nações Unidas. Este Congresso Mundial aplaude os esforços feitos pelos governos democráticos para reconstruir a indústria, a agricultura e para reorganizar as relações econômicas e sociais. Dessa maneira, uma contribuição necessária e preciosa foi feita à reorganização da vida internacional.

6. — Não obstante, este Congresso Mundial julga necessário chamar a atenção dos sindicatos de todos os países para os grandes esforços que devem ainda ser feitos para realizar o programa das reformas econômicas e sociais, formulado pela Conferência Sindical Mundial reunida em Londres em fevereiro último, ratificada e confirmada pela nossa Conferência de Paris.

7. — A Conferência Sindical Mundial é de opinião que os centros sindicais nacionais devem exigir dos respectivos governos que tomem todas as medidas necessárias para satisfazer as necessidades dos desmobilizados. Além das oportunidades de trabalho, deverão dar aos desmobilizados uma subvenção suficiente que lhes permita viver normalmente até que encontrem emprego. Deverão edificar escolas para a reeducação profissional dos desmobilizados, ensinar-lhes novas profissões e dar àqueles que tiveram seus estudos interrompidos pela guerra a possibilidade de os continuar.

8. — Em mais de um país, dado que a desmobilização das forças armadas se efetue paralelamente à cessação da produção de guerra, reaparece o perigo do desemprego em massa. Ficam suspensos os planos progressivos para o desenvolvimento das garantias sociais contra o desemprego, a doença, os acidentes do trabalho e a velhice. Várias outras reformas, inclusive o aumento das horas de repouso dos trabalhadores, a satisfação da sua necessidade de um padrão de vida mais elevado em relação ao alojamento e à alimentação, o controle dos preços e a distribuição

das matérias vitais e de primeira necessidade (alimentos, vestuário e outros objetos de largo consumo) ainda não obtiveram devido destaque no programa legislativo e administrativo dos governos.

9. — O Congresso Sindical Mundial é de opinião que tarefa das mais importantes é zelar pela educação e pela cultura geral dos membros dos sindicatos. O essencial dessa tarefa é dar aos trabalhadores o espírito de solidariedade internacional e a unidade do trabalho na luta pela supressão rápida e completa dos restos do fascismo, para uma democratização completa da vida social e política e para a execução vitoriosa das tarefas que se ligam à reconstrução social e econômica do mundo.

10. — O Congresso Sindical Mundial dirige, em conseqüência, um imperativo apelo aos sindicatos nacionais filiados à Federação Sindical Mundial, a fim de que concentrem suas energias na realização da carta fundamental atinente aos direitos dos sindicatos e suas demandas imediatas, formuladas, no interesse de todos os povos, pela Conferência Sindical de Londres:

a) A liberdade dos trabalhadores do mundo inteiro de se organizarem em sindicatos e de exercerem livremente os direitos das convenções coletivas e das outras atividades e funções normais dos sindicatos;

b) A liberdade para o mundo do trabalho de estabelecer cooperativas e toda e qualquer outra associação de mútuo auxílio que as circunstâncias possam justificar;

c) A liberdade de palavra, de reunião, de publicação e de imprensa, como também de associação religiosa e política;

d) A extinção de todas as formas de exploração e de diferenciação social ou econômica, fundadas na raça, na crença, na cor ou no sexo, reconhecendo-se, neste sentido, o princípio de que a trabalho igual corresponderá salário igual; e de que, onde os jovens executarem trabalho de adultos, deverão receber salário de adultos;

e) A liberdade de acesso, em igualdade de condições, à educação e ao ensino;

f) O trabalho regular em todas as épocas, obedecendo a tabelas de salários adequados, no mundo inteiro, com férias regulares e pagas, todos os anos, como de direito;

g) A proteção adequada em todas as circunstâncias da vida em que a segurança social e econômica dos cidadãos exigirem garantias.

11. — O Congresso solicita aos sindicatos de todos os países que lutem resolutamente contra todos os atentados aos direitos sociais e econômicos dos trabalhadores, que defendam seus interesses vitais, que garantam a melhoria progressiva do seu bem-estar material e que sustentem a causa duma paz durável e estável. O Congresso pede aos sindicatos de todos os países que lutem a fim de garantir a unidade dos sindicatos e que combatam todos aqueles que tentarem romper essa unidade e enfraquecer ou dividir as forças dos trabalhadores.

Firmada a Opinião do Proletariado Sobre os Vinte Pontos do Temário do Congresso Sindical

IMPORTANTES CONCLUSÕES APROVADAS NAS DEZ COMISSÕES DE TESES. OS DELEGADOS DEFENDERAM NO GRANDE PLENÁRIO AS REIVINDICAÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA — UNIDADE, LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAIS E CRIAÇÃO DA C. T. B., PONTOS FUNDAMENTAIS DAS DECISÕES DO HISTÓRICO CONCLAVE

Liberdade, unidade e autonomia sindicais

São as seguintes as Conclusões aprovadas pela 1.^a Comissão de Teses, e que serão levadas ao grande plenário no ante-projeto elaborado pelas subcomissões relatoras:

“A Primeira Comissão, considerando que a unidade sindical constitui o princípio básico para a vida social e econômica do trabalhador;

Considerando que em hipótese alguma deverá ser permitida a existência de mais de um sindicato em determinado grupo ou categoria profissional numa mesma base territorial;

Considerando que a unidade sindical é a única forma capaz de exprimir, realmente, a vontade e o pensamento de um grupo;

Resolve sugerir ao plenário do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, a adoção do princípio fundamental da Unidade Sindical.

Visando reforçar essa unidade sindical, a primeira comissão sugere as seguintes medidas:

1.^a — Que os trabalhadores de qualquer grupo constante do enquadramento possam organizar um só sindicato, abrangendo todas as categorias profissionais desse grupo ou vários sindicatos de diferentes categorias do mesmo grupo, se assim o desejarem os interessados;

2.^a — Que o enquadramento sindical atualmente em vigor seja revisto de forma a permitir um aglutinamento que faculte, por exemplo, a concentração de todos os trabalhadores que exerçam atividade

em empresas que exploram serviços públicos, de caráter privado, tais como Luz, Gaz, Telefone, Bondes, Energia Elétrica, Água e Esgoto;

3.^a — Que quanto à base territorial observadas as condições peculiares de cada categoria profissional ou grupo em relação às condições geográficas e econômicas da região, sejam os sindicatos constituídos em base:

- A — Municipal, que deverá ser o tipo específico de organização;
- B — Intermunicipal;
- C — Estadual;
- D — Interestadual;
- E — Nacional.

A unidade sindical terá por base o território estadual ou interestadual somente quando as condições peculiares da categoria não permitirem a sindicalização eficiente por município, adotando-se o mesmo critério à base territorial nacional;

4.^a — Que a estrutura do segundo grau seja constituinte à base de Federações nacionais por grupos ou categorias profissionais;

5.^a — Que, para tratar de interesses comuns a todos os trabalhadores no mesmo município ou Estado, seja permitida a criação de Uniãoes sindicais municipais e estaduais.

A 1.^a Comissão, considerando que esse tipo de organização de âmbito nacional e estadual, é o que melhor nacional e estadual, é o que melhor consulta os interesses do proletariado, não aponta, entretanto, a sua adoção como norma obrigatória respeitando-se a liberdade dos sindicatos se associarem ou não na forma acima indicada, bem como a existência das Federações específicas, de âmbito estadual ou regional, desde que assim desejarem os interessados”.

Liberdade e autonomia sindical

A 1.^a Comissão incumbida de estudar as teses e sugestões relacionadas com as questões da liberdade e autonomia sindicais, depois de examinar cuidadosamente a contribuição trazida a este Congresso pelas entidades sindicais de todos os recantos do país, que,

Considerando que o Sindicato é a associação profissional dos trabalhadores onde estes se organizam como classe para defesa dos seus interesses econômicos e culturais, sem distinção de sexo, cor, nacionalidade, convicções políticas, religiosas ou filosóficas;

Considerando que a nova Carta Magna firmou o principio de que é livre a associação profissional sindical, devendo ser regulada por lei a forma da sua constituição, sua representação legal nos contratos coletivos de trabalho, o exercicio das funções que lhe são delegadas pelo poder publico;

Considerando, finalmente, que só com liberdade e autonomia, mas dentro da lei, o movimento sindical poderá reconquistar a confiança da grande massa dos trabalhadores, até aqui desinteressada da sua organização profissional, cumprindo, deste modo, as suas altas finalidades:

Resolve, recomendar seja submetida, ao plenário do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, as seguintes conclusões a respeito do tema referente à Liberdade e Autonomia Sindicais:

1.^a) — Que seja permitido às entidades sindicais o direito de elaborarem livremente seus estatutos, nos termos do artigo 518, parágrafo 1.^o da Consolidação das Leis Trabalhistas, cabendo aos associados estabelecerem as formas que lhes convenham de administração, eleições, perda de mandatos e substituição dos diretores, aplicação de rendas e outras atividades correlatas;

2.^a) — Que nela a fiscalização financeira seja efetuada pelos proprios interessados, de acordo com o que estabelecerem os estatutos salvo o da aplicação do imposto sindical, que continuará a ser feita pelo Estado;

3.^a) — Que nenhuma interferencia possa sofrer essas entidades por qualquer órgão do poder publico, que implique na violação dos seus estatutos;

4.^a) — Que o processo de organização e legalização do sindicato seja simplificado mediante o simples registro da ata de sua fundação, acompanhada da relação de seus associados, membros da Diretoria eleita e respectivos estatutos, na sessão competente do Ministerio do Trabalho, ou nas Delegacias Regionais, obedecendo-se, para fundação de um sindicato, à exigencia minima de um quinto dos que integram a categoria profissional ou grupo organizado;

5.^a) — Que seja assegurada a liberdade de sindicalização a todos os trabalhadores assalariados, urbanos ou rurais, da industria, do commercio, do transporte, da educação e cultura, da pecuaria, da agricultura ou qualquer outro ramo da atividade economica;

6.^a) — Finalmente, a organização e funcionamento do sindicato devem ser fixadas dentro das normas da mais ampla democracia associativa, respeitando seus órgãos dirigentes as decisões da maioria”.

Conclusões da 2.^a Comissão

Sobre os dois pontos da Ordem do Dia dos seus trabalhos, “Delegados Sindicais” e “Atividades Politico-Partidarias no seio dos Sindicatos”, a Comissão Relatora apresentou as seguintes

Recomendações

“Delegado Sindical — Que seja considerado Delegado Sindical, o associado de Sindicato que, eleito em uma Assembléa Geral constituída exclusivamente por associados pertencentes ao grupo profissional que exerçam sua atividade em cada Empresa Empregadora, receba para tal credenciais da Diretoria do Sindicato. Quando não for possível a escolha por eleição, será Delegado Sindical o indicado pela Diretoria do Sindicato “ad-referendum” de uma Assembléa Geral do mesmo.

Que seja considerado outrossim Delegado Sindical o associado que, nos termos acima, receber a investidura para o exercicio de sua função em caráter local, ou seja dentro de uma determinada Empresa ou junto a determinado grupo de trabalhadores.

Que qualquer outro associado que venha a ser, por processo identico, designado ou eleito para representação de função eventual e transitoria do Sindicato, receba para distinguir o Delegado Sindical, o titulo de Delegado Especial do qual são extensivos os mesmos direitos e imunidades ao Delegado Sindical.

Dos deveres do Delegado Sindical: — Que sejam obrigações fundamentais dos Delegados Sindicais:

- a) Servir de elemento de ligação entre a Diretoria do Sindicato e o grupo profissional respectivo.
- b) Representar e bem conciliar qualquer interesse dos trabalhadores de seu grupo junto aos empregadores.
- c) Fomentar a Sindicalização.
- d) Desenvolver a solidariedade social.

- e) Fiscalizar as condições e o ambiente do trabalho.
- f) Zelar pelo exato cumprimento das Leis Trabalhistas vigentes.

Dos direitos do Delegado Sindical: — Que sejam assegurados ao Delegado Sindical os seguintes direitos:

- a) Nenhum Delegado Sindical, pode ser passível de restrições na sua liberdade individual quando no exercício de suas funções.
- b) O direito de ser chamado ou atendido pelo empregador quando estiverem em jogo os interesses dos trabalhadores da empresa.
- c) O direito de licença remunerada, quando, por prazo que não exceda de 15 dias uteis, tenha que se afastar do trabalho da empresa, não podendo esta licença ser descontada de férias ou quaisquer outras regalias a que venha a ter direito.
- d) o direito de reunir seu grupo profissional no local do trabalho para tratar de interesses sindicais, sempre que o fizer fora das horas de expediente e sem prejuízo do serviço.
- e) O direito de intermediar litígios entre o empregador e os empregados, servindo assim como instancia inicial para dirimir contendas e quaisquer outras desinteligencias ocorridas entre as duas partes.
- f) O direito de estabilidade enquanto estiver no exercício da função e até decorrido o prazo de dois anos contados do momento que deixar a função de Delegado.
- g) A imunidade sindical, consubstanciada no direito de ser inviolável no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e atos, não podendo ser detido durante a vigência do mandato sindical sob alegação de incentivar dissídios ou paralização de trabalho e nem tão pouco, se residir em propriedades do empregador, ser despejado enquanto estiver na garantia do mandato.

Casos Especiais — Que, seja regulado por lei a instituição do Delegado Sindical a bordo e dos Organismos Sindicais do trabalhador a conta própria, aplicando-se, entretanto, nessa regulamentação, tanto quanto possível, os dispositivos acima”.

Atividade politico-partidaria no seio dos Sindicatos

“Que se firmem nesse setor as doutrinas seguintes:

1.º — O homem, e consequentemente o trabalhador, é um ser político por natureza, entendendo-se, porém, por política, a administra-

ção, ou seja a arte de administrar, quer se trate de administração publica, quer se trate de administração popular. Daí, dever ficar fixado o principio de que, no organismo representativo de uma classe, a politica deve ser feita no alto sentido, ou seja, no interesse da mesma classe, isto é, a “Politica Sindical”.

2.º — As atividades politico-partidarias no seio dos sindicatos, só podem trazer para estes a desorganização e a desintegração porque acarretam a fuga dos elementos minoristas pertencentes a determinados grupos politicos em contraposição a permanencia unilateral do grupo politico maiorista, que irá imprimir a sua orientação politico-partidaria, ao controle do sindicato.

3.º — A politica sindical deve resumir-se num só pensamento e numa só orientação: A luta pela unidade da classe, a sua fortaleza e o seu engrandecimento na defesa das suas reivindicações.

4.º — Todos os diretores de organismos sindicais de qualquer grau não poderão, enquanto no exercício do cargo, se candidatar a função publica relativa, devendo para tanto se desincompatibilizar até 90 dias antes das eleições respectivas.

5.º — Em beneficio da sobrevivencia dos Organismos Sindicais deverá ser proibido por lei a propaganda de idéia ou pensamento politico-partidario no seio sindical.

6.º — Esposando o pensamento unanime do nosso plenário, recomendamos que sejam estendidas integralmente as restrições acima estabelecidas a toda e qualquer manifestação de carater religioso no seio dos sindicatos, bem como demais organismos sindicais”.

Direito de greve

Sobre o Direito de Greve, um dos pontos da Ordem do Dia dos trabalhos da 3.ª Comissão, a Comisso Relatora apresentou o seguinte ante-projeto, aprovado por unanimidade:

Considerando:

a) — que a greve constitue direito inalienavel e sagrado do trabalhador, sem distincão de categorias profissionais ou da natureza dos serviços prestados;

b) — que o direito de greve, decorrente do direito de livre associação, deve ser exercido, tanto quanto possível, através dos órgãos

de classe, e que, sendo coletivos, os movimentos paredistas, devem ser decididos pela coletividade, em assembléia;

c) — que das teses apresentadas ao Congresso e dos debates dos delegados, infere-se o espirito pacifico, ordeiro e patriotico dos trabalhadores, que somente utilizam a greve como ultimo recurso na defesa dos seus direitos;

d) — que o direito de greve, reconhecido por todas as nações do mundo que adotam o regime democratico, já foi consagrado na Conferencia de Chapultepec e igualmente aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte,

Resolve:

1.º — Que o direito de greve seja extensivo a todos os que vivem sob o regime de salario, não podendo sofrer quaisquer restrições que impliquem na negação desse direito;

2.º — que o direito de greve seja exercido pelos trabalhadores somente depois de esgotados os recursos de solução conciliatoria;

3.º — que a regulamentação do direito de greve, atenda apenas à fixação de prazos e normas de procedimento como sejam:

a) — aviso previo de oito dias, exceto para as empersas de serviços publicos ou estatais, para as quais esse aviso será de quinze dias;

b) — apoio aos poderes publicos, pelos organismos de classe, afim de impedir que as greves, pacificas e ordeiras, se orientem no sentido da violencia às propriedades ou às pessoas dos empregadores;

c) — que nenhum trabalhador poderá ser demitido, transferido, rebaixado de suas funções ou vencimentos, ou sofrer qualquer coação por motivo de greve;

d) — que a nenhum empregador seja permitido contratar ou aliciar elementos estranhos para substituir seus empregados em greve;

e) — que nenhuma alegação de dificuldades financeiras poderá ser motivo para considerar injustificada a greve;

4.º — Aos órgãos de classe será permitido obter recursos financeiros, através da solidariedade social ou outros meios licitos, para auxilio aos grevistas e suas familias.

A III Comissão propõe ao Plenário congratular-se com a Assembléia Nacional Constituinte pela inclusão do Direito de Greve na nova Constituição Federal, esperando que a regulamentação se proceda de acordo com as normas acima sugeridas”.

Fixada como maxima a jornada de 8 horas

Ainda na Ordem do Dia dos seus trabalhos a 3.ª Comissão aprovou as seguintes Conclusões, relativas à fixação da jornada maxima de 8 horas de trabalho:

Sobre a jornada maxima de trabalho

Considerando que a jornada de 8 horas é uma velha conquista dos trabalhadores de todo o mundo, sendo em muitos paises inferior o numero de horas;

Considerando que em nossa Patria esse direito representa o resultado de grandes lutas da classe trabalhadora, mas que a legislação vigente abre exceções que o anulam na pratica, em vista sobretudo dos baixos salarios que levam os trabalhadores ao recurso de horas extraordinarias e permitem aos empregadores o abuso desses expedientes;

Considerando a necessidade de assegurar efetivamente esses direitos aos trabalhadores, impedindo aqueles abusos em defesa à saude do trabalhador e consequentemente da produção;

Considerando que alem das horas efetivas de trabalho o trabalhador perde diariamente horas à disposição do empregador e improdutivo dispendio de energia e de tempo sem qualquer remuneração;

Considerando que a semana de 44 horas, sem prejuizo de salarios representa um direito já assegurado em quase todos os paises do mundo, atendendo a necessidade de permitir ao trabalhador maior descanso e recreação, e que em nosso país diversos setores da classe trabalhadora já conquistaram esse direito que representa uma aspiração de todo o proletariado.

Considerando ser um dever do Estado a defesa da familia, que é uma celula da sociedade e que a mulher trabalhadora, da industria, da lavoura e do comercio, tem ainda os seus encargos domesticos;

Considerando ainda que o trabalhador menor precisa de maior repouso e recreação, bem assim instruir-se e adquirir conhecimentos tecnico-profissionais para melhor servirem, quando adultos, ao desenvolvimento economico do país;

Considerando finalmente que os domingos são tradicionalmente os dias de descanso hebdomadario e de recreação do trabalhador e de sua familia;

O Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, resolve:

1.º — Que a legislação vigente seja alterada no sentido de assegurar efetivamente a jornada maxima de 8 horas, somente permitindo a prorrogação maxima de 2 horas em casos estritamente excepcionais.

2.º — Que afim de impedir os abusos que a pratica tem provado, sejam pagas em dobro essas duas horas extraordinarias.

3.º — Que esta excepção não seja permitida sobre qualquer pretexto à mulher trabalhadora e ao menor.

4.º — Que seja computada na jornada normal de trabalho para todos os efeitos, o tempo em que o empregado estiver à disposição do empregador.

5.º — Que para os trabalhadores sujeitos a jornada de 8 horas (8) (oito) seja de 44 horas semanais o trabalho normal e de 33 horas para os casos de jornada de 6 (seis) horas, já vigentes e defendidos neste Congresso, sem prejuizo de salarios.

6.º — Que a jornada de trabalho maximo para o menor seja de 6 (seis) meses sem prejuizo do disposto em lei sobre trabalho igual salario igual.

7.º — Que para os casos já previstos em lei, quanto ao trabalho nos domingos e feriados seja reduzido em duas horas o trabalho normal e acrescido o salario mediante acordo entre as partes.

8.º — E finalmente, que os trabalhadores lutem por estas resoluções e por aumento de salarios que permitam a sua subsistencia e de sua familia dentro da jornada normal de trabalho”.

Sobre redução de horas de serviço em casos especiais

“Considerando que os males causados pelo exercicio de atividade em industrias insalubres ou serviços que exijam dispendio excessivo de energias mentais ocasionem grandes danos para o trabalhador e sua familia por molestias profissionais ou esgotamento fisico e mental, o que já é reconhecido, aliás, pela medicina do trabalho e pelas proprias autoridades causando assim grandes danos não somente ao trabalhador e sua familia, mas também à coletividade e à propria Nação.

O Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, resolve:

1.º — Que todos os trabalhadores nas industrias quimicas em geral, industria de vidro, cortumes, operadores cinematograficos, operadores em serviços telefonicos e radio-telegrafia e em geral, trabalhadores em minas e solos, em salinas, motoristas, principalmente de onibus e transportes, maquinistas, foguistas, e outros serviços, quer intelectual, quer manual, capazes de gerar prejuizos fisicos, mentais ou enervantes, causando-lhe diminuição de suas condições vitais, tenham a jornada de trabalho reduzida ao maximo de 6 horas (seis) diarias, improrrogaveis, mesmo para os que exerçam cargos de confiança, ou de chefia de serviços, sem prejuizo dos direitos já adquiridos pelos trabalhadores através de convenções, contratos de trabalho, ou determinação legal.

2.º — Que os trabalhadores compreendidos nessas industrias, percebam dentro desse horario de serviço, um salario compativel com as suas necessidades inclusive de sua familia.

3.º — Que para as industrias insalubres, o trabalho noturno seja de 5 horas (cinco) a jornada maxima de trabalho.

Sobre a jornada de trabalho noturno

“Considerando que o trabalho noturno requer do trabalhador maior desgaste fisico e mental que ao trabalhador diurno, alem de privar o trabalhador dos beneficios da natureza e do convivio normal com sua familia e sociedade;

Considerando que o repouso diurno não satisfaz igualmente ao organismo como o repouso à noite em virtude de ruido natural das atividades durante o dia, da claridade e outras circunstancias;

O Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, resolve:

1.º — Que a jornada maxima para o trabalho noturno seja de 6 (seis) horas, sendo o salario acrescido de 50% em relação ao trabalho diurno, mesmo nos casos de reveamento, ressalvados os direitos já adquiridos por lei, ou contratos de trabalho.

2.º — Que seja expressamente proibida qualquer prorrogação da jornada para o trabalho noturno”.

ENCERRA-SE O CONGRESSO SINDICAL

O Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, que acaba de encerrar-se com uma vitória estrondosa do operariado nacional, ao mesmo tempo que com uma derrota vergonhosa para a velha e tradicional política ministerialista, que sempre dividiu para governar, subornou para impor a sua vontade e corrompeu para melhor manter a exploração de uma classe por outra, constituiu, finalmente, a realização de uma velha aspiração das classes trabalhadoras do Brasil.

Diante do movimento operário, que crescia vertiginosamente, o ministro Negrão de Lima desconfiava que o trabalhador nacional estava amadurecendo muito depressa as idéias em torno dos direitos essenciais da sua classe. E por isso tudo fez no sentido de evitar esse Congresso, cuja relevância é desnecessário, hoje, ressaltar, até que os seus conselheiros, endurecidos pela prática da corrupção sistemática e pretendendo medir o caráter do trabalhador brasileiro pela bitola estreita dos clasistas sem caráter que eles colocavam com a ajuda da polícia, na direção da maioria dos nossos sindicatos e federações sindicais, durante o Estado Novo, o convenceram de que o conclave, que cada dia mais se impunha, não constituiria perigo algum para a tradicional política ministerialista desde que certas medidas preventivas fôssem tomadas.

O ministro desconfiava. Sentia a vitória da classe operária que tomava forma, que se impunha, depois de tantos anos de compressão e amordaçamento. Mas os burocratas ministerialistas não queriam ou não podiam compreender isso, porque eles só crêem na força da esperteza escudada na ação policial. O ministro, então, cedeu e autorizou a realização do Congresso, oficializando-o. De uma hora para outra, tornou-se razoável e compreensivo. Sob sua inspiração, foram traçadas as normas principais para a reunião preliminar, que determinou a maneira de se escolherem as delegações, as sub-comissões, as presidências rotativas, as formas de votar e deliberar, etc. Pensou-se, inicialmente, em realizar o Congresso através dos sindicatos, mas os "técnicos" sopraram que melhor seria convocá-lo por intermédio das Federações, que inspiravam mais confiança. Os sindicatos estavam sujeitos mais diretamente à influência dos comunistas, uns sanhudos, que precisavam ser derrotados e desmoralizados. Dêsse modo, foi o Congresso organizado, presidido e dirigido, à moda antiga, por "especialistas" do Ministério do Trabalho.

Cerca de 2.400 delegados de sindicatos e federações sindicais de todo o Brasil compareceram à instalação solene do Primeiro Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, no dia 9 de setembro de 1946, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com a presença de ministros de Estado, congressistas e altas autoridades.

Iniciou-se, no dia seguinte, o trabalho prático e o plenário dividiu-se em 10 Comissões de Teses, cada uma delas apresentando, no fim, ao grande plenário, duas teses, para votação (*). E tudo corria num

(*) Essas teses vão publicadas noutra local dêste mesmo número.

ambiente de trabalho, confiança e harmonia até que surge o momento do primeiro *test*, a votação da primeira tese — unidade sindical —, que acusa uma vitória esmagadora dos trabalhadores autênticos, que lutam pela unidade, contra a política clericalista, que defende a pluralidade sindical, que desune. Os partidários da unidade sindical venciam amplamente. Estabeleceu-se o pânico, então, nas hostes clericalistas, aliadas aos elementos do Ministério, porque aquilo significava uma atitude de consciência proletária e um desejo expresso de autodeterminação da classe. No dia seguinte, quando deveria ser reiniciada a votação, um orador, preconcebidamente, pede a palavra para reabrir a discussão em torno de matéria já discutida e em plena votação. O plenário, na sua quase totalidade, como é óbvio, não se conforma e rejeita a proposta do orador. Era o que os provocadores queriam. Um deles levanta-se, premeditadamente, e acusa o Partido Comunista de estar intervindo nas resoluções do Congresso. Era a velha e surrada técnica do realejo do falecido Dr. Goebbels. Convida os presentes a se retirarem, em sinal de protesto, no que é atendido por apenas cento e poucos congressistas, previamente industriados, permanecendo mais de 2.000 dispostos a continuarem os trabalhos, o que foi feito.

A minoria que se retirou do plenário, composta na sua quase totalidade de presidentes de federações e sindicatos, eleitos pela máquina do Ministério do Trabalho, desde os áureos tempos da ditadura, dirigiu-se, então, ao Ministro Negrão de Lima, que já os esperava. O titular da pasta do Trabalho, conforme o hábito da casa, "resolveu" dissolver o Congresso, "a pedido da minoria", sem ouvir a maioria. Falando a um jornalista, o Sr. Negrão de Lima afirmou que "diante do clima de incompreensão reinante, era impossível continuar os trabalhos do conclave e que sua continuação poderia resultar em conseqüências ainda mais desagradáveis". Em resposta ao Sr. Coriolano Alves de Oliveira, que o foi cumprimentar, o ministro prometeu que as teses aprovadas pelas Comissões do Congresso Sindical seriam enviadas à Câmara dos Deputados, a fim de que os representantes da nação aproveitassem em lei o que "houvesse de melhor". Em seguida, fez um histórico dos acontecimentos, afirmando: "Não sou comunista e disso não faço sêgrêdo, porque reputo que o comunismo não resolve o problema do proletariado brasileiro. No comunismo nada se tem, tudo é do Estado e por este controlado. Todos são inquilinos do Estado e, como tal, sujeitos às imposições do governo. A Rússia é um campo de concentração. *No Brasil temos terras, liberdade e educação.* Tudo podemos fazer sem sermos cativos e desfrutando de toda a liberdade que o nosso regime nos dá. Quero finalizar dizendo aos senhores que este Ministério não impõe e sim trabalha para o bem de todos. Não coagimos ninguém e procuramos colaborar para que todos os problemas sejam resolvidos dentro da melhor ordem e presente de fato as aspirações dos trabalhadores".

Por mais estranho que pareça, estas palavras foram proferidas realmente pelo ministro Negrão de Lima, que, juntando os atos às palavras, recusou-se a receber a delegação carioca ao Congresso Sindical e manteve a dissolução do Congresso, enquanto os elementos dissidentes e mino-

ritários se reuniam no 14.º andar do Ministério do Trabalho, em atitude agressiva, ameaçando jornalistas e fotógrafos que se aproximavam. Por sua vez, a maioria dos congressistas, depois de apelar em vão para o Presidente da República, no sentido de pôr termo à parcialidade vergonhosa do Sr. Negrão de Lima, e apesar de todas as ameaças ministeriais e da polícia, se reunia na sede do Sindicato dos Empregados em Hotéis e Restaurantes, continuando os trabalhos tumultuados por aqueles, de parceria com o Sr. Negrão de Lima. Então, não só aprovaram, em assembléia democrática, tôdas as indicações das Comissões de Teses, como fundaram a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, com a presença de 800 delegados e mais uma numerosa assistência. Foi eleita uma direção provisória de 15 membros, por 4 meses, para a C.T.B., encarregada de elaborar os seus estatutos e, de acôrdo com as resoluções aprovadas, convocar, dentro de 120 dias, o Conselho Nacional de Representantes. Foram indicados e aprovados os seguintes nomes para a diretoria provisória:

Antônio Érico de Figueiredo Álvares, presidente do Sindicato dos Gráficos; Manuel Lopes Coelho Filho, do Sindicato dos Metalúrgicos; Joaquim Barroso, do Sindicato dos Marceneiros; Homero Mesquita, da Fundação dos Marítimos; e Odila Schmidt, do Sindicato da Telefônica, pelo Distrito Federal. Pelo Estado de São Paulo: — Vitório Bruno, tesoureiro da Federação Textil; Lourival Vilar, do Sindicato da Borracha; Joaquim Gonçalves Neto, do Sindicato dos Rodoviários de Santos; e Roque Trevisan, do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelem. Pelo Estado de Minas Gerais: Hernani Maia, tesoureiro da Federação Nacional dos Hoteleiros; Lindolfo Hill, presidente da Federação dos Trabalhadores em Mobiliários; e Pereira Júnior, do Sindicato dos Gráficos de Juiz de Fora. Pelo Estado do Rio de Janeiro: José Maria Barbosa, do Sindicato dos Tecelões; Amaro Soares, do Sindicato dos Trabalhadores em Usina de Açúcar; e Pascoal Elídio Danteli, da Federação de Carris Urbanos Leste Brasileiro.

Magnífica sob todos os aspectos foi a solenidade de encerramento do Primeiro Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, realizada a 23-9-46, a ela comparecendo representantes do PTB, da E. D. e do PCB.

Em declaração feita à *Tribuna Popular*, Prestes declarou: "A CTB, por decisão do Congresso, está fundada. Nos termos da Constituição de 1946, que garante a liberdade de associação, nenhum Pereira Lima, nem Negrão de Lima poderá dissolvê-la. A classe operária unida será o esteio máximo da Democracia e a grande força capaz de assegurar a justa aplicação da Constituição de 1946".

A grande vitória da classe operária brasileira, revelada durante a realização desse Congresso Sindical, consiste em que demonstrou sua capacidade, e determinação, para dirigir-se por si mesma, através dos seus líderes autênticos, repudiando as manobras e insinuações da política oportunista e retardadora do Ministério do Trabalho, que luta desesperadamente para deter o desenvolvimento da consciência proletária. Os marxistas, porém, sabem que isso é impossível.

ÚLTIMAS EDIÇÕES

- HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS**, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00
- PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA**, por Lapidus e Ostrovitianov, 2 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00
- LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA**, por D. S. Mirski Cr\$25,00
- CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA**, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) . . Cr\$25,00
- A QUESTÃO SOCIAL E OS CRISTAOS SOCIAIS**, por Lisandro de la Torre Cr\$25,00
- TRES PRINCÍPIOS DO POVO**, por Sun Yat Sen Cr\$25,00
- A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO**, por F. Engels (Como Apêndice, "O Código Soviético da Família") Cr\$25,00
- ANTI-DUHRING**, por Frederico Engels Cr\$30,00
- CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA**, por M. N. Pokrovski (Como Apêndice, "Preço, Salário e Lucro", por Marx) Cr\$25,00
- URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO**, por Sidney e Beatrice Webb, 5 vols. Preço de cada volume . . . Cr\$25,00
- A MEDICINA NA RUSSIA SOVIÉTICA**, pelo Dr. Lelio Zeno . . Cr\$25,00
- O GÊNIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA**, pelo Instituto M. E. L., de Moscou Cr\$25,00
- DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ**, por Edvard Benes Cr\$25,00
- TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX, ENGELS, LENINE E STALIN SOBRE LITERATURA E ARTE**, por Jean Freville Cr\$25,00
- TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE FILOSOFIA**, seleção de J. Duret Cr\$25,00
- TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE ECONOMIA POLÍTICA**, seleção de P. Y. Nizan . . Cr\$25,00
- O PODER SOVIÉTICO**, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00
- O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RUSSIA**, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00
- MISSÃO EM MOSCOU**, por Joseph E. Davies Cr\$25,00
- MISSÃO EM TÓQUIO**, por Joseph C. Grew Cr\$30,00
- DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO**, por John Reed Cr\$25,00
- SANTA RUSSIA**, por Maurício Hindus Cr\$30,00
- O SEGREDO DA RESISTÊNCIA RUSSA**, por Maurício Hindus . . Cr\$25,00
- A RUSSIA ESMAGARÁ O JAPÃO**, por Maurício Hindus Cr\$25,00
- A RUSSIA NA PAZ E NA GUERRA**, de Anna Louise Strong . . Cr\$25,00
- A CHINA LUTA PELA LIBERDADE**, de Anna Louise Strong . . Cr\$25,00
- RIO SELVAGEM** (Romance da construção socialista), de Anna Louise Strong Cr\$25,00
- ENTRE DOIS MUNDOS**, memórias de Anna Louise Strong . . . Cr\$30,00
- ÁSIA SOVIÉTICA**, por Davies & Stelger Cr\$25,00
- A VERDADE SOBRE A RELIGIÃO NA RUSSIA**, pelo Patriarca Sérgio e outros Cr\$25,00
- STALIN**, por Emil Ludwig . . Cr\$25,00
- PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA NA UNIÃO SOVIÉTICA**, pela Dra. Ester Conus . . Cr\$25,00
- A QUESTÃO AGRÁRIA**, por V. I. Lenin Cr\$25,00
- INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO**, por F. Engels, A. Talmier, H. Harari e L. Ségal . . . Cr\$30,00
- MARX, ENGELS E MARXISMO**, por Lenin, Marx e Engels, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00
- NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLÍTICA**, de Luis Ségal, 2 vols. Cada volume . . . Cr\$25,00
- A DEFESA ACUSA...**, de Marcel Willard Cr\$25,00
- MATERIALISMO E EMPIRO-CRITICISMO**, de V. I. Lênin, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$35,00
- PRESTES E A REVOLUÇÃO SOCIAL**, de Abguar Bastos Cr\$ 35,00

Editorial CALVINO Limitada

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro

AOS NOSSOS LEITORES

Este numero, de acordo com o programa de publicações que havíamos estabelecido, deveria conter materia variada. Excepcionalmente, porem, deixamos de cumprir o estabelecido, para dedicá-lo a problemas de sindicalismo, em homenagem ao Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, que acaba de se realizar nesta Capital. Infelizmente, dado o curto prazo de que dispusemos para reunir material, não nos foi possível apresentar um numero perfeito, como seria de desejar. De qualquer forma, porem, acreditamos que ainda assim será de grande utilidade para os nossos leitores, visto a pobreza, entre nós, de trabalhos sobre o assunto. Prometemos, todavia, e para breve, um novo numero sobre Sindicatos, tão completo quanto possível. Agora, como compensação imediata, temos a satisfação de anunciar o nosso proximo numero, de 15 do corrente, que será dedicado ao 4.º Plano Quinquenal, ora em desenvolvimento na URSS, o primeiro Plano Quinquenal depois da grande guerra patriótica de todos os povos sovieticos. Estamos convencidos de que organizamos, nesse sentido, um numero satisfatorio, pois não conhecemos, até agora, nenhuma publicação que tenha reproduzido, em conjunto, algo de semelhante ao que vamos publicar.

EDIÇÕES POPULARES JÁ PUBLICADAS

<i>Educando para a morte</i> , de Gregor Ziemer	Cr\$ 10,00
<i>O Poder Soviético</i> , do Deão de Canterbury (320 páginas) ..	Cr\$ 10,00
<i>Dez dias que abalaram o mundo</i> , de John Reed	Cr\$ 10,00
<i>A Rússia na paz e na guerra</i> , de Anna Louise Strong	Cr\$ 10,00
<i>Fundamentos do Leninismo</i> , de J. Stálin. No mesmo volume	
<i>Problemas do Leninismo e Materialismo Dialético e Materialismo Histórico</i> , do mesmo autor (320 páginas) ..	Cr\$ 10,00
<i>O Abecedário da Nova Rússia</i> , de Iline (238 páginas)	Cr\$ 10,00
<i>Manifesto Comunista</i> , de Marx-Engels. Com uma <i>Introdução Histórica</i> de Riazanov e vários apêndices que ajudam a interpretar êsse famoso documento (304 páginas)	Cr\$ 10,00
<i>Pequena História da Revolução Bolchevique</i> , do Prof. Leonidas de Rezende	Cr\$ 10,00
<i>O Cristianismo e a Nova Ordem Social na Rússia</i> , pelo Deão de Canterbury. Como apêndice, um resumo da História do Partido Comunista (b) da URSS, feito por uma comissão do CC do PC da URSS, obra que todo militante deve ler (288 páginas)	Cr\$ 10,00
<i>Duas Táticas</i> , de V. I. Lênin. Como <i>Introdução e Apêndice</i> , diversos documentos que possibilitam melhor interpretação dêste trabalho (272 páginas)	Cr\$ 10,00
<i>Que fazer?</i> , de V. I. Lênin. No fim de cada capítulo, notas que esclarecem o texto da obra (272 páginas)	Cr\$ 10,00
STÁLIN, biografia escrita pelo Instituto MEL, de Moscou. Como Apêndice, uma grande entrevista de Stálin sobre assuntos de palpitante atualidade	Cr\$ 10,00

A ALMA DA QUINTA COLUNA É O INTEGRALISMO

Editorial CALVINO Limitada — Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro